

Bagoas

ESTUDOS GAYS *
GÊNEROS E SEXUALIDADES

V. 15, N. 24

24

Proposta Editorial

Publicação semestral de estudos teóricos, pesquisas empíricas, ensaios e resenhas sobre as temáticas de gênero e sexualidade, com destaque para os estudos gays, lésbicos e queer sobre homossexualidades, lesbianidades, transexualidades. A revista publica igualmente trabalhos de teoria social, direitos humanos, cultura e política que dialoguem com a temática central.

A revista tem registo no Sociological Abstracts

Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Bagoas: revista de estudos gays / Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. - V. 1, n. 1 jul./dez. 2007) -. - Natal: 2007- . v. 15; 23 cm.

Semestral.

Início: jul./dez. 2007.

Editor: Alípio DeSousa Filho

Descrição baseada em: v. 1, n.1, jul./dez. 2007.

ISSN 1982-0518

1. Ciências Humanas e Sociais - Periódico. 2. Sexualidades - Periódico. 3. Ética sexual - Periódico. 4. Ética moral - Periódico. 5. Homossexualidades - Periódico. I. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. II. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 168.522:3(05)

Bagoas

ESTUDOS GAYS *
GÊNEROS E SEXUALIDADES

24

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor: Henio Ferreira de Miranda

INSTITUTO HUMANITAS

Diretor: Alipio DeSousa Filho

Vice-Diretor: Anne Christine Damásio

EDITOR

Alipio DeSousa Filho

EDITORA ADJUNTA

Rayane Dayse da Silva Oliveira

APOIO TÉCNICO

Marcelo de Souza Zimmermann

COMISSÃO EDITORIAL

Anne Christine Damásio - UFRN

Avelino Aldo Lima Neto - IFRN

Cinara Nahra - UFRN

Jader Ferreira Leite

Josenildo Oliveira - UFRN

Maria Helena Braga - UFRN

CONSULTORIA EDITORIAL

Adriana Piscitelli - UNICAMP

Adriana Resende Barretto Vianna - UFRJ

Alessandro Soares da Silva - USP

Alexandre Câmara Vale - UFC

Denílson Lopes - UFRJ

Edrisi Fernandes - UFRN

Emerson da Cruz Inácio - USP

Eugênia Correia Krutzen - UFPB

Fabiano Gontijo - UFPA

Felipe Bruno Martins Fernandes - UFBA

Fernando Bessa Ribeiro - UTAD - Portugal

James Noyle Green – University of Brown – EUA
Joel Birman – UFRJ
Júlio Simões – USP
Laura Moutinho – USP
Leandro Colling – UFBA
Luiz Fernando Dias Duarte – UFRJ
Luiz Mello de Almeida Neto – UFG
Luiz Mott – UFBA
Luiz Paulo Moita Lopes – UFRJ
Maria Luiza Heilborn – UERJ
Michel Maffesoli – Sorbonne – França
Miguel Vale de Almeida – ISCTE – Portugal
Miriam Grossi – UFSC
Paulo Roberto Ceccarelli – PUC-BH
Peter Fry – UFRJ
Regina Facchini – UNICAMP
Ricardo Barrocas – UFC
Richard Miskolci – UFSCar
Robert Howes – University of London – Inglaterra
Rogério Diniz Junqueira – INEP
Sérgio Carrara – UERJ
Sonia Correa – ABIA
Tânia Navarro-Swain – UNB
Toni Reis – ABGLT
Vitor Cei Santos – UFRO
Wanderson Flor do Nascimento – UnB
Wilton Garcia Sobrinho – UBC

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Victor Hugo Rocha

Sumário

8 EDITORIAL
Rayane Oliveira

15 A FILOSOFIA DA PRÁXIS DE GRAMSCI E
TEORIAS FEMINISTAS E QUEER NA LUTA
CONTRA-HEGEMÔNICA: um diálogo possível
Mariana Barbosa de Souza
Gregory Luis Rolim Rosa

52 ONDE VERBO SE FAZ CARNE: a construção
heteronormativa de discurso sobre corpos gays
masculinos em ambientes organizacionais
Adriana Vinholi Rampazo
Luiz Eduardo Pereira Batista

99 TRANSEXUALIDADE, MULHERES E
ESPORTE NO BRASIL: apontamentos
a partir da modalidade voleibol
Rafael Marques Garcia

156 **LESBIANIDADES E CURRÍCULO:
discussões iniciais a partir da produção
de pesquisas de/sobre professoras lésbicas**

Silvane dos Passos Barbosa dos Santos Araújo

Klaus Rene Trein Laino

José Damião Trindade Rocha

185 **A VIRILIDADE E A MASCULINIDADE
SEMPRE ESTIVERAM EM CRISE**

João Batista da Silva Junior

236 **UMA ANÁLISE DE CASO SOBRE
REPRESENTAÇÕES LGBTQI+ EM QUADRINHOS
DE SUPER-HERÓIS: sobre a representação de
Constantine na edição especial DC Pride**

Mário Jorge de Paiva

258 **DESPATOLOGIZAÇÕES DA HOMOSSEXUALIDADE
E DA TRANSEXUALIDADE:
movimentos sociais e questões identitárias**

Maria Clara Brito da Gama

Editorial

Rayane Oliveira

Editora Adjunta





No momento da escrita deste editorial e da publicação de mais uma edição da Revista Bagoas: Estudos gays - gêneros e sexualidade, nos deparamos com a triste notícia, divulgada pela mídia local, da morte da menina Maria Fernanda da Silva Ramos, de 12 anos, violentada sexualmente e brutalmente assassinada por um homem de 35 anos. A jovem Maria Fernanda desapareceu ao sair de casa em direção à escola, na região metropolitana de Natal, não sendo mais vista desde então. Seu corpo foi encontrado quatro dias depois, assim como o suspeito do crime, que foi detido pela polícia e confessou o abuso sexual e o homicídio.

A morte de Maria Fernanda reflete uma questão maior: como a violência de gênero, em sua expressão letal, o feminicídio, constitui uma perversa realidade ainda comum no Brasil e em muitos outros países. O caso de Maria Fernanda é mais um lembrete, ainda que doloroso, da necessidade contínua das lutas feministas, dos movimentos sociais, e dos grupos de direitos humanos, por uma sociedade menos violenta para meninas e mulheres, assim como para todos os grupos que possuem uma existência marcada por contextos de vulnerabilidade.

Outra lamentável notícia que nos surpreendeu recentemente foi a da morte de Paulo Renan. Homem gay e atuante nas lutas sociais, Paulo foi protagonista na construção da

agenda de lutas do movimento LGBT no Rio Grande do Norte, além de fundador da Articulação Potiguar LGBT (ARTPoty). Ele foi encontrado morto em sua casa, no município de Touros, no dia 7 de novembro de 2024, em circunstâncias que sugerem assassinato. O caso aguarda o resultado da autópsia e das investigações, mas os indícios levam a crer, com base nas características, que se trata de fato de um homicídio. Em reportagem à agência Saiba Mais, uma sobrinha da vítima afirmou que, ainda que as investigações estejam em andamento, a família acredita que o crime foi motivado por homofobia.

A violência letal motivada por homofobia é uma das formas mais extremas de uma série de outras violências que se manifestam de diferentes maneiras, como na precarização de existências consideradas desviantes, nos discursos desumanizantes, nas agressões psicológicas, simbólicas, físicas, entre outras, que são corriqueiras na vida dessas pessoas. Por meio dos discursos que desqualificam, desumanizam e elencam os “corpos que (não) importam” (Butler, 2019), prepara-se o terreno para as formas mais extremas da violência homofóbica. Considerar homossexuais como sujeitos abjetos e perigosos, diminuí-los, discriminá-los ou silenciar-se diante de agressões são atitudes que funcionam como alicerces que criam e legitimam a base na qual as violências letais são praticadas contra esses sujeitos.

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva. (Baptista, 1999, p. 46).

Ao lamentarmos a morte de Maria Fernanda, que tão jovem conheceu a violência de gênero em sua mais dura face, e a de Paulo Renan que, segundo os indícios, foi mais uma vítima da violência letal por homofobia, e ao reconhecer também o sofrimento que suas ausências agora deixam a família e amigos, pensamos que nossa indignação deva ser convertida em ação, por meio da continuidade das lutas por uma sociedade mais justa e menos violenta. Seja através da mobilização social, da educação ou das reflexões críticas, devemos nos posicionar contra todas as expressões das violências como base no gênero ou na sexualidade.

Como temos feito ao longo de tantas edições da Bagoas, continuamos a denunciar cenários como esses e a mobilizar reflexões teóricas e empíricas em busca da construção de contextos de não violência. Mais uma edição da Bagoas chega aos seus leitores e leitoras reafirmando

nosso propósito de oferecer reflexões críticas em torno de questões que não são apenas de interesse teórico-acadêmico mas igualmente de interesse social e político.

Os textos publicados em nossa vigésima quarta edição são oriundos do fluxo contínuo de recepção da revista, e seguem reafirmando os tópicos de interesse do periódico. A proposta segue sendo a de oferecer análises críticas que vão além do foco nos estudos *gays*, *lésbicos* e *queer*, abrangendo também teoria social, direitos humanos, cultura e política. A publicação deste número foi possível graças a valiosa contribuição de todas as pessoas envolvidas: os autores que nos enviaram seus trabalhos de pesquisa e reflexões que abordam diferentes dimensões das questões de gênero e sexualidade; a equipe de pareceristas que colaboram conosco na avaliação das propostas recebidas; e a dedicada equipe editorial. Reunimos, mais uma vez, reflexões sobre temas como teorias feministas, masculinidades, transexualidades, medicalização das sexualidades, dentre outros, que compõem o atual número.

Esperamos que nossos leitores e leitoras apreciem os textos publicados nesta edição, assim como nós apreciamos sua criação. Boa leitura!

Rayane Oliveira

Editora adjunta

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alisson. **Família de Paulo Renan diz que militante LGBT foi vítima de crime de homofobia**. Saiba Mais, 12 nov. 2024. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2024/11/familia-de-paulo-renan-acredita-que-o-militante-lgbt-foi-vitima-de-crime-de-homofobia/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

BAPTISTA, Luís Antônio. “A Atriz, o Padre e a Psicanalista – Os Amoladores de Facas”. In: **Cidade dos Sábios**. São Paulo: Summus, 1999.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1 edições, 2019.

Artigos

01

A FILOSOFIA DA PRÁTICA DE GRAMSCI E TEORIAS FEMINISTAS E QUEER NA LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

THE PHILOSOPHY OF PRAXIS BY GRAMSCI AND FEMINIST AND QUEER THEORIES IN THE COUNTER-HEGEMONIC STRUGGLE: A POSSIBLE DIALOGUE

Mariana Barbosa de Souza

Doutora em Desenvolvimento Regional (UNISC)

Professora visitante do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)

E-mail: barbosadesouzamariana@gmail.com

Gregory Luis Rolim Rosa

Doutor em Educação (UEPG)

Professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG/SAP)

E-mail: rolimg7@gmail.com





Resumo

Este artigo é uma proposta de análise sobre a interligação entre o sistema capitalista e a opressão de gênero e sexualidade, destacando como as estruturas de poder capitalistas contribuem para a perpetuação dessas formas de opressão. Considera as possibilidades de um diálogo entre os estudos de Antonio Gramsci e as teorias feministas e queer, destacando as contribuições dessas teorias para a compreensão das interseccionalidades de gênero, sexualidade e classe social. Por fim, o artigo destaca como as perspectivas contribuem para a busca pela emancipação de gênero e sexualidade em um contexto marcado pela exploração capitalista.

Palavras-chave: Opressão de gênero e sexualidade. Teorias queer e Filosofia da Práxis. Movimentos Anticapitalistas.

Abstract

This article is a proposal for an analysis of the interconnection between the capitalist system and the oppression of gender and sexuality, highlighting how capitalist power structures contribute to the perpetuation of these forms of oppression. It considers the possibilities of a dialogue between the studies of Antonio Gramsci and feminist and queer theories, emphasizing the contributions of these theories to the understanding of gender, sexuality, and

class social intersections. Finally, the article highlights how these perspectives contribute to the pursuit of gender and sexual emancipation in a context marked by capitalist exploitation.

Keywords: Gender and sexual oppression. Queer theories and Philosophy of Praxis. Counter-hegemonic struggle

INTRODUÇÃO

No cenário global contemporâneo, a opressão de gênero e sexualidade constitui-se um desafio persistente, moldando e permeando as experiências individuais e sociais. Este artigo propõe explorar profundamente essa temática complexa e multifacetada, revelando como as estruturas de poder inerentes ao sistema capitalista contribuem de maneira substancial para a manutenção dessa opressão. Além disso, busca estabelecer um diálogo entre os estudos de Antonio Gramsci e as teorias feministas e queer, justificado pela necessidade de superar os limites de ambas as abordagens teóricas na análise das interseccionalidades de gênero, sexualidade e classe. O pensamento de Gramsci, centrado na hegemonia e na luta de classes, precisa ser expandido para incluir as dimensões de gênero e sexualidade. Por outro lado, as teorias feministas e queer podem se beneficiar da análise marxista da estrutura de

poder capitalista para uma compreensão mais abrangente da opressão sistêmica.

No entanto, para que essa análise seja completa, é crucial integrar a perspectiva da totalidade proposta por Gramsci, que abrange tanto a base material quanto a superestrutura político-ideológica-cultural. Gramsci ressalta que “a hegemonia nasce da fábrica”, indicando que as raízes das dinâmicas de poder encontram-se na base material econômica. Portanto, a luta contra-hegemônica deve igualmente focar na transformação das estruturas econômicas que sustentam a hegemonia capitalista. Ao ignorar essa dimensão, corre-se o risco de enfraquecer a radicalidade teórica e política da filosofia da práxis.

De acordo com Valentina Avelluto (2020), a crise da hegemonia patriarcal, como descrita por Gramsci, pode ser analisada a partir das contribuições do movimento feminista, que desafia as estruturas de poder estabelecidas tanto no âmbito material quanto ideológico. Este enfoque nos permite expandir a análise gramsciana para incluir as dimensões de gênero e sexualidade, essenciais para uma compreensão mais abrangente da opressão sistêmica.

No primeiro segmento lançamos um olhar crítico sobre a interseção entre a opressão de gênero e sexualidade e o capitalismo, examinando como o sistema econômico vigente perpetua a objetificação dos corpos femininos, a imposição

da heteronormatividade e a persistente discriminação contra a população LGBTQIAPN¹. Por meio de apontamentos, demonstramos como essas formas de opressão são não apenas toleradas, mas também fomentadas pelas estruturas capitalistas que perpetuam a exploração da força de trabalho e a mercantilização do corpo humano.

No segundo segmento, adentramos na esfera da Filosofia da Práxis, explorando a sua relevância na luta contra-hegemônica. Discutimos a hegemonia, o papel do Estado, a influência da cultura e a dinâmica da sociedade civil como elementos cruciais para compreender as complexas

1 A sigla representa as comunidades que integram a população LGBTQIAPN+: **L** - Lésbicas: Mulheres que são emocionalmente e/ou fisicamente atraídas por outras mulheres. **G** - Gays: Homens que são emocionalmente e/ou fisicamente atraídos por outros homens. **B** - Bissexuais: Pessoas que são emocionalmente e/ou fisicamente atraídas por pessoas de mais de um gênero. **T** - Transgêneros: Indivíduos cuja identidade de gênero difere da que lhes foi atribuída ao nascimento. **Q** - Queer ou Questionando: Pode ser usado como uma identificação abrangente para pessoas que não se encaixam estritamente nas categorias tradicionais de gênero e sexualidade, ou que estão em processo de autodescoberta. **I** - Intersexuais: Pessoas que nascem com características biológicas que não se encaixam nas definições tradicionais de “masculino” ou “feminino”. **A** - Assexuais: Indivíduos que não experimentam atração sexual por outras pessoas ou a experimentam em menor grau. **P** - Pansexuais: Pessoas que são emocionalmente e/ou fisicamente atraídas por outras pessoas independentemente de seu gênero ou identidade de gênero. **N** - Não-binários: Indivíduos que não se identificam estritamente como homens ou mulheres, ou que se identificam como uma combinação de ambos, ou com uma identidade de gênero diferente. + - O sinal de mais indica inclusão contínua de outras identidades de gênero e orientações sexuais que podem não estar especificamente representadas no acrônimo.

dinâmicas de poder que sustentam a opressão de gênero e de sexualidade. Nesse contexto, destacamos a influência das ideologias e como estas moldam a perpetuação da opressão.

No terceiro ponto, mergulhamos em um diálogo entre os estudos de Antonio Gramsci e as teorias feministas e queer. Exploramos as contribuições dessas teorias para a compreensão das interseccionalidades entre gênero, sexualidade e classe social, ao mesmo tempo em que discutimos os desafios enfrentados na busca pela superação das opressões. Esta seção destaca a importância de uma abordagem interdisciplinar e crítica para enfrentar a opressão sistêmica.

Através dessa análise abrangente, este artigo busca lançar luz sobre a interconexão entre o capitalismo e a opressão de gênero e sexualidade, fornecendo reflexões valiosas para compreender e enfrentar esses desafios em um contexto global em constante evolução. Portanto, ao lançar luz sobre essa interconexão, este artigo visa inspirar ações coletivas e transformadoras que desafiem as estruturas de poder dominantes e promovam um futuro mais equitativo e diversificado.

A opressão de gênero e sexualidade no contexto do capitalismo

A opressão com base no gênero e na sexualidade, no âmbito do sistema capitalista, representa uma intrincada

e arraigada questão social. Para compreender essa interseção, é fundamental examinar como as estruturas de poder, economia e cultura se entrelaçam para perpetuar desigualdades. O capitalismo, como o sistema econômico dominante em grande parte do mundo, exerce influência profunda na forma como as pessoas experimentam e vivem suas identidades de gênero e sexualidade. A incessante busca pelo lucro muitas vezes resulta na exploração das vulnerabilidades das minorias de gênero e orientação sexual, com empresas frequentemente capitalizando sobre a marginalização e a exclusão. Isso é particularmente evidente em setores como a pornografia, que frequentemente retratam representações distorcidas e prejudiciais das identidades de gênero e orientações sexuais diversas em busca de ganhos financeiros.

A hegemonia de gênero e sexualidade, assim como a hegemonia capitalista, está profundamente enraizada na base material. Gramsci destaca que a hegemonia se constrói não apenas no campo ideológico, mas também através da organização da produção e das relações econômicas. Portanto, a contra-hegemonia deve envolver uma crítica e transformação das bases materiais que perpetuam a opressão. As estruturas de trabalho, divisão de salários e o próprio sistema de mais-valia são elementos que interagem com as normas de gênero e sexualidade, mantendo-as e reforçando-as.

Para compreendermos a interação entre os conceitos de “gênero” e “capitalismo”, é imprescindível termos uma breve compreensão de como este sistema econômico opera e nos seus princípios fundamentais. Segundo a perspectiva marxista, o “capitalismo” é um sistema econômico que se alicerça na acumulação de capital através da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, resultando em um excedente denominado “mais-valia”. Sua principal finalidade é a busca incessante por lucro e a acumulação de riqueza, fundamentando-se na noção de “propriedade privada” dos meios de produção.

Nara Ghetti (2020) destaca que as relações de gênero e a questão sexual são profundamente afetadas pelas estruturas econômicas e políticas do capitalismo, que utilizam a opressão de gênero como um meio de perpetuar a exploração econômica. Esse ponto é crucial para entender como o capitalismo não apenas tolera, mas ativamente fomenta a opressão de gênero e sexualidade para manter sua hegemonia.

Nas palavras de Karl Marx, a produção no contexto capitalista:

[...] não se resume à simples criação de mercadorias, mas, essencialmente, à produção de ‘mais-valia’. O trabalhador não produz unicamente para suprir suas próprias necessidades, mas, sobretudo, para gerar lucro

ao capitalista. Assim, um trabalhador é considerado produtivo quando contribui para a geração de ‘mais-valia’, beneficiando o capitalista ou alimentando a incessante valorização do capital” (Marx, 1984, p. 105-106).

Além disso, o capitalismo estabelece uma hierarquia econômica que afeta de forma desproporcional as pessoas com base em seu gênero e orientação sexual. As mulheres, por exemplo, continuam a enfrentar uma significativa disparidade salarial em relação aos homens em muitas partes do mundo, o que as torna mais suscetíveis à exploração e ao abuso econômico. Ademais, conforme Federici (2021) as mulheres que têm empregos remunerados enfrentam uma sobrecarga ao conciliarem suas responsabilidades domésticas e familiares com suas obrigações no ambiente de trabalho. Enquanto isso, aquelas que escolhem se dedicar integralmente às tarefas do lar muitas vezes são estigmatizadas como inativas. Pessoas transgênero também enfrentam altas taxas de desemprego e discriminação no local de trabalho, frequentemente devido a preconceitos enraizados.

A população de pessoas transexuais enfrenta barreiras para o acesso às instituições formais da sociedade como saúde e trabalho. No nível estrutural existe carência de políticas públicas voltadas para a sua inclusão no conjunto das instituições sociais, como a educação, o sistema de saúde e o mercado de trabalho. Altos níveis de desemprego e a dificuldade para inserção no

mercado de trabalho são também associadas ao estigma e à discriminação vivenciados por esta população (Silva; Luppi; Veras, 2020, p. 1724).

O aumento substancial da participação das mulheres na força de trabalho ao longo do século XX, a ponto de constituírem agora a maioria em países de economia imperialista central, não conduziu à sua verdadeira emancipação. Em vez disso, presenciamos uma tendência de generalização da imposição de salários mais baixos, que historicamente afetam as mulheres, para toda a força de trabalho. Isso se assemelha à concessão legislativa que, no caso da igualdade de tratamento em relação à idade de aposentadoria, resultou não na diminuição da idade de aposentadoria masculina para 60 anos, mas sim no aumento da idade de aposentadoria feminina para 65 anos (Mészáros, 2009).

Apesar das mulheres possuírem níveis mais elevados de educação, sua progressão na carreira e a chegada aos cargos de liderança não ocorrem em igualdade de condições. Mesmo quando passam a trabalhar fora de casa, elas continuam sendo responsáveis por gerenciar, presencialmente ou não, as questões relacionadas à vida familiar, como saúde, educação, cuidado e alimentação de seus dependentes, inclusive seus esposos, o que resulta em pouco ou nenhum tempo disponível para investir em seu aprimoramento profissional (Matos, 2021).

Ademais, o sistema de valores capitalista muitas vezes promove a conformidade com normas de gênero tradicionais, reforçando estereótipos prejudiciais e limitando a liberdade de expressão de gênero e sexualidade. Isso cria um ambiente hostil para aqueles que não se encaixam nas categorias tradicionais de homem e mulher, ou cujas identidades de gênero e orientações sexuais desafiam as expectativas normativas.

O capitalismo está intrinsecamente ligado ao patriarcado, pois ambos os sistemas são baseados na exploração e opressão de grupos marginalizados. O capitalismo, por exemplo, depende da divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres são relegadas às tarefas domésticas e reprodutivas, enquanto os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e remunerado. Essa divisão de papéis reforça os estereótipos de gênero tradicionais, que definem as mulheres como frágeis e dependentes e os homens como fortes e independentes (MARINHO, 2018).

O capitalismo promove a heteronormatividade, ou seja, a visão de que a heterossexualidade é a única orientação sexual normal. Isso ocorre porque o capitalismo depende da reprodução biológica, que é geralmente associada à heterossexualidade. A heteronormatividade reforça os estereótipos de gênero tradicionais, na medida em que associa as mulheres à maternidade e os homens à paternidade. O

capitalismo é um sistema de exploração que se baseia na divisão do trabalho em gênero e essa divisão de papéis é essencial para o funcionamento do capitalismo, pois permite que as mulheres sejam exploradas em dois âmbitos: no trabalho produtivo e no trabalho reprodutivo.

A opressão com base no gênero e na sexualidade no contexto do capitalismo também se manifesta em políticas públicas discriminatórias, que frequentemente restringem os direitos das pessoas LGBTQIAPN+. A falta de acesso a cuidados de saúde inclusivos, a rediscussão sobre a proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a criminalização de atos sexuais consensuais são exemplos de como o sistema legal pode perpetuar a discriminação. Conforme Silva (2023), compartilhando um foco na importância da família por diferentes motivos, o neoliberalismo e o conservadorismo religioso se sustentam mutuamente nesse encontro peculiar. As ascensões de movimentos políticos de extrema-direita em todo o mundo, incluindo, e especialmente, no Brasil, ilustram essa colaboração, que é particularmente valiosa e conveniente para a agenda neoliberal. A cruzada moral religiosa em prol da família serve como um instrumento extremamente útil: o discurso moralizador enfatiza a necessidade de fortalecer o modelo de família nuclear burguesa, responsabilizando-a exclusivamente pela pobreza e pela falta de acesso aos direitos sociais. Isso retira o Estado e suas obrigações constitucionais do cerne

do debate, legitimando assim a desmontagem neoliberal das políticas públicas.

Para combater essa opressão, é necessário um esforço conjunto que englobe mudanças econômicas, sociais e culturais. Isso inclui a promoção da igualdade salarial, a implementação de políticas antidiscriminatórias robustas, a inclusão da educação sobre identidade de gênero e orientação sexual nas escolas, bem como a desconstrução de estereótipos de gênero prejudiciais. Além disso, é fundamental a ocupação dos espaços por pessoas LGBTQIAPN+ nas esferas política e econômica, permitindo que elas participem ativamente na formulação de políticas e na criação de um mundo mais inclusivo e equitativo.

Em última análise, a luta contra a opressão de gênero e sexualidade no contexto do capitalismo é uma parte intrínseca da busca por justiça social e igualdade. Somente desafiando as estruturas de poder existentes e promovendo a inclusão e a diversidade podemos esperar construir um futuro mais justo e respeitoso para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

A Filosofia da Práxis na luta contra-hegemônica

No contexto da luta contra a opressão de gênero e sexualidade, a teorização nos ajuda a entender como o poder é

exercido sobre as pessoas LGBTQIAPN+. A partir da solidez dos constructos teóricos somos capazes de apreender o fortalecimento de estereótipos e preconceitos, construir ferramentas para desafiar a hegemonia cultural, promover mudança social, desenvolver processos para educar a população sobre a diversidade sexual e de gênero, combater a discriminação e promover a igualdade.

Entendemos nesta discussão que a dinâmica da sociedade capitalista é condicionada, para além do domínio dos meios de produção, pelo domínio da cultura. Na disputa pela hegemonia que permeia a estrutura social vigente, a classe que detém poder sobre o modelo produtivo também busca impor seu projeto de humanidade, educação e sociedade. Apreender a dinâmica do real, a organização do Estado e a disputa pela hegemonia é preponderante para a compreensão de um *status quo* que fortalece a opressão de gênero bem como para a possibilidade de construção de mecanismos para a superação desta cultura.

No constructo da Filosofia da Práxis, Gramsci considera que “a luta pela hegemonia, uma batalha de ideias, de visão de mundo, de ideologia e de projetos políticos em disputa, assume uma importância central na luta pelo poder do Estado e em sua conquista” (Neves, 2017, p. 33). É essencial aprofundar a definição de hegemonia além de “dominação ideológica das classes dominantes sobre as classes

subalternas”, entendendo-a também como um processo pelo qual a classe dominante consegue o consentimento ativo das classes subalternas. Isso permite compreender a possibilidade de uma hegemonia contra-hegemônica das classes subalternas, na qual estas articulam suas próprias visões de mundo e estratégias de resistência, incluindo as lutas de gênero e sexualidade. Em sua análise sobre a sociedade capitalista, o autor sardo afirma que a hegemonia de classe se estabelece quando os valores de uma classe se tornam universais e dominantes, seu poder material atinge o nível das ideias e é legitimado no seio social. Nessa estrutura social, a burguesia exerce a hegemonia ao deter o controle ideológico que a permite dirigir a sociedade intelectual e garantir o poder sobre o Estado (Gramsci, 1999).

Gramsci afirma que uma classe é hegemônica quando seus valores e interesses se tornam dominantes na sociedade. Isso ocorre quando a classe hegemônica é capaz de legitimar seu domínio material, ou seja, quando consegue convencer as outras classes de que seu domínio é natural e justo. A classe hegemônica também controla os meios de produção cultural, como a educação, a mídia e a cultura popular. Dessa forma, ela é capaz de difundir seus valores e ideias para toda a sociedade. A hegemonia da classe dominante é um processo dinâmico que está sempre em mudança e pode ser fortalecida ou enfraquecida a depender

das condições sociais e políticas de uma determinada sociedade (Coutinho, 1981).

A hegemonia de classe se expressa na capacidade da classe dirigente, no capitalismo, na burguesia, em ter o Estado como mecanismo de coordenação dos seus interesses. Ele é organicamente constituído pela sociedade política, representada pelo poder coercitivo expresso no monopólio legal da força e da violência e pela sociedade civil, caracterizada por aparelhos de hegemonia que buscam difundir a ideologia burguês por meio do consenso e da adesão voluntária. O Estado na concepção gramsciana não dissocia o domínio político da base material, considerando a conexão entre economia e política, Gramsci (1999) a noção de Estado como instrumento de dominação:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma representação da forma corporativoeconômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) (Gramsci, 2002, p. 244).

Sociedade política e sociedade civil estão relacionadas de forma orgânica, sendo o Estado resultado dessa unidade

e composto pelas duas esferas. Assim, “por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o ‘aparelho privado’ de hegemonia ou sociedade civil.” (Gramsci, 2002, p. 254-255). O Estado burguês mantém seu domínio por meio de duas estratégias complementares: a coerção e o consenso. A coerção é o uso da força e da violência para reprimir os dissidentes e garantir a ordem social. O consenso é o uso da propaganda e da educação para convencer as massas de que o domínio da burguesia é natural e legítimo. Assim, o Estado burguês é “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (Gramsci, 2002, p. 331).

[O Estado] tem uma tarefa educativa e formativa, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção [...] (Gramsci, 2002, p. 23).

Sendo a hegemonia construída por meio das instituições da sociedade civil, ou seja, por meio dos aparelhos privados de hegemonia na busca da formação do consenso e disseminação da ideologia dominante, sistemas de poder como heteronormatividade e o patriarcado tornam-se hegemônicos na sociedade capitalista, são aceitos como

naturais e legítimos pela maioria da sociedade. Eles são difundidos por meio de uma variedade de instituições e práticas, incluindo a família, a escola, os meios de comunicação e o Estado.

A superação da hegemonia burguesa e a superação dos sistemas de poder perpassa pela revolução, pela construção de uma nova hegemonia através do que Gramsci (1976) denomina como guerra de posição, ou seja, a criação de instrumentos hegemônicos pelos subalternos para os subalternos. Gramsci (1976) suscita a necessidade da ocupação de espaço pelos subalternos e da junção de forças das instituições da sociedade civil na elaboração e difusão de uma nova cultura. Nesse interim, a Educação dos subalternos é primordial, refazê-la e reorganizá-la para os interesses contra hegemônicos.

Devemos refazer, hoje, a educação do proletariado [...]. Ainda que o Estado proletário devesse ter apenas um dia de existência, devemos trabalhar para que ele encontre condições de existência idôneas para o cumprimento da sua função, a supressão da propriedade privada e das classes. Só um proletariado educado politicamente, que não se abandone ao desespero e a desconfiança pelos reveses possíveis e inevitáveis, que permaneça fiel e leal ao seu Estado (Gramsci, 1976, p. 348).

Gramsci explica que uma força hegemônica se mantém forte por meio de um conjunto de forças políticas e sociais, na constituição de um bloco histórico. É por meio do bloco histórico que os subalternos constroem o consenso em oposição às determinações da sociedade capitalista, seja por influência política ou ideológica. De acordo com Gruppi (1995, 82) a “ideologia é o que mantém coeso o bloco histórico, que solda entre si seus elementos, que permite manter unidas classes sociais diferentes e com interesses até opostos, antagônicos”. Gramsci define “bloco histórico” como a junção orgânica entre a base material e a superestrutura ideológica, uma integração que deve ser compreendida de forma ampla para incluir as alianças de classe e suas dinâmicas ideológicas. Recentes interpretações sugerem uma visão mais abrangente que transcende as alianças de classe tradicionais, destacando a importância da cultura e da ideologia na formação dessas alianças.

A consolidação de um bloco histórico dar-se-á pela atividade dos intelectuais, os quais a partir de sua função no processo histórico, contribuem para o processo de continuidade de existência de sua classe (Jesus, 1985). Ao considerarmos a classe subalterna na construção de uma nova hegemonia e superação do Estado burguês, seus intelectuais têm a função de fomentar a consciência de classe, desenvolver em coletivo uma nova cultura social para

limitar o poder de coesão da classe burguesa. (GRAMSCI, 2002). A superação de sistemas de poder e mecanismos hegemônicos de exploração decorre da consolidação do poder de classe o qual somente será possível pela evidência da conquista da hegemonia. É necessário educar as massas e prepará-las em um “processo de unificação de teoria e prática, de construção de uma cultura nova, revolucionária, de reforma intelectual e moral. As duas coisas, para Gramsci, estão estritamente ligadas” (Gruppi, 1995, p. 83).

A Filosofia da Práxis, seu amplo e denso arcabouço epistemológico trazem mecanismos para interpretação, análise e construção de ferramentas para a superação de discursos e práticas determinadas pela burguesia e que impactam na dignidade humana. No sistema do Capital a manutenção dos subalternos inconscientes dos processos de dominação faz parte da estratégia da classe dominante a qual exercerá seu poder estabelecendo o consenso sobre os padrões socialmente aceitos. Romper com essa lógica exige a correlação de princípios teóricos para a construção de práticas de conscientização e transformação da realidade. É nessa percepção e considerando os limites da Filosofia da Práxis em relação às questões de gênero que se faz necessária a interlocução com teorias que contribuem com a análise dessa realidade.

Diálogo entre os estudos de Gramsci e as teorias feministas e queer

O diálogo entre os estudos de Gramsci e as teorias feministas e queer tem sido um campo de investigação e discussão crescente nas ciências sociais e humanas. Embora pareçam divergentes à primeira vista, com focos distintos, essas perspectivas podem se enriquecer mutuamente. As teorias feministas e queer frequentemente apontam os limites do pensamento marxista tradicional em abordar questões de gênero e sexualidade, enquanto a análise gramsciana da hegemonia e da luta de classes oferece uma ferramenta poderosa para compreender as dinâmicas de poder que sustentam essas formas de opressão. Justificar esse diálogo é crucial para superar os limites de cada abordagem e para construir uma compreensão mais completa e integrada das interseccionalidades que caracterizam a opressão contemporânea. Daniela Mussi (2019) ressalta que Gramsci aborda a questão feminina de maneira que nos permite entender a opressão de gênero como uma parte integral da luta pela hegemonia, destacando a importância da inclusão das mulheres na construção de uma nova ordem social. Isso corrobora a importância de um diálogo contínuo entre as teorias feministas e o pensamento gramsciano.

Gigliola Mendes (2013) argumenta que a condição da mulher nas obras do cárcere de Gramsci é analisada não

apenas sob a ótica da opressão de gênero, mas também considerando as implicações econômicas e sociais que reforçam essa opressão. Isso sugere que as teorias feministas podem se beneficiar de uma análise marxista, enriquecendo nossa compreensão das interseccionalidades de gênero, sexualidade e classe.

Antonio Gramsci, renomado teórico político italiano do século XX, é conhecido por suas contribuições fundamentais para a teoria marxista, em particular, sua ênfase na cultura, hegemonia e luta de classes. As teorias feministas e queer, por outro lado, concentram-se nas questões de gênero, sexualidade e identidade, explorando a opressão sistêmica e a busca pela emancipação. O debate sobre identidade, especialmente no contexto da teoria queer, deve ser mediado cuidadosamente com o conceito de consciência de classe. Enquanto a identidade foca nas especificidades individuais e sociais, a consciência de classe envolve um entendimento coletivo da posição socioeconômica e das dinâmicas de poder associadas. Essa distinção é fundamental para evitar confusões teóricas e práticas.

A princípio, pode parecer que essas perspectivas teóricas são divergentes, com focos distintos. No entanto, uma análise mais aprofundada revela pontos de interseção que promovem um diálogo enriquecedor. Um dos conceitos-chave de Gramsci, a hegemonia, que se refere à dominação

ideológica das classes dominantes sobre as classes subalternas, encontra eco nas teorias feministas e queer. Estas teorias examinam como as normas de gênero e sexualidade são impostas e mantidas, muitas vezes de maneira opressiva, por meio de instituições sociais e culturais.

Na perspectiva da teoria queer, a análise dos processos de normalização não se limita à criação do que é considerado anormal, mas também abrange a construção do que é tido como normal. Esta abordagem busca questionar todas as formas de identidades que se conformam a padrões estabelecidos (Sullivan, 2003). As categorias de normalidade e anormalidade surgem devido aos processos de normalização, e ambas exigem uma análise crítica. A teoria queer, sendo uma ferramenta analítica que se concentra nos processos de normalização, requer não apenas o estudo das identidades que aparentemente desafiam as normas, mas também uma investigação profunda dos processos de normalização que simultaneamente produzem e mantêm o que é hegemônico e subalterno, normal e anormal (Miskolci, 2009).

Na teoria queer, assim como na análise gramsciana da hegemonia, a ênfase é colocada na importância de desafiar e questionar as normas e identidades normativas que são impostas pela cultura dominante. Ambas as abordagens reconhecem que a construção da normalidade não é apenas

uma questão de conformidade com padrões sociais, mas é também uma forma de poder que molda as identidades e limita as possibilidades de resistência e transformação.

A hegemonia é o processo pelo qual uma classe dominante consegue obter o consentimento das classes subalternas para sua dominação, não apenas através da força, mas também através da cooptação e da negociação de interesses. A hegemonia é um processo dinâmico que requer constante renovação e adaptação para se manter (Gramsci, 2016, p. 226).

Isso ressalta que a hegemonia é um processo em constante mutação, necessitando da constante negociação e cooptação de elementos que possam discordar. Dentro da teoria queer, esse conceito é aplicado para entender como as normas relacionadas a gênero e sexualidade são permanentemente objeto de negociação e questionamento. A teoria queer reconhece que as identidades de gênero e orientações sexuais não são fixas, mas sim socialmente construídas e sujeitas a uma ampla variedade de influências culturais e individuais. Portanto, a negociação constante dessas normas é fundamental para a compreensão das complexidades das identidades de gênero e sexualidade.

Além disso, tanto Gramsci quanto as teorias feministas e queer valorizam a cultura como um componente essencial na formação da consciência política e na resistência às

estruturas de poder. Ambos reconhecem como as representações culturais de gênero e sexualidade, seja na mídia, na literatura ou nas artes, podem perpetuar estereótipos prejudiciais. No entanto, também exploram formas de resistência cultural, destacando como a arte e a cultura podem ser ferramentas de empoderamento e mudança. Destacamos que “no pensamento gramsciano, existe uma indissociabilidade entre conhecimento histórico, práxis política, luta cultural e processos de formação humana.” (Vieira, 1999, p. 56)

A formação de identidades é outro ponto de convergência. Gramsci concentra-se na formação de identidades de classe, enquanto as teorias feministas e queer exploram as identidades de gênero e sexualidade. Para Gramsci é fundamental, na luta pela hegemonia, construir uma visão pessoal do mundo que implique em reconhecer a própria posição social (identidade de classe), forjando uma identidade vinculada a essa posição, ao mesmo tempo em que se desenvolve a conscientização de si mesmo e dos propósitos a serem alcançados (Schlesener, 2020). Para King (2016), a teoria queer sustenta que as identidades são sempre diversificadas e entrelaçadas com uma variedade de outras características, como orientação sexual, raça, classe social, nacionalidade, gênero, idade e muitas outras, que se interconectam e interagem. Como resultado, todas as

formas de identidade desempenham papéis fundamentais como influências políticas que moldam e estruturam nossa sociedade. Ambos os campos enfatizam como a construção da identidade está intrinsecamente ligada às relações de poder e à busca pela emancipação.

A interseccionalidade, um conceito central nas teorias feministas e queer, também pode ser relacionada ao pensamento de Gramsci. Ambos reconhecem que as pessoas ocupam múltiplas posições sociais e que a opressão e a resistência podem ser moldadas por essas interações complexas de identidade, classe, gênero, raça e sexualidade. Salientamos que:

A interseccionalidade inicia um processo de descoberta, nos alertando para o fato de que o mundo a nossa volta é sempre mais complicado e contraditório do que nós poderíamos antecipar. (...) Ela não provê orientações estanques e fixas para fazer a investigação feminista (...). Ao invés disso, ela estimula nossa criatividade para olhar para novas e frequentemente não-ortodoxas formas de fazer análises feministas. A interseccionalidade não produz uma camisa-de-forças normativa para monitorar a investigação (...) na busca de uma 'linha correta'. Ao invés disso, encoraja a cada acadêmica feminista a se envolver criticamente com suas próprias hipóteses seguindo os interesses de uma investigação feminista reflexiva, crítica e responsável (Davis, 2008, p. 79).

Nesse contexto, é possível argumentar que as categorias de “gênero” e “raça” desempenham um papel fundamental na forma como as disparidades de classe são vivenciadas e percebidas. Isso implica que a ideia de “proletariado” só pode ser verdadeiramente compreendida dentro de um contexto histórico específico. A história global do proletariado, na realidade, é a história singular do proletariado no Atlântico, que abrange uma série de experiências concretas e cotidianas vividas por diversos grupos de pessoas. Isso inclui africanos que foram escravizados e transformados em negros, indivíduos que buscavam sobreviver nas grandes cidades brasileiras ou que se refugiavam em comunidades quilombolas após escapar da escravidão e estabelecer conexões com indígenas e brancos despossuídos. Também engloba povos indígenas que resistiam contra invasores e bandeirantes, camponeses empobrecidos expulsos de suas terras na Europa e trazidos para as Américas por governos racistas, bem como mulheres, negros e indígenas que se organizavam em clubes secretos, lideravam revoltas locais e participavam de manifestações culturais e religiosas, entre outras atividades. Os proletários, portanto, são aqueles que, apesar de serem frequentemente destituídos de direitos, objetificados, escravizados e explorados de várias maneiras, conseguiram fazer da resistência uma parte integral de suas vidas, nunca se submetendo à marginalização e à opressão (Ruas da Fonseca, 2022).

Por fim, tanto Gramsci quanto as teorias feministas e queer compartilham o objetivo fundamental de promover a transformação social e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Embora abordem essas questões de maneiras diferentes, ambos fornecem ferramentas analíticas e conceituais que podem ser usadas para entender e abordar as injustiças sociais de maneira mais abrangente e eficaz. Notamos que todo sujeito, ativo e conscientemente é agente da mudança de si e do mundo no qual encontra-se inserido.

[...] deve-se conceber o homem como uma série de relações ativas (um processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é todavia o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. [...]. O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos [...] o homem não entra em relações com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica. E mais: estas relações não são mecânicas. São ativas e conscientes [...] Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, modifica-se, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o centro estruturante (Cad. 10, Parte II, § 54 - Gramsci, 1999, p. 413).

Em resumo, o diálogo entre os estudos de Gramsci e as teorias feministas e queer oferece uma oportunidade valiosa para enriquecer nossa compreensão das dinâmicas de poder, opressão e resistência em uma sociedade complexa. Essa integração de perspectivas teóricas permite o desenvolvimento de abordagens mais abrangentes e eficazes para a análise e ação política, visando a igualdade de gênero, a diversidade sexual e a justiça social.

Embora muitas abordagens feministas e queer possam parecer predominantemente reformistas, é crucial identificar como essas lutas podem ser integradas em uma estratégia revolucionária. Gramsci enfatiza que as reformas não devem ser vistas em oposição à revolução, mas sim como etapas dentro de uma estratégia mais ampla de transformação social. O diálogo entre feminismo, teoria queer e marxismo gramsciano pode revelar pontos de intersecção onde as reformas cotidianas pavimentam o caminho para mudanças estruturais profundas, visando uma verdadeira práxis revolucionária. Nessa junção, a reforma caracteriza-se como processo constitutivo de formação moral e intelectual, promovendo a construção e fortalecimento de um bloco histórico cuja finalidade é a emancipação dos subalternos. (Gramsci, 2002).

Rodrigo Passos e Aline Yamashita (2022) afirmam que a articulação entre Gramsci, feminismo e hegemonia revela

como as lutas feministas e de sexualidade podem se integrar em uma estratégia mais ampla de transformação social, desafiando as estruturas de poder estabelecidas. Essa perspectiva destaca a relevância de um enfoque interdisciplinar e interseccional na análise das opressões contemporâneas.

Considerações finais

O debate sobre a opressão de gênero e sexualidade no contexto do capitalismo é uma questão intrincada e multifacetada que exige uma análise profunda das interações entre poder, economia e cultura. Este artigo procurou justificar a necessidade de um diálogo entre os estudos de Gramsci e as teorias feministas e queer, destacando como ambas as abordagens podem se complementar e enriquecer. A hegemonia, como conceito central na teoria de Gramsci, deve ser compreendida em sua complexidade para incluir as dimensões de gênero e sexualidade. Ao mesmo tempo, as teorias feministas e queer podem se beneficiar de uma análise marxista das estruturas de poder capitalistas, criando um arcabouço teórico mais robusto para a luta contra-hegemônica. Gigliola Mendes (2020) observa que a subalternidade feminina na filosofia da práxis gramsciana aponta caminhos para uma nova hegemonia, que incorpora a luta pela emancipação de gênero como parte integral da revolução social. Esse ponto é crucial para fortalecer

o diálogo entre feminismo, teoria queer e marxismo, destacando a necessidade de uma abordagem interseccional na luta contra-hegemônica.

Passos e Santana (2017) discutem como a questão sexual nos cadernos carcerários de Gramsci é fundamental para entender as interseções entre gênero, sexualidade e classe, proporcionando uma visão mais completa das dinâmicas de poder opressivas. Incorporar essa perspectiva é essencial para desenvolver uma abordagem mais holística e eficaz na luta contra a opressão sistêmica.

Ao longo deste texto, exploramos como o sistema capitalista perpetua desigualdades e exerce influência nas experiências das pessoas em relação à sua identidade de gênero e sexualidade. Examinamos como as mulheres, as pessoas transgênero e aqueles que desafiam as normas de gênero e sexualidade são afetados de maneira desproporcional por esse sistema. Além disso, destacamos a importância da Filosofia da Práxis na luta contra-hegemônica, que nos permite entender como o poder é exercido sobre as pessoas LGBTQIAPN+ e como a classe dominante busca impor seus valores e interesses à sociedade. Através do conceito de hegemonia, de Gramsci, percebemos como a classe dominante molda as ideologias e valores que permeiam a cultura e a política, influenciando a forma como as pessoas percebem e vivenciam sua identidade de gênero e sexualidade.

De acordo com Gramsci (2002, p. 331), a coerção e o consenso são os mecanismos utilizados para a manutenção da hegemonia do Estado burguês. Por meio “de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” o Estado burguês repreende aqueles que de alguma forma oferecem risco ao seu domínio. Desta forma, a hegemonia é construída por meio das instituições da sociedade civil e sua conquista se dará por meio da criação de instrumentos hegemônicos da classe subalterna, utilizando principalmente da educação para acumular forças, elaborar e difundir uma nova cultura. É preciso que a organização dos movimentos feministas, de gênero e de sexualidades estejam organizados em uma unidade estabelecida, em um bloco histórico ideologicamente coeso.

Nesse processo, a ação dos intelectuais orgânicos dos movimentos LGBTQIAPN+ e feministas são essenciais. São eles os responsáveis pela valorização do conhecimento advindo das massas, do senso comum que rompe com as imposições filosóficas da burguesia. É preciso que os movimentos adentrem e ocupem os espaços, movimentem e fortaleçam o bloco histórico construindo uma consciência de classe que enfraqueça os mecanismos de opressão e coerção.

Os processos educativos de conscientização devem estar pautados no rompimento dos princípios capitalistas.

É necessário, por exemplo, que os processos pedagógicos rompam com a lógica economicista de valorização do capital em detrimento da valorização humana. São urgentes a criação de “condições para o acesso aos conhecimentos relativos à filosofia, às ciências, às artes, à gramática, à literatura, etc., de modo a oferecer cultura geral e criar bases para o avanço de novos conhecimentos” que contemplem a diversidade de gênero e valorizem as identidades dos sujeitos (Flach; Schlesener, 2018, p. 188).

O diálogo entre as teorias feministas, queer e os estudos de Gramsci nos proporciona uma visão mais completa das dinâmicas de poder e resistência. Essas perspectivas teóricas destacam a importância da cultura, da formação de identidades e da interseccionalidade na compreensão das opressões sistêmicas e na busca por justiça social. O combate à opressão de gênero e sexualidade no contexto do capitalismo, é fundamental promover mudanças econômicas, sociais e culturais. Isso inclui a busca pela igualdade salarial, a implementação de políticas antidiscriminatórias, a inclusão da educação sobre identidade de gênero e orientação sexual nas escolas e a desconstrução de estereótipos prejudiciais. Na construção de uma nova hegemonia é crucial que as pessoas LGBTQIAPN+ ocupem espaços na política e na economia, para que possam participar ativamente na formulação de políticas e na construção de um mundo mais inclusivo e equitativo.

REFERÊNCIAS

- AVELLUTO, Valentina. Gramsci, o movimento feminista e a crise da hegemonia patriarcal. **Novos Rumos**, v. 57, n. 2, p. 71-74, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2020.v57n2.p71-74>. Acesso em: 31 maio 2024.
- COUTINHO, C. N. **Fontes do pensamento político**: Gramsci. Porto Alegre: L&PM editores, 1981.
- DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword: A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. **Feminist theory**, v. 9, n. 1, p. 67-85, 2008.
- FEDERICI, S. **O patriarcado do salário** –notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FLACH, S. F.; SCHLESENER, A. H. Educação desinteressada e a análise de Políticas Educacionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 3, p.780-797, jul./set. 2018.
- GHETTI, Nara. Gramsci, as mulheres e a “questão sexual”. **Práxis e Hegemonia Popular**, v. 5, n. 6, p. 76-92, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2526-1843.2020.v5n6.p76-92>. Acesso em: 31 maio 2024.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2002.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel, a política eo Estado moderno. 2016.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. v.1. Tradução: Manoel Simões. Lisboa: Serra Novva, 1976.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 13. ed. Porto Alegre: L&PM editores, 1995.

KING, Andrew. Queer categories: queer (y) ing the identification 'older lesbian, gay and/or bisexual (LGB) adults' and its implications for organizational research, policy and practice. **Gender, Work & Organization**, v. 23, n. 1, p. 7-18, 2016.

MARINHO, Silvana. Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. **Revista Katálysis**, v. 21, p. 602-610, 2018.

MATOS, A. C. Contribuições do marxismo para os estudos sobre gênero e saúde. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 610-622, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i1.37004. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/37004>. Acesso em: 31 maio 2024.

MENDES, Gigliola. A subalternidade feminina na filosofia da práxis: caminhos para a (nova) hegemonia na contemporaneidade. **Práxis e Hegemonia Popular**, v. 4, n. 4, p. 167-187, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2526-1843.2019.v4n4.10734>. Acesso em: 31 maio 2024.

MENDES, Gigliola. Em que espelho ficou perdida a minha face?: uma análise da condição da mulher nas Obras do Cárcere de Antonio Gramsci. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2013.173>. Acesso em: 31 maio 2024.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, p. 150-182, 2009.

MUSSI, Daniela. Antonio Gramsci e a questão feminina. **Tempo Social**, v. 31, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.157731>. Acesso em: 31 maio 2024.

NEVES, A. V. Apontamentos sobre Gramsci e sua influência ao Serviço Social no século 21. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20 n.1, p. 31-36, jan./abr. 2017.

PASSOS, Rodrigo D. F. dos; SANTANA, D. P. F. de. Notas sobre a questão sexual nos cadernos carcerários de Gramsci. **MovimentAção**, v. 4, n. 7, p. 75-88, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/mvt.v4i07.7495>. Acesso em: 31 maio 2024.

PASSOS, Rodrigo D. F.; YAMASHITA, A. C. F. Gramsci, feminismo e hegemonia: uma análise. In: BRABO, T. S. A. M. (Org.). **Direitos Humanos, gênero, cidadania e educação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 297-316. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-279-6.p297-316>. Acesso em: 31 maio 2024.

RUAS DA FONSECA, R. S. . Raça, gênero e o marxismo amefricano: desfazer mitos, (re)construir caminhos de emancipação. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 267-284, 2022. DOI: 10.9771/gmed.v14i2.49568. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49568>. Acesso em: 31 maio 2024.

SCHLESENER, Anita Helena. A linguagem e seu significado político e pedagógico a partir dos escritos de

Gramsci. **AMMENTU-Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe**, v. 2, n. 2, p. 103-117, 2020.

SILVA, Maria Aparecida da; LUPPI, Carla Gianna; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1723-1734, 2020.

SILVA, Rodrigo Augusto et al. Neoliberalismo, conservadorismo religioso e opressões de gênero e sexualidade no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, p. 244-262, 2023.

SULLIVAN, Nikki. **A critical introduction to queer theory**. NYU Press, 2003.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci. **Educação e pesquisa**, v. 25, p. 51-66, 1999.

02

Onde verbo se faz carne: a construção heteronormativa de discurso sobre corpos gays masculinos em ambientes organizacionais

Where the word became flesh:
the discursive heteronormative
construction of bodies in
organizational environment

Adriana Vinholi Rampazo

Doutora em Administração (USP)

Professora da Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Email: arampazo@uel.br

Luiz Eduardo Pereira Batista

Mestre em Administração (UEL)

Professor da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

Email: luizeduardo@gmail.com





Resumo

Neste artigo pensamos em como os discursos organizacionais atuam sobre corporalidades. O objetivo desse trabalho é entender a influência do discurso organizacional no processo de construção dos corpos de trabalhadores gays masculinos. Para tanto, utilizamos os conceitos de performatividade e poder, discurso e heteronormatividade e as narrativas de cinco trabalhadores gays masculinos, coletadas por meio da gravação de entrevistas acerca de suas trajetórias profissionais e suas interações no ambiente organizacional. Aplicamos a Análise do Discurso de linha Francesa sobre essas narrativas, identificando sete recursos discursivos e concluímos que esses recursos influenciam na construção dos corpos desses trabalhadores dentro de um contexto heteronormativo.

Palavras-chave: Discurso. Corpo. Heteronormatividade. Organizações. Gays.

Abstract

In this paper we think about how organizational discourses act on corporeality. The objective of this study is to understand the influence of organizational discourse in the process of body conformation of male gay workers. For that purpose, we used the concepts of performativity and power, speech and heteronormativity, and the narratives

of five male gay workers, collected through interviews about their professional trajectories and their interactions in the organizational environment. We applied the French Discourse Analysis on these narratives, identifying seven discursive resources and conclude that these resources influence the construction of the bodies of these workers within a heteronormative context.

Keywords: Discourse. Body. Heteronormativity. Organizations. Gays.

Introdução

Quando um de nós, autores desta pesquisa, estava ministrando uma aula de Responsabilidade Social no curso de Administração em uma universidade pública paranaense, um dos acadêmicos reclamou da temperatura baixa ocasionada pelo ar-condicionado e pediu para aumentá-la. O colega que se sentava ao seu lado logo exclamou: “*Você é uma bicha mesmo!*”. E os dois riram. A aula envolvia apresentação de um seminário, cujo acadêmico encarregado trazia alguns trejeitos considerados afeminados na voz e na gesticulação. A partir da produção da frase heterossexista, a voz do apresentador mudou para um tom mais grave e assim continuou até o encerramento do seminário.

Surgiram-nos então, *a priori*, alguns questionamentos sobre a influência dos discursos heteronormativos e heterossexistas sobre os corpos dos gays. Esses corpos são como aí, de fato, estão, ou somente o são, pois não têm permissão para ser de outra forma? Se, dentro de uma sala de aula com pessoas adultas e pretensamente emancipadas, a reprodução de um discurso heterossexista consegue aparentemente mudar a voz de um acadêmico, o que aconteceria dentro das organizações em suas relações de poder no contexto de trabalho?

Além dessa inspiração empírica, com o intuito de problematizar teoricamente, inspiramo-nos, também, na dicotomia naturalizada e hierarquizada (no nosso caso, entre héteros e não héteros) que se inter-relaciona com o discurso de dominação entre os grupos separados por essa dicotomia. Para Butler (1998a, p.16, tradução nossa) a materialização dos corpos é governada por normas regulatórias “*que têm por objetivo assegurar a hegemonia heterossexual na formação do que qualifica como um corpo viável*”. Neste sentido, a heterossexualidade normativa e suas práticas associadas são utilizadas para ordenar e marginalizar aquelas e aqueles que vivem fora de seus limites, uma vez que, como afirma Foucault (1988), a homossexualidade na sociedade ocidental moderna está associada a um comportamento não natural e desviante, uma forma de perversão, muitas vezes vista como

pecado. Como uma instituição, pontua Jackson (2005), a heterossexualidade inclui elementos sexuais e não sexuais, definindo, a partir dela mesma e numa forma hierárquica, práticas como normais ou anormais. É assim que o corpo hétero é visto nas organizações como “*aquele que melhor atende aos ‘requisitos do cargo’*” (Flores-Pereira, 2010, p. 426).

Muitas pesquisas foram produzidas sobre gays no ambiente organizacional nos últimos anos, focando na discriminação, preconceito e violência simbólica no local de trabalho (Irigaray; Saraiva; Carrieri, 2010; Caproni Neto; Saraiva; Bicalho, 2013; Souza; Pereira, 2013; Caproni Neto; Bretas; Saraiva; Silva, 2015; Caproni Neto; Saraiva, 2018; Gomes; Feliz, 2019), as estratégias de sobrevivência no ambiente de trabalho (Irigaray; Freitas, 2013; Antunes; Versiani; Santos; Carvalho Neto, 2021), o descompasso entre o discurso de inclusão e as práticas organizacionais (Eccel; Flores-Pereira, 2008; Magalhães; Saraiva, 2018) e o consumo gay (Pereira; Ayrosa; Ojima, 2006; Pereira; Ayrosa, 2012).

Apesar disso, o debate sobre a construção dos corpos gays nesses estudos só é foco central para Pereira e Ayrosa (2012). No entanto, sua temática recai sobre a construção corporal a partir da própria cultura gay. Diferentemente, nosso foco se posiciona sobre a temática no contexto organizacional em que os gays enfrentam obstáculos para sobreviver por meio do trabalho. Nos demais estudos, o

corpo se faz presente, mas de uma forma periférica. E é neste *gap* que buscamos realizar este artigo.

Estabelecemos, então, o objetivo de entender influência do discurso organizacional no processo de construção dos corpos de trabalhadores gays masculinos. Dessa forma, este estudo pretende, a partir de seu objetivo, trazer contribuição para a performatividade dos sujeitos reflexivos de Butler. Para tanto, num primeiro momento discutimos como o corpo é construído, baseando-se nas ideias de Butler e Foucault e nos propusemos a entender essas ideias dentro do contexto da heteronormatividade.

Para que fosse possível alcançar nosso objetivo, entrevistamos cinco trabalhadores gays de diferentes organizações e aplicamos a Análise do Discurso Francesa, cuja utilização contribuiu para constatar a influência organizacional no processo de construção dos corpos dos trabalhadores por meio de sete recursos discursivos conhecidos como figuras de linguagem que identificamos e abordamos de forma crítica. Além da constatação do processo de construção dos corpos, concluímos também que nossa crítica, à maneira como ocorre essa construção, também pode, por sua vez, influenciar na construção de sujeitos reflexivos, o que pode fortalecer a teoria *Queer*.

1. Embasamento Teórico

1.1. A discussão sobre o corpo

Nossos corpos são socialmente construídos ou biologicamente dados? O que compõem nossos corpos são artérias, órgãos, tecidos naturalmente determinados... ou existe algo de ideológico que nos faz entendê-los da maneira como entendemos? Há quem já tenha dito que o corpo seja um composto de matéria biologicamente dado, naturalmente imposto e, dessa forma, determinante de capacidades, de habilidades (Maluf, 2001). Nesse pensamento, o corpo pode ser entendido como um avatar, um receptáculo da alma ou da mente, portanto necessário para que a existência humana fosse possível. O corpo como receptáculo estaria em segundo plano em relação à mente, uma vez que seria, em primeiro lugar, utilitário veículo para a possibilidade de interação social, ou em segundo, invólucro que aprisionaria a mente ou a alma ou, até mesmo, serviria de material de expiação dos pecados da carne (Barbosal Matos, Costa, 2011).

No entanto, várias são as questões que envolvem em situar o corpo em lá ou cá. Para quem defende que o corpo seja biologicamente dado (Maluf, 2001), não temos poder de escolher sobre aquilo que se chama de fato sobre o corpo. Não se escolhe não morrer no momento de morte. Não se escolhe ter dois metros de altura quando se é um

anão. Não se escolhe ser gay quando seu corpo deseja o dito sexo oposto. Dessa maneira, a performatividade não seria tão facilmente aceita como legítima enquanto pessoas sofrem com limitações que seus corpos lhes impõem. Já os que defendem a construção social entendem que tais limitações, bem como as configurações biologicamente consideradas, não passam de imposições sociais das quais podemos nos libertar ou não (Butler, 1993a). Ser louco ou ser são, ser mulher ou ser homem, ser preto ou ser branco, ser criança, são construtos concebidos pela interação social que seguem padrões configurados não pelo corpo em si, mas pela ideia construída do corpo. E aqui vai ter sempre um ponto inacessível, um limite humano que o corpo carrega em si mesmo.

Como o objetivo principal do nosso trabalho é entender a influência do discurso organizacional no processo de construção dos corpos de trabalhadores gays masculinos, nossa primeira preocupação deve ser encontrar um conceito de corpo que sustente a pesquisa. Para tanto, ter por premissa esse limite humano – acima citado – como questão parece dar conta da alocação do corpo conceitualmente. Portanto, um ponto que pode contribuir para a aceitação desse limite é desconsiderar os lados (o dado e o construído) isoladamente, uma vez que o debate essencialismo/construtivismo tropeça, segundo Butler (2002), em um

paradoxo. Ou melhor, para conseguir chegar a um ponto de entendimento do que seja o corpo, é necessário entender que as duas oposições podem se cruzar, materializando, nesse paradoxo, enfim o próprio corpo.

Neste primeiro momento, vamos considerar o pensamento de Grosz (2000) sobre a dualidade mente-corpo. Para ela, toda forma binária se dá de maneira hierárquica. Ao estabelecer qualquer tipo de dualidade, um elemento sempre estará em posição acima em relação ao outro. É o que ocorre entre os elementos homem x mulher; branco x preto; bem x mal; alma x corpo... Inevitavelmente quando um elemento forma um par com outro, um estará em posição superior ao outro. Dessa forma, separar a mente do corpo é, além da impossibilidade dessa separação, a maneira mais fácil de hierarquizar discursivamente o corpo à mente. Enquanto na mente se encontram a sublimação, a razão, a imortalidade, a pureza, no corpo há o pecado, a morte, a lascívia, a concupiscência. Como contribui Flores-Pereira (2010), especificamente nos estudos organizacionais, essa divisão hierarquizada entre a mente como instância própria do ser humano e o corpo como objeto à disposição dessa pessoa racional, recai sobre o modo de organização do trabalho a partir da Revolução Industrial, quando se inicia um processo gradual de clivagem entre o trabalho

do corpo e o da mente, distanciando, até mesmo, os valores socioeconômicos atribuídos a cada um deles.

Assim, com a estratégia de encontrar um ativismo feminista mais apurado, Grosz (2000) invoca o monismo de Spinoza para construir sua argumentação. Posto dessa forma, desestabelece-se a hierarquia, e o corpo é, então, considerado como não mais um elemento em oposição à mente, mas articulado a ela. Quando se tem como princípio que corpo e mente formam uma substância única, o modo de abordar esse novo corpo muda totalmente, uma vez que essa articulação permite uma versão complexa do corpo em que não mais é possível reduzi-lo à sua matéria biológica nem mais atribuir-lhe performatividades soltas. Na verdade, para Butler (1993a, p.2, tradução nossa), a performatividade *“deve ser entendida não como um ‘ato singular e deliberado’, mas sim como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia”*.

Nesse sentido, nós somos corpos como substâncias discursivas não ontologizadas. Vamos praticar nossa performatividade numa práxis discursiva que nos dá a existência nunca prévia, mas sempre dentro da interação. Um bom modo de trazer luz para o nosso processo de existência é recorrer à dobra de Deleuze (1988) pela qual ocorre o processo de subjetivação, tão bem apropriada por Santos (1997) de como o discurso se faz carne.

Os discursos confluem, estão circulando, disputando espaço e prestígio pelo exercício de relações de poder. Há, contudo, uma superfície, uma “linha de fora”, por onde eles se deslizam e adquirem significado ao fazerem tensão. Nesse ponto de tensão imerge uma invaginação, uma dobra que se aprofunda, que “puxa” as duas extremidades da superfície tensionada pelo “peso” da dobra e elas se unem. A dobra está feita. A dobra somos nós, é a encarnação, o discurso feito carne. [...] A dobra somos nós, pondo dentro de nós a exterioridade, agora interioridade (Santos, 1997, p. 83).

No entanto, a conceituação de discurso como prática social, que já havia sido exposta por Foucault (1986), torna-se bem mais emblemática ao ressaltar a ideia de que o discurso sempre se produziria em razão de relações de poder (Foucault, 1987; 2004). Então nossos corpos são construídos por meio de discursos e tais discursos estão inseridos em um contexto de saber-poder. É nesse contexto que o conhecimento é legitimado pelo poder que, por sua vez, produz conhecimento que o legitima.

Importante ressaltar que, para Foucault (1988), por vezes, esse poder até desempenha a função de impedir, censurar, proibir, mas, além disso, tem esse caráter principal de produzir e produz por ter sua legitimidade respaldada pelo saber. Se tomarmos essa lógica de saber-poder como pressuposto, podemos entender que, num ambiente organizacional, a construção dos corpos dos trabalhadores é

influenciada pela interação dos vários territórios que esses trabalhadores ocupam, inclusive a própria organização. A organização como espaço de discurso (e como discurso em si) participa da construção de corpos.

Mas essas práticas regulatórias, complementa Butler (1993a, p.2, tradução nossa), “*funcionam de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual*”. O corpo é então o resultado do formato que uma superfície possivelmente biológica dada vai se transformando com o peso dos discursos socialmente construídos sobre ela. É claro que o corpo material – aquele que chamamos de “físico”, que sangra, que dói, que envelhece – existe, mas sua materialidade é resultado da reinscrição repetitiva das normas regulatórias que age sobre ele. Os discursos que são produzidos, repetidos e aceitos constroem os corpos, possibilitando sua existência. Esse é o ato de inscrição em que esses discursos são incorporados em forma de normas, regras, condutas. O que é permitido e o que não é permitido. A formação discursiva, para Foucault, apresenta-se como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mas submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria.

Portanto, as inscrições sociais discursivas sobre a superfície biologicamente dada confere aos corpos o modo como eles estão, atribuindo-lhes então uma performatividade ilusoriamente naturalizada que estabelece, entre as questões de raça, classe e gênero, a heteronormatividade.

1.2. A Heteronormatividade

Além da performatividade, para o alcance do nosso objetivo, é importante retomarmos a discussão sobre heteronormatividade, uma vez que a construção de nossos corpos se dá por meio de discursos que são produzidos e reproduzidos num tempo-espaço dentro de seu contexto saber-poder.

É claro que, para um trabalho que se baseie no pensamento butleriano, a ideia de heteronormatividade pode, a princípio, mostrar-se destoante em razão do reforço que esse conceito traz às construções binárias. No entanto, essa aparente desconexão é um dos pontos centrais desse trabalho: a construção dos corpos dos gays por meio de discursos heteronormativos.

Neste ponto, é importante nos justificarmos, ressaltando que a própria Butler (2002) reconhece as categorias de mulher e de homem como necessárias, porque *“ainda não somos capazes de considerar aqueles atos e práticas e modos de vida que foram brutalmente excluídos desse mesmíssimo binário próprio e impróprio”* (Butler, 2002, p. 12). De acordo

com Derrida (1972), esse binarismo possibilita uma lógica de relação entre uma coisa centralmente posicionada e o seu oposto subordinado. Ou como prefere Grosz (2000), elementos binários se hierarquizam.

Trazendo esse pensamento para o contexto da nossa pesquisa, as denúncias de heteronormatividade como posição superior aos não heteronormativos nos dá a construção de corpos gays como aquilo que Butler (1993a; 2002), ao conceituar corpos cuja materialidade não apresenta tanta importância, concebe como corpos abjetos. Propositadamente, precisamos reconhecer a existência de um sistema binário entre esses sujeitos – gays abjetos – em oposição aos sujeitos encaixáveis à moldura da heteronormatividade. Precisamos reconhecer também que tal discurso somente é possível por sua legitimidade produzida pela episteme de cada época, em que cada uma dessa época é produto de uma anterior (Foucault, 1988). Assim, de modo geral, na sociedade enquadrada num discurso legitimado pelas relações de saber-poder como binária, a superfície gay dos corpos foco deste estudo recebe os discursos heteronormativos, o que lhes causa uma dobra carregada de sofrimento nessa ortopedia imposta sobre seus corpos.

De modo específico, podemos perceber que a hegemonia binária da heterossexualidade, como padrão naturalizado heteronormativo, requer estratégias nos mais variados

territórios, inclusive nas organizações. Essas estratégias, segundo Louro (2009), têm por objetivo garantir o privilégio dessa “construída naturalidade” do heterossexual. Dessa forma, é imposto a todos que os desejos, então considerados normais, são justamente os que se enquadram no paradigma binário masculino-feminino heteronormativo.

Importa-nos, além do destaque ao objetivo por nós traçado, salientar a permeabilidade desse discurso sobre as dobras dos corpos, uma vez que, de acordo com Souza e Pereira (2013), a heteronormatividade é um dispositivo de poder que regula implicitamente todas as formas de identidades sexuais, sejam elas heterossexuais ou gays. Portanto, a heteronormatividade controla não somente os grupos minoritários e não dominantes, mas também estabelece as normas que os próprios heterossexuais devem seguir, considerando qualquer comportamento contrário como comprometedor tanto dos desempenhos sociais como profissionais (Irigaray; Saraiva; Carrieri, 2010).

Mesmo que atualmente a homossexualidade não seja considerada uma doença pela medicina, os discursos familiares, morais e religiosos ainda permeiam pela sociedade contribuindo para a construção de corpos heteronormativos. Um corpo heteronormatizado não é somente aquele em que se inscreve um discurso de preferências heterossexuais, mas também aquele em que se aplica o comportamento

masculino e feminino legitimado da nossa época, seja ele heterossexual ou não. Portanto, o discurso heteronormativo configura o processo de aceitação homossexual como a que esteja dentro dos padrões estabelecidos pela performatividade de gênero pseudonaturalizada, uma vez que a heterossexualidade é concebida hegemonicamente como natural e compulsória, apesar de não sê-la (Souza; Pereira,, 2013; Miskolci, 2009). Dessa forma, qualquer corpo que não se encaixa nas configurações heteronormativas, independente de ser um corpo heterossexual ou não, passa a ser um corpo estereotipado, estigmatizado e marginalizado, ou, como sugere Butler (1993a): um abjeto.

2. Procedimentos Metodológicos

Este estudo pretende entender a influência dos discursos organizacionais no processo de construção social do corpo de trabalhadores gays masculinos, permitindo a possibilidade de talvez se encontrarem futuramente formas de resistência a esse dispositivo da verdade. Portanto, a análise desse processo permite a reflexão acerca da construção desses corpos nesses contextos, bem como o fornecimento de dados para o ativismo *Queer*.

Como a Análise do Discurso foge aos preceitos da ciência positivista e, dessa forma, não se tem o compromisso de representar a população como um todo, para que o objetivo

fosse alcançado, foram realizadas entrevistas com cinco trabalhadores gays masculinos tendo como ponto de partida o modo como discursam sobre sua trajetória profissional e suas interações organizacionais. Esses participantes foram escolhidos por partilharem entre si as características fundamentais para a pesquisa: todos se identificam como homens gays/homossexuais – usam ambos os termos como intercambiáveis para sua própria identificação, como pode ser visto nos recortes das suas falas neste estudo: “sou gay” ou “sou homossexual” – cisgêneros e trabalhadores com trajetórias profissionais heterogêneas (embora dois deles sejam professores), o que poderia contribuir para uma riqueza discursiva na análise. Assim, apresentamos a contextualização de cada participante a seguir:

Participante 1: 20 anos, auxiliar administrativo, cursando graduação em Matemática, não assumido, mora com os pais, autodeclara-se classe média-baixa e branco.

Participante 2: 21 anos, assistente administrativo de uma loja de materiais elétricos, cursando graduação em Administração, não assumido, mora com os pais, autodeclara-se classe média e branco.

Participante 3: 33 anos, professor de uma escola de Ensino Fundamental e Médio, graduado em Letras, não assumido, mora com os pais, autodeclara-se classe média-baixa e branco.

Participante 4: 23 anos, professor de uma escola de Ensino Fundamental, cursando graduação em Letras, parcialmente assumido (só assumiu ser gay no trabalho), mora com amigos, já que seus pais vivem numa cidade menor na vizinhança, autodeclara-se classe média-baixa e branco.

Participante 5: 22 anos, auxiliar financeiro de uma construtora, cursando graduação em Administração, não assumido, mora com os pais, autodeclara-se classe média-baixa e branco.

No entanto, como não lidamos como sujeitos isolados de seu contexto sócio-histórico, necessitamos explicitar certos elementos sobre o “lugar” social e histórico que os entrevistados ocupam (Fonseca, 1999). Assim, é importante frisar que todos os entrevistados são moradores de uma cidade tradicionalista e conservadora de porte pequeno no interior do Paraná – cuja fonte de renda principal é o agronegócio –, onde a maioria das pessoas se conhece e o comportamento de todas e todos é vigiado e disciplinado, sendo que o fato de se assumir gay é diferente do que ocorre em cidades grandes, conforme constatado por Ferrari e Barbosa (2014) em seu estudo, já que *“assumir-se, por mais que pareça, não é uma decisão individual e autônoma, mas culturalmente disponível [...]”* (Miskolci, 2014, p. 57).

Nesta cidade, pelo contrário, a homossexualidade é silenciada, para atender as demandas morais da igreja,

da escola e da família, e para manter relações – sexuais, amorosas ou de amizade –, mesmo os que se assumiram publicamente como gays, muitas vezes utilizam aplicativos de encontros ou se dirigem à cidade de porte médio mais próxima, onde existe uma “vida noturna” gay, a fim de não correr o risco de se expor publicamente na sua cidade.

Além disso, os entrevistados também foram escolhidos pela aproximação com o entrevistador, que é o primeiro autor deste artigo. O fato do pesquisador conhecer pessoas que se encaixavam nas características necessárias para esse estudo foi fundamental, uma vez que isso possibilitou o contato.

O primeiro contato se deu por meio de WhatsApp como forma de convite para participar da pesquisa. Nesse momento, também aproveitamos para explicar o objetivo da entrevista e o modo como ela aconteceria: a entrevista seria gravada de modo totalmente confidencial. Também deixamos os participantes à vontade para a escolha do local da entrevista e expusemos o caráter de anonimato na conduta e publicação da pesquisa.

Para que houvesse a garantia desse anonimato, assumimos que apenas se usariam excertos exemplificativos do discurso que não fossem muito extensos para que a possibilidade de identificação fosse impedida. É importante lembrar que esses personagens poderiam ser vítimas de preconceitos ou de assédio moral ou sexual em razão de sua

orientação. Portanto, outro cuidado que tivemos para que o anonimato fosse garantido foi, claro, a não identificação dos participantes, nem mesmo a utilização de codinomes exclusivos para cada um, uma vez que possibilitaria a associação dos discursos e a identificação seria possível. Em razão disso, com o intuito de proteger nossas fontes, abrimos mão da utilização dos codinomes. Caso o nome de algum participante aparecesse em suas narrativas, referindo-se a si mesmos em terceira pessoa, o codinome geral utilizado foi Mogli – uma alusão ao personagem de Rudyard Kipling, cujo corpo se constrói em sua interação com outros seres.

Dos sete convidados, cinco aceitaram participar das entrevistas que aconteceram individualmente na casa de cada um deles, o que contribuiu para o desenvolvimento de maneira informal e descontraída das conversas – apesar dos pontos desconfortáveis – que foram gravadas em áudio com duração de 30 a 40 minutos, incluindo temas diversos embora o entrevistador voltasse sempre para o objetivo proposto. Portanto, o foco das entrevistas sempre recorria aos sentimentos e interações do entrevistado no local de trabalho.

A Análise do Discurso realizada baseou-se na análise dos áudios que foram transcritos e lidos diversas vezes, na busca de elementos discursivos em que fosse possível identificar reforço ou ataque a instituições formais ou informais de poder, bem como a categoria dos que ganham

e dos que perdem nesses embates, por meio da opressão e/ou resistência e/ou da justificativa do *status quo*.

Depois de identificados os elementos discursivos que apresentaram os aspectos acima, a etapa seguinte consistiu em encontrar uma identificação de temas por meio da interpretação desses discursos. E então fizemos a atribuição de cada fragmento aos temas em que se encaixam, exemplificando e justificando, dessa forma, os significados atribuídos ou os efeitos produzidos (Lombart, 1995) e a interpretação para os efeitos sociais (Parker, 1992).

Como esse estudo busca a influência da construção do corpo por meio do discurso, optamos em categorizar os elementos discursivos em questão como figuras de linguagem ou recursos linguísticos que reconfiguram os corpos como um discurso produzido nas interações organizacionais. Os termos destacados nos discursos sugerem o reforço do recurso. Em cada fragmento na análise que se segue, foram utilizados as iniciais de cada recurso linguístico seguidas da letra “D” de discurso e o número correspondente à quantidade identificada para este trabalho.

3. A Encarnação do Verbo: o processo de inscrição discursiva nos corpos

Partindo do pressuposto de que os discursos são os constituintes essenciais de todas as coisas, lançamos mão de

seus próprios recursos linguísticos utilizados para atribuir significado que se materializa na própria prática discursiva (Butler, 2003). Dessa maneira, é possível perceber como os discursos são utilizados como dispositivos de poder, muitas vezes, pela sutileza aparente, ou melhor, naturalidade com que reforçam padrões e, portanto, também ditam exclusões. Assim, nossa proposta de análise consiste em categorizar a identificação de sete recursos linguísticos que reconfiguram os corpos desses trabalhadores, justamente por serem recursos, ao mesmo tempo, constituintes e construtivos dos corpos. Tal análise, detalhada na sequência, apresenta-se composta de sete recursos linguísticos, a saber: paradoxo, metonímia, eufemismo, metáfora, hipérbole, eclipse e ironia.

O primeiro recurso linguístico que abordaremos nesta sessão é o paradoxo. Como representante máxima da contradição, essa figura é utilizada nos discursos como forma de construir um corpo insuportável. Ela traz ambiguidade aos corpos, nem permitindo sua existência, nem a proibindo. Esse recurso dificulta a performatividade butleriana do corpo que perde seu ponto gravitacional. O corpo não se molda nem lá, nem cá, possibilitando aos seus construtores isenção de culpa, quaisquer que sejam as consequências. Dessa forma, as organizações discursam de modo a não se declararem discriminatórias, mas não autorizam a manifestação de um corpo fora dos padrões

heteronormativos. Os participantes assim demonstram esse recurso:

Eu fico na minha, mesmo que tenha algumas pessoas lá que eu tenha alguma abertura em relação à minha vida pessoal, as pessoas sempre demonstram diversos níveis de preconceito (PD1).

O proprietário da empresa nunca... pelo menos, nunca presenciei, né... chegou proibindo ou falando alguma coisa ou impedindo [...], mas essa informação [padrão heteronormativo], ela é transmitida informalmente entre as pessoas que trabalham lá na empresa (PD2).

Não sou só eu, tem outras pessoas que são homossexuais... é até um absurdo a gente falar isso... por aceitar parece que não fazem mais que a obrigação deles... eles não apoiam... mas não vejo eles crucificando... é uma empresa neutra (PD3).

A coordenadora me fala que eu não tenho que fugir, mas eu não sinto isso de nenhuma outra pessoa porque eu tive outra coordenadora que disse algo ano passado assim... tinha uma menina no quinto ano que tinha um jeitinho másculo. E ela falou assim: “a gente tem que ver se não tá faltando uma figura feminina na casa dela que a irmã dela também é assim”. Somente uma pessoa me apoia, então eu não posso ser quem eu sou, falar abertamente (PD4).

Com os professores eu sou bem aberto, todo mundo sabe de mim. A direção me encaminha que não pode haver por causa dos pais, nunca falaram que eu não posso dizer que eu sou gay, mas diversas vezes deixaram implícito “não pode”... “tomar cuidado”... “como que os pais reagiriam”.. eu acho que o problema maior seria até os pais que o alunos (PD5).

Podemos perceber nesses trechos que as organizações não declaram o discurso que censura ou proíbe a liberdade do corpo gay, mas não o permite a existência de fato. O exercício de poder sobre esses corpos por esse recurso nos parece o ponto inicial para o poder produtivo (Foucault, 1988; 2004). Os termos utilizados (“*eu tenha abertura*”, “*nunca chegou proibindo*”, “*não vejo eles crucificando*”, “*fala que eu não tenho que fugir*”) são neutralizados por outros que lhes opõem (“*demonstram diversos níveis de preconceito*”, “*não apoiam*”, “*não posso ser quem eu sou, falar abertamente*”).

Um ponto interessante sobre o uso do discurso paradoxal sobre esses corpos é que esse recurso também é reproduzido pelo próprio entrevistado, fazendo com que reforce a própria construção ambígua. Este participante assim enuncia:

Eu não falo pra ninguém isso porque até hoje não me senti preparado pra isso e também acho que sempre deu pra levar de boa. A princípio minha mãe sempre foi muito doente, então eu deixei de lado isso e sempre mantive isso às escondidas. [...] Só tem duas pessoas da escola que sabem de mim que é a [Amiga1] e a [Amiga2], elas sabem, porque elas viraram muito minhas amigas e eu senti muita necessidade de contar pra elas. Até elas conheceram uma pessoa que eu tô namorando e gostaram muito, então eu me senti, vamos dizer assim, tirando um peso das minhas costas pra elas (PD6).

Podemos identificar o paradoxo entre as expressões como “*sempre deu pra levar de boa*” e “*tirando um peso das minhas costas*”. O sofrimento presente nesse corpo não somente se constata pela abjeção butleriana como também pela performatividade desse corpo em produzir esse discurso paradoxal: como poderia sempre ter levado de boa se era um peso para suas costas?

A construção desses corpos também ocorre por outros recursos discursivos. Um deles também muito presente nesse processo de construção é a metonímia. Tal construção apresenta-se como estratégia clássica das relações, velha inimiga dos vários ativismos das minorias. A objetificação é o corolário do discurso metonímico cuja construção reduz os corpos totais às suas partes, causando uma simplificação muitas vezes injusta desse corpo.

Dentro da nossa cultura heteronormativa, os próprios corpos gays reproduzem os discursos metonímicos, contribuindo eles mesmos para a clivagem entre os corpos heterossexuais e gays, construindo uma linha que os afasta. Daí é possível perceber o discurso metonímico sobre os corpos nos enunciados desses gays, reduzindo as características gays ao homossexual afeminado.

Tem um professor de filosofia que ele é e pelos status do celular dele a gente consegue identificar, né [risos] (MD1).

Eu acho que, por eu ser muito *light* nessa coisa, eu nunca dei bandeira, não fiquei dando muita bandeira. [...] Eu acredito que se eu fosse mais afeminado eu acho que eu teria mais trejeitos, eu gostaria de usar um penteado diferente, ir pra academia pra atrair isso e aquilo... eu acho que eu seria mais perfeccionista, mais zeloso comigo, né. Mas como eu não sou muito assim eu acredito que eu sou muito mais na minha. Então eu acho que é por isso que nunca tive esse problema [...] então eu acho que nunca me pareceu eu ser gay (MD2).

Além disso, esse recurso ainda é utilizado para objetificar o trabalhador diante de suas funções:

É triste dizer isso, mas as pessoas pensam que não passam a credibilidade necessária para essas funções (MD3).

Esses discursos apresentam a objetificação do gay masculino como aquele que tem trejeitos ou um comportamento afeminado. O corpo gay é reduzido a uma particularidade nem sempre presente em cada um desses corpos, mas que permeia o imaginário social, devendo ou desejando que essa imagem de poluição homoerótica, portanto, seja evitada (Perlongher, 1987).

Essa construção metonímica contribui também para a urgência de outro recurso discursivo que recai sobre os corpos: o eufemismo. O corpo eufemístico passou pelo processo de construção discursivo que o tolheu de sua

suposta agressividade, ou que lhe lança repetidas investidas para tal. Essas ações vigiam corpos, portanto os constroem (Foucault, 1987) para que não sejam tão tétricos diante da heteronormatividade. E, quando essa tentativa de vigiar se frustra, recorrem à punição daquilo que a norma estabeleceu como grotesco, como abjeto.

Eu queria fazer tatuagens e mexer no cabelo, mas esse tipo de mudança não é bem vista e é desencorajado pelo proprietário da empresa. Ninguém na empresa tem uma tatuagem visível ou um cabelo mais ousado (ED1). Por exemplo, depende muito do profissional, eu não sei se isso vai levar em conta ou não, mas eu tenho o sentido assim pra mim: eu trabalho numa escola, ensino infantil, fundamental I, fundamental II, então eu tenho que preservar um pouquinho porque eles são crianças ainda, né. Eu não vou colocar no facebook uma coisa que seja ofensiva pra idade deles, pra que os pais não se preocupem com isso (ED2).

Mas se tivesse que colocar alguma coisa, lógico, eu até colocaria, mas não é o meu jeito de fazer isso. Esse outro professor, por exemplo, não, ele já escancara um pouquinho mais. E não é porque ele quer não, viu, porque ele se esconde também. Ele também é outro professor que se esconde. Eu... vejo que ele é um pouco imaturo nesse quesito (ED3).

A questão de parecer gay (já viesada por um discurso metonímico) é algo a ser evitado a todo custo. Os termos

presentes em ED1 apontam como o ambiente de trabalho coloca esse corpo sob a aparência de um espectro e por isso ‘não é bem visto’. Em ED2 e ED3, os próprios gays, frutos desse poder produtivo, reproduzem o discurso eufemístico, considerando o ser gay como ‘ofensivo’ e ‘imaturo’.

Já me falaram que eu era muito mole por ser gay. Diziam que eu *lidava com o trabalho de modo feminino* como se isso fosse ruim... então eu tinha que ser menos gay (ED4). Ano passado teve outro problema, eu tava no açaí com brinco de pressão e uma aluna me viu. Daí no outro dia na sala de aula, ela falou pra todo mundo, todo mundo já tava sabendo que eu tava com brinco. Ela falou assim: “professor eu não imaginava, você uma pessoa tão séria, uma pessoa que é tão direita, usando brinco!” Eu tive que parar a aula e dei um sermão. Eu disse que não era o brinco que ia mudar meu caráter. Mas daí você pensa se um simples brinco deu esse alvoroço todo entre os alunos, imagina eu falar assim “ah eu sou gay” (ED5). Tem muita diferença entre homossexual afeminado e não afeminado. Eu já ouvi assim “se você é não precisa escancarar, não precisa ser assim” quando eu trabalhei o ano passado a questão da homofobia com os alunos, eu li isso em diversos textos, “ah se é pode ser, mas não precisa escancarar, não precisa mostrar pra ninguém” (ED6).

Enquanto a metonímia reduz os corpos a atributos pontuais, o eufemismo aplica-lhes uma amenização dentro dos padrões heteronormativos. Esses corpos buscam então uma

construção menos aparente de si mesmo, pois a demonstração de corpo, por exemplo, afeminado agride os olhos de quem o vê ('não precisa escancarar', 'ser menos gay').

Além disso, o discurso hegemônico lança mão de outro recurso linguístico sobre os corpos: a metáfora. Após a estratégia de dificultar a performatividade do corpo por meio do paradoxo, estigmatizar o corpo gay afeminado por meio da metonímia e impor que haja a suavização desses trejeitos afeminados, o recurso agora é estabelecer o padrão com o qual o corpo gay deve se parecer: o heteronormatizado.

Dessa forma, nossa cultura heteronormativa utiliza o padrão hétero como aquele com que devemos nos comparar como verdade inquestionável (Louro; Rios, 2009; Souza; Pereira, 2013). Essa utilização da metáfora pode ser percebida em vários trechos discursivos que se inscrevem nos corpos investigados.

Eu não me afirmava como hétero, mas tinha comportamento de hétero para evitar os constrangimentos (MED1). Tem outros professores que eu sei que são e que nunca tiveram esse tipo de problema até porque ninguém sabe, até a própria coordenação. Todo esse problema que eu passei esses outros não passaram porque eles têm menos jeito que eu. Eles passam despercebidos (MED2). Eu acho que ninguém desconfia. Eu não me considero com trejeitos, não sei... e eu sou uma pessoa muito séria

ao tratar com os alunos... eu acho que a concepção deles de gay é aquela concepção de que o gay é totalmente afeminado, totalmente que se mostra pros outros. E quando eles me veem, têm essa diferenciação, acho que eles me veem assim uma coisa mais na minha, não sou de ficar fazendo um jeito afeminado por isso eu acho que não tem nada a ver. Teve um professor uma vez que percebeu, não sei como ele percebeu... acho que o gayômetro dele era muito elevado, mas ele percebeu porque eu não contei. Ele percebeu e eu não lembro como ele descobriu. Mas em nenhum outro caso teve assim alguém perceber alguma coisa de mim. Ninguém percebeu sinceramente até hoje (MED3).

Vale lembrar que o que apontamos nesses discursos é a construção do gay e do heterossexual dentro do contexto heteronormativo. Portanto, mesmo que os entrevistados sejam gays, é importante perceber que a concepção deles, por mais ou menos consciência que tenham, sobre o hétero e o gay ainda está moldada pela produção heteronormativa de poder. Esses corpos são assim construídos e, por isso, têm essa performatividade heterocentralizada. Dessa forma, expressam tão naturalmente esses termos como ‘*tinha comportamento de hétero*’, ‘*sou uma pessoa muito séria*’, ‘*sou muito mais na minha*’. Quando Butler (2003) nos propõe sujeitos reflexivos a partir da performatividade, é importante destacar esses recursos linguísticos dentro do

próprio discurso homossexual para que haja a contribuição dessa reflexão.

Nesse processo de construção de corpos, outro recurso é utilizado àqueles que escapam da heteronormatividade, enquadrando-os num paradigma abominável: os abjetos (Butler, 1993a). A imagem hiperbólica serve como antimo-delo, aquilo do qual todo corpo deve se afastar por suas dimensões grotescas e caricatas, as quais lhe conferem depreciação por meio de chistes e moralismo. Aqui o corpo não moldável à configuração heteronormativa recebe as punições que lhe cabem por sua deformidade que vão desde olhares e sermões até mesmo a agressões e demissões.

Eu trabalhava num ambiente machista, de muita chacota, não admitiam que um rapaz não namorasse, insinuação com a amiga, cobranças de ir pra zona, como na família (HD1).

Teve uma vez que um colega de trabalho falou coisa com um tom de voz bem mais agudo que o normal e... gesticulando sabe? As outras pessoas deram risada logo após e teve até uma pessoa que imitou o jeito... a forma que ele falou assim... isso foi bem chato (HD2).

Não existe abertura nem diálogo na empresa sobre diversidade e sempre quando surge algum assunto relacionado à diversidade sexual, por exemplo, sempre acontece algum tipo de comentário com conotação engraçada, piada para as pessoas que estão falando esse tipo de coisa (HD3).

Algumas limitações que eu identifico que são fatores assim que me... que eu vejo que me desencorajam a ser mais aberto é justamente questão de religião e coisas que o pessoal fala durante o dia a dia relacionadas à família que eu identifico como conservadoras (HD4). Eu conheci um menino ano passado que fazia estágio numa escola, daí ele falou pra diretora que ele era gay e ela o demitiu. Ele sentiu a necessidade de falar pra ela, não entendi por quê. Ele acabou demitido (HD5). Eu acho que ficou por parte daquelas pessoas mais velhas que têm esse preconceito. Eu acho que elas são fechadas. Quando há esse assunto no centro, a gente percebe pelos olhares das pessoas que elas são contra. Elas não falam ‘eu sou contra, eu sou a favor’, mas pelo olhar delas, elas ficam na delas, elas não comentam nada. Elas não gostam de falar sobre isso. Pelo jeito do olhar, pelo jeito de agir eu acho que elas têm um certo preconceito por serem mais antigas, mais tradicionalistas (HD6). Teve uma vez que teve uma antiga dona da escola, que ela me chamou pra conversar porque eles haviam prometido alguma coisa pra mim e não cumpriu na época. E quando eu fui questionar essa diretora, ela olhou pra mim e falou assim ‘olha, acho que você deveria agradecer a Deus por estar numa escola que te aceita, porque você sabe que, com **esse seu jeito**, muita gente não te aceitaria’ (HD7). E daí, um dia tinha uma namoradinha na sala, a namoradinha falou assim ‘professor, eu vou terminar do fulano’ eu falei ‘por quê?’ ‘porque ele falou assim que se um dia a gente tiver um filho gay ele vai bater até virar homem’ (HD8).

Tem aquele grupo que eu sou mais distante... acontece por exemplo de eles virem com algumas brincadeiras. No final do ano mesmo, ano passado a gente tava numa chácara e o professor fez brincadeiras do tipo que eu ia... meio que dando em cima ou dando a entender que porque eu sou homossexual eu vou querer atacá-lo, vou querer ficar com todo tipo de homem da face da terra ou qualquer um (HD9).

Sempre tem algumas brincadeiras, né... você percebe que não é só uma brincadeira que tem um fundinho ali (HD10).

Enfim, acabou que ela tirou o filho da escola e ela falou pro diretor que tava tirando por causa de mim. Ele era mediano com todo mundo, mas o problema dela foi comigo. E ela falou pra coordenação, eu estou tirando por causa do professor Mogli, eu não aceito ele dar aula pro meu filho (HD11).

Os corpos gays masculinos passam por toda essa ortopedia discursiva que os configuram e reconfiguram dentro da padronização hegemônica ou são enxotados quando da recusa. A resistência é vista como aberração, anomalia, uma deformidade contra ao natural ou a Deus. O abjeto. No entanto, a estratégia discursiva não se satisfaz com essa modulação corporal, uma vez que identificamos um sexto recurso linguístico que traz a omissão sobre os corpos. Diferente do discurso eufemístico, que suaviza as expressões corporais, o discurso elíptico é aquele que cala

o corpo. O corpo não diz, não se expressa, embora esteja ali, em evidência latente.

É algo que eu não pensei, mas se for pra levar [namorado na confraternização de fim de ano] eu levo de boa, não tem problema. Lógico, posso apresentar como meu amigo, as pessoas podem acreditar ou não, entendeu, mas isso vai da cabeça delas. No fim do ano passado, até ele iria vir porque ele é amigo também das duas amigas minhas da empresa, então nós íamos ficar na mesa como se fôssemos amigos. Então, assim, independente ou não, ele é meu namorado ou não, eu ia levá-lo como um amigo, que seria não só amigo meu, mas amigo das outras duas pessoas também (ELD1).

Se você tiver um companheiro ou companheira, você pode postar alguma coisa, no meu caso eu não poderia fazer isso. Eu participo das confraternizações e eventos, mas não levo ninguém. Nunca levei ninguém porque não tinha, só que se eu tivesse eu ficaria meio assim, conhecendo, sabendo como eles são, geraria um fuxico, não que eu acho que a direção vai falar ‘não, você não pode fazer isso’, mas a gente sempre fica na retaguarda porque a gente não sabe a reação, né (ELD2).

Entendemos aqui que os corpos gays passam por uma sombra, um ocultamento por que os corpos heterossexuais não passam. Em ELD1 e ELD2, reflete-se a necessidade de ocultar a natureza das relações afetivas devido ao medo de julgamento, preconceito e possível discriminação. Em (ELD1), o participante sente a necessidade de apresentar seu

namorado como um “amigo” durante uma confraternização de fim de ano, reconhecendo que a aceitação ou não dessa relação “vai da cabeça delas” (das outras pessoas). Isso mostra como a identidade afetiva é suprimida em favor de uma narrativa mais aceitável socialmente, destacando o ocultamento forçado. Em ELD2, o participante expressa a impossibilidade de compartilhar abertamente sua relação afetiva nas redes sociais e evita levar um companheiro aos eventos da empresa. O medo de “gerar um fuxico” e a incerteza sobre a reação dos colegas ou da direção da empresa demonstram uma vigilância constante sobre suas ações e a necessidade de se resguardar para evitar possíveis repercussões negativas. Esse elementos discursivos ilustram a realidade de muitos sujeitos que, para evitar conflitos e preservar sua integridade, acabam ocultando aspectos fundamentais de suas vidas pessoais, produzindo uma performatividade elíptica. Observamos até mesmo as condições de aprisionamento que o heterossexual não sofre no trecho ELD3 a seguir:

Ir pro bar, ir pra pizzeria e não ter ninguém pra levar, nesses ambientes que me incomodavam mais e nessas empresas que tinha esse tipo de outra relação ainda mais essa tentativa de ter essa relação extratrabalho, extra-horário comercial, eu me sentia mais preso com mais dificuldade (ELD3).

Para finalizar nossa análise, identificamos em nossas entrevistas o sétimo tipo de recurso discursivo. A ambiguidade presente no recurso paradoxal não é a única a participar da construção desses corpos, uma vez que outro recurso a utiliza com uma diferença. Enquanto o paradoxo faz com que o corpo se desequilibre por tirar-lhe o ponto gravitacional, a ironia inverte a posição do corpo em torno de seu próprio eixo em relação aos corpos dentro da heteronormatividade. Nesse recurso discursivo, as práticas organizacionais invertem seus valores meritocráticos, transformando os corpos dos gays em ironia do seu desempenho profissional quando comparados a corpos heterossexuais.

Eu conseguiria até um salário melhor, até o mesmo que outros professores, mas porque eu sou extremamente dedicado e quando surgiu uma outra escola... me ofereceram uma proposta maior que a outra escola. Só que eu percebo, por exemplo, assim... a questão do ensino médio, eles não me dão, nunca me ofereceram. Eu não sei se isso tem a ver com o fato de eu ser homossexual, mas eles já falaram depois você poderia pegar o médio, não agora porque os alunos não estão preparados. Por que eles não estão preparados pra me ter como professor? Atualmente eu acho que não estou num nível abaixo dos outros não, eu acho que eles me dão até bastante valor, só que eu sou extremamente... muito dedicado, se eu fosse como outros professores que não são tão dedicados, não sei se eu teria o mesmo olhar, a mesma

paciência que eles têm com outros professores que são menos dedicados. Se eu fosse hétero, poderia ser melhor pra mim (ID1).

Eu vejo homossexuais se dedicando muito no seu trabalho e eu também observo heterossexuais esperando isso deles, inclusive se eles não se dedicarem ao seu trabalho, isso é motivo de alguma forma de... não sei se seria rejeição... não seria uma coisa bem vista pra eles... porque num contexto heteronormativo, o homossexual tem, além das dificuldades relacionadas a sua sexualidade em se manter no seu trabalho, muito a questão da expectativa também (ID2).

O corpo irônico gay construído pelo discurso hegemônico é uma sabotagem sobre si. Esforço, desempenho e dedicação têm efeitos contrários sobre esses corpos que simplesmente praticam a performatividade de acordo com as exigências produzidas, não para seu desenvolvimento profissional ou promoção na carreira, mas para permanecer onde estão, para, pelo menos, manter o emprego.

4. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo entender a influência do discurso organizacional no processo de conformação dos corpos de trabalhadores gays masculinos. A partir das contribuições teóricas de Foucault e Butler, foi possível entender como os corpos são construídos para a existência de cinco participantes dessa pesquisa que, apesar de sujeitos

às mesmas normas regulatórias do discurso heteronormativo, possuem trajetórias particulares que ressaltam suas individualidades, como o fato do único entrevistado que se assumiu gay para seus colegas de trabalho (e só para eles) ser aquele que não vive com seus pais, que moram em outra cidade na região.

Entretanto, apesar de “*cada caso ser um caso*” (Fonseca, 1999), procuramos estabelecer ligações entre os casos particulares aqui estudados e o contexto cultural mais amplo, indo, portanto, do individual ao geral no momento em que encontramos em suas falas sete estratégias discursivas que configuram seus corpos. Encontramos, então, nos discursos de nossos personagens sete estratégias (paradoxo, metonímia, eufemismo, metáfora, hipérbole, eclipse e ironia) que as organizações utilizam para construir seus corpos, na medida em que o verbo reveste a carne materializando o corpo por meio das práticas discursivas que articulam saber e poder.

Tais estratégias atuam de maneira distinta, porém cada uma desempenha sua função ortopédica rica em eficácia. Enquanto o paradoxo desequilibra os corpos num discurso ambíguo de permissão e proibição, a metonímia os reduz a objetos pejorativos que comprometem o desempenho. Numa tentativa de escape dessa objetificação, os corpos passam por um processo de eufemismo para suavizar os

traços tidos como muito marcantes e por um processo de metaforização para se aproximar de um corpo heterossexual nos moldes heteronormativos. Além disso, os corpos também são elipsados em seus traços que não podem ser suavizados, nem comparados. Então seu comportamento é omitido, deixado às escuras para que não seja visto. Como onde há poder, há resistência (Foucault, 1988), os corpos que não se entregam de todo a essa ortopedia, têm suas partes ressaltadas como aberrações, constituindo a sua hipérbole. E por último, o corpo é invertido, trazendo uma ação contrária sobre si ironicamente, desmerecendo seu desempenho profissional face aos traços heterossexuais.

Não é nossa proposta esgotar a questão de como nossos corpos são construídos e desconstruídos, configurados e reconfigurados pelos discursivos inseridos num contexto de saber-poder. Outras revelações podem e ainda devem ser feitas por outras análises, o que contribui para entender como esse processo se dá, porque ele se dá, e quem ganha e quem perde nesses contextos. Além disso, é preciso ainda teorizar sobre o discurso organizacional como aquele que está inserido nos discursos da sociedade no sentido não apenas de entender aquele como reflexo deste, mas também do reforço do primeiro sobre o segundo e da utilização de poder que lhe é peculiar nas relações hierárquicas de trabalho.

É importante reconhecer os limites deste estudo, especialmente no que se refere aos sujeitos participantes, já que todos são homens cisgêneros, jovens (entre 20 e 35 anos), brancos e residentes de uma cidade conservadora no estado do Paraná. Este recorte oferece uma leitura específica sobre as identidades de gênero e sexualidades expressas no contexto empresarial. Embora a pesquisa forneça insights valiosos sobre a construção de corpos gays masculinos em um ambiente heteronormativo, é fundamental reconhecer que outras subjetividades, como pessoas trans, negras, amarelas, com deficiência e idosos, podem trazer perspectivas adicionais (Kimmel, 1998) e, dessa forma, enriquecer o debate.

Futuras pesquisas poderiam explorar essas interseccionalidades para uma compreensão mais ampla e inclusiva das dinâmicas de gênero e sexualidade nos contextos organizacionais. Essa abordagem mais abrangente permitiria uma visão mais completa das múltiplas formas de opressão e resistência que permeiam as experiências de diferentes grupos sociais, contribuindo para uma análise mais profunda e crítica das relações de poder e da constituição de subjetividades no ambiente de trabalho. Além dessas propostas, é preciso também compreender como os corpos são produzidos em organizações específicas que permeiam a sociedade como as igrejas, as universidades, as escolas,

as organizações militares, as prisões... como cada uma dessas unidades de análise pode apresentar contribuições específicas para a compreensão desse tipo de processo de construção de corpos.

Nossas contribuições com este estudo apenas pretendem se ater, a partir de nosso objetivo, ao reconhecimento de estratégias utilizadas pelas organizações – conscientemente ou inconscientemente – como fortalecedoras do sistema binário, especialmente na construção dual que produz os corpos heteronormativos e os outros como abjetos. A partir das identificações das figuras de linguagem que se inscrevem nos corpos aqui investigados, é possível repensar estratégias de resistência pela teoria *queer* com vistas à desconstrução da persistência desse dualismo, uma vez que essa forma de pensar a sexualidade e as existências “*acaba por manter a lógica da subordinação*”, como Louro (2001, p. 552) faz questão de frisar.

Essas estratégias de resistência não são fixas, planos de ações coordenados por um estrategista, mas trabalham a partir da invenção, do reajuste e da modificação dos dispositivos da verdade sobre a sexualidade que estão, aliás, constantemente em recomposição (Foucault, 2004). Maciel Jr. (2014, p. 2) interpreta a resistência na visão foucaultiana a partir da ideia de criar novas possibilidades de existência, uma vez que “*resistir é, neste aspecto, o oposto*

de reagir. Quando reagimos damos a resposta àquilo que o poder quer de nós; mas quando resistimos criamos possibilidades de existência a partir de composições de forças inéditas. Resistir é, neste aspecto, sinônimo de criar”.

Sendo assim, as estratégias de resistência são ancoradas nos procedimentos desconstrutivos das oposições binárias da heterossexualidade/homossexualidade que passam pelo ⁽¹⁾questionar o como e o porquê da heterossexualidade ser considerada a forma natural e superior frente às outras formas de vida e pelo ⁽²⁾problematizar como esse processo normalizador dita regras aos modos de ser e viver, tornando seres abjetos aquelas e aqueles que teimam em não se encaixar nessa matriz excludente. A teoria *queer* não nos traz uma receita infalível libertadora, avisa Louro (2001, p. 552), pois “antes de pretender ter a resposta apaziguadora ou a solução que encerra os conflitos, quer discutir (e dismantelar) a lógica que construiu esse regime, a lógica que justifica a dissimulação, que mantém e fixa as posições de legitimidade e ilegitimidade”.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, C. V.; VERSIANI, F.; SANTOS, C. M.; CARVALHO NETO, A. “Eu tento não me esconder, nunca”: estratégias utilizadas pelos profissionais gays e lésbicas para minimizar os estigmas sexuais nos espaços de trabalho. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n.37, p.1-21, 2021.
- BARBOSA, M. R.; MATOS, P. M.; COSTA, M. E. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. **Psicologia & Sociedade**, v.23, n.1, p.24-34, 2011.
- BELL, D.; BINNIE, J. **The sexual citizen: queer theory and beyond**. Cambridge: Polity Press, 2000.
- BOYD, N. A. **Wide-open town: a history of queer San Francisco to 1965**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2003.
- BUTLER, J. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. New York: Routledge, 1993a.
- BUTLER, J. Critically queer. **GLQ Journal of Lesbian & Gay Studies**, Durham, p. 17-32, 1993b.
- BUTLER, J. Em entrevista a PRINS, B.; MEIJER, I, C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, Jan 2002.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAPRONI NETO, H. L.; SARAIVA, L. A. S. Masculinidades, trabalho e reprodução de preconceitos: um estudo com trabalhadores gays, lésbicas e bissexuais. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, n.1, v.8, p.191-215, Jan./Jun. 2018.

CAPRONI NETO, H. L.; BRETAS, P. F. F.; SARAIVA; L. A. S.; SILVA, A. N. Desenhando a vivência: um estudo sobre sexualidade, trabalho e tabu de homens gays. **Bagoas**, v.9, n.12, p.189-216, 2015.

CAPRONI NETO, H. L.; SARAIVA, L. A. S. ; BICALHO, R. A. Violência simbólica nas trajetórias profissionais de homens gays de Juiz de Fora. **Psicologia Política**, n.26, v.13, p.93-110, Jan./Abr. 2013.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DERRIDA, J. **Margens da filosofia**. Porto: Rés-Editora, 1972.

D'EMILIO, J. Capitalism and gay identity. In: ABELOVE, H.; BARALE, M. A.; HALPERIN, D. M. (edit.). **The lesbian and gay studies reader**. New York; London: Routledge, 1993.

ECCEL, C. S.; FLORES-PEREIRA, M. T. A inserção da “diversidade” homossexual em uma livraria de Shopping Center: um estudo crítico. In: EnANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2008.

FERRARI, A.; BARBOSA, J. G. C. V. Homossexualidades masculinas e cidade pequena. **Bagoas**, n.11, p.211-236, 2014.

FLORES-PEREIRA, M. T. Corpo, pessoa e organizações. **Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 54, 2010.

FONSECA, C. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.10, p.58-78, Jan./Fev./Mar./Abr. 1999.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: I**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2004.

GLAAD - Gay and Lesbian Alliance Against Defamation. **Glaad media reference guide: terms to avoid**. [2006]. Disponível em: <https://www.glaad.org/reference/offensive>. Acesso em 10 Jul. 2019.

GOMES, R.; FELIX, B. O self no armário: uma teoria fundamentada sobre o silêncio de gays e de lésbicas no ambiente de trabalho. **Cadernos Ebape.br**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.375-388, Abr./Jun. 2019.

GROSZ, E. Corpos reconfigurados. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 14, p. 45-86, 2000.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.16, p.193-210, Jan./Abr. 2015.

IRIGARAY, H. A.; FREITAS, M. E. Estratégia de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho. **Psicologia Política**, n.26, v.13, p.75-92, Jan./Abr. 2013.

IRIGARAY, H. A. R.; SARAIVA, L. A.; CARRIERI, A. D. P. Humor e Discriminação por Orientação Sexual no Ambiente Organizacional. **Anpad Rac**, v. 14, n. 5, p. 890-906, 2010.

JACKSON, S. Sexuality, heterosexuality and gender hierarchy: getting our priorities straight. In: INGRAHAM, C. (edit.). **Thinking straight: the power, the promise, and the paradox of heterosexuality**. New York: Routledge, 2005.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

LOMBART, M. Discurso, orden social y relaciones de poder: una propuesta y su ejemplificación en el discurso sobre la maternidade. **Revista de Psicología Social Aplicada**, v. 5, n. 1/2, p. 165-184, 1995.

LOURO, G. L.; RIOS, R. R. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, L. G. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 9, 2001.

MACIEL JR., A. Resistência e prática de si em Foucault. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 01-08, Jun. 2014.

MAGALHÃES, A. F.; SARAIVA, L. A. S. Contradições entre essência e aparência nos processos de empoderamento de gays em organizações de trabalho. **Gestão e Planejamento**, Salvador, v.19, p.159-176, Jan./Dez. 2018.

MALUF, S. W. Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas. **Esboços**, Florianópolis, v. 9, n. 9, p.87-101, Jan. 2001.

MISKOLCI, R. Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. **Bagoas**, n.11, p.51-78, 2014.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, n. 21, p. 150-182, jan/jun 2009.

PARKER, I. **Discourse Dynamics: critical analysis for social and individual psychology**. London: Routledge, 1992.

PEREIRA, B.; AYROSA, E. A. T.; OJIMA, S. Consumo entre gays: compreendendo a construção da identidade homossexual através do consumo. **Cadernos Ebape.br**, v.4, n.2, p.1-16, Jun. 2006.

PEREIRA, S. J. N.; AYROSA, E. A. T. Corpos consumidos: cultura de consumo gay carioca. **Organizações & Sociedade**, v. 19, n. 61, 2012.

PERLONGHER, N. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTOS, L. H. S. Um pretinho mais clarinho. Ou dos discursos que se dobram nos corpos produzindo o que somos. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 81-115, 1997. SMITH, B. A.; MURIB, Z.; MOTTA, M.; CALLAGHAN, T. H.; THEYS, M. “Gay” or “homossexual”? The implications of social category labels for the structure os mass attitudes. **American Politics Research**, n.46, v.2, p.336-372, 2017.

SOUZA, E. M.; PEREIRA, S. J. N. (Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. **RAM Revista Administração MACKENZIE**, v. 14, n. 4, 2013.

VALOCCI, S. The class-infected nature of gay identity. **Social Problems**, v.46, n2, p.207-224, May 1999.

03

TRANSEXUALIDADE, MULHERES E ESPORTE NO BRASIL: APONTAMENTOS A PARTIR DA MODALIDADE VOLEIBOL

TRANSEXUALITY, WOMEN, AND
SPORTS IN BRAZIL: NOTES FROM
THE VOLLEYBALL MODALITY

Rafael Marques Garcia

Doutor em Educação Física (UFRJ)

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

E-mail: rafa.mgarcia@hotmail.com





Resumo

Este ensaio é um resumo expandido e revisitado de minha tese de doutorado em Educação Física, que teve como objetivo geral problematizar a participação e repercussão de mulheres transexuais no voleibol feminino brasileiro, investigando de que forma o Poder Legislativo, a mídia e renomadas figuras públicas nacionais da modalidade e/ou ligadas à área (re)tratam e se posicionam sobre a temática. Destaca-se que a trajetória esportiva de jogadoras transexuais no voleibol feminino brasileiro é *cistematicamente* interpretada e vigiada, resultando no desconhecimento e ilegitimidade de sua participação no Esporte à luz da *cisheteronormatividade*.

Palavras-chave: Esportes. Mulheres. Pessoas transgênero. Normas de gênero. Voleibol.

Abstract

This essay is an expanded and revisited summary of my doctoral thesis in Physical Education, which aimed to problematize the participation and impact of transgender women in Brazilian women's volleyball, analyzing how the Legislative Power, the media, and renowned national public figures in the sport and/or related to the field (re)treat and position themselves on the topic. It is worth noting that the sports trajectory of transgender players in Brazilian

women's volleyball is systematically interpreted and monitored, resulting in ignorance and illegitimacy of their participation in sports in the light of cis-heteronormativity.

Keywords: Sports. Women. Transgender people. Gender norms. Volleyball.

INTRODUÇÃO

As investigações que versam sobre “transexualidade na Educação Física e Esporte” ainda são recentes se comparadas às demais abordagens de gênero aplicadas à área em questão (Serrano; Caminha; Gomes, 2017). Sob esta perspectiva, surgiu-me a possibilidade de investigar o assunto, especialmente após tomar ciência do caso da atleta Tiffany Pereira de Abreu, em 2016, enquanto a mesma atuava pelo campeonato holandês de voleibol masculino, já tendo efetuado os procedimentos de readequação de gênero.

Tiffany se reconhece como mulher transexual e atualmente defende a equipe feminina do Osasco/Vôlei, da região metropolitana de São Paulo. A atleta construiu sua trajetória disputando campeonatos brasileiros pelo naipe masculino, transferindo-se para o continente europeu em 2008, por onde atuou até 2017 em competições masculinas. Neste mesmo ano, após sua completa readequação e por

atender aos requisitos da nova Recomendação do Comitê Olímpico Internacional (COI) para participação de pessoas trans e intersexuais no Esporte, de 2015, Tiffany foi contratada para disputar o campeonato feminino na Itália. Desde então, seu caso e, conseqüentemente, a temática em específico, tornou-se objeto de investigação científica, especialmente no Brasil.

Existe forte resistência de diversos grupos sociais, contrários à participação de mulheres trans no esporte feminino sob a afirmação de que elas possuem vantagens biofisiológicas por terem nascido no sexo masculino. Embora esteja entranhado no coletivo social, observa-se que, conforme estudos consultados durante o período investigativo, não foram localizados trabalhos que atestem essa hipótese. O que se produziu até os dias atuais em relação ao tema, em termos científicos, ainda é controverso, pontual e com baixa capilaridade em termos populacionais, ainda mais pelo fato de que a maior parte dos estudos não é de cunho longitudinal, o que gera várias dúvidas quanto aos impactos da hormonização no corpo de uma pessoa trans (Jones; Arcelus; Bouman; Haycraft, 2017; Harper, 2019; Fischer; Mcclearen, 2020; Stebbings; Herbert; Pielke Jr; Tucker; Williams; Heffernan, 2021; Harper; O'Donnell; Khorashad; McDermott, 2021; Nahon; Silva; Muniz-Santos; Novaes; Pedroso, 2021; Scovel; Nelson; Thorpe, 2023; Caudwell,

2024; Hamilton; Brown; Montagner-Moraes; Comeras-Chueca; Bush; Guppy; Pitsiladis, 2024; Yang; Kerr; Rumps; Mulcahey, 2024). É consenso, inclusive, que mais pesquisas investigando esses impactos são necessárias.

Então, pergunto: de onde surgiu esse dado de “supremacia trans”? Embasado em quais resultados, amostra, censo ou cadastro chegou-se a essa conclusão? Distanciando-se de investigações empíricas e com rigores de aplicabilidade, deduzo que as afirmações de tais grupos contrários, que não comprovam seus argumentos a não ser utilizando saberes de um corpo cis, que não faz modulação hormonal cruzada, são precipitadas e imprudentes; deveriam ser tratadas como hipóteses, não como comprovações.

Tenho várias hipóteses sobre atletas mulheres transexuais que versam sobre sua inserção nas instituições esportivas, tais como a exclusão primária deste público do/no Esporte; acometimento de diversas injúrias e difamações por participarem de eventos competitivos; dificuldades no processo de inserção e permanência nas modalidades; perseguição sofrida pelas torcidas adversárias; desconhecimento e não reconhecimento de sua legítima identificação humana e legalidade de participação esportiva; entre tantas outras que seria impossível dar conta de investigar neste momento. Todas, insisto, hipóteses, das quais me proponho a discutir algumas para compreender como, onde, por

que e de que forma ocorrem, e quais desdobramentos são produzidos a partir daí, sejam em processos de resistência, (in)subordinação e/ou outros desfechos possíveis.

Nessa delimitação, o objetivo deste ensaio é refletir sobre a participação e repercussão de mulheres transexuais no voleibol feminino brasileiro, discorrendo sobre a constituição de um corpo trans e sua inserção performativa no campo do Esporte, em específico, no voleibol. Em termos metodológicos, as reflexões aqui desenvolvidas, à luz do aporte teórico *queer*, decolonial e pós-colonial¹, não seguiram uma única lógica de investigação de dados, articulando-se através de discussões distintas entre si. Apostei nessa abordagem em minha tese de doutorado, de modo que as investidas se distribuíram em revisões sistemáticas, análise bibliométrica, análise de documentos, estudos de caso, análises de conteúdo e discurso (que se traduziram em narrativas), utilizando várias formas de reunir, discutir e refletir os achados. O esforço no emprego de várias formas possibilitou um levantamento de narrativas muito rico, mas também limitado, que é mobilizado aqui em formato de resumo expandido ensaístico, ou simplesmente, ensaio.

Logo, gostaria de destacar que este texto não contempla a totalidade do assunto, mas através da adoção dessas

1 As teorizações *queer*, decoloniais e pós-coloniais serão mais bem descritas nas seções seguintes deste documento.

medidas, sintetizadas pela própria proposta de investigação e análises contra hegemônicas, favorece um olhar amplo da temática que nos instiga a refletir, repensar e até mesmo potencializar tensionamentos de nossas próprias normas sociais, dentre elas as acadêmicas. As discussões e (des)estruturações levantadas neste estudo nos fazem questionar até que ponto estamos desarticulando certas amarras sociais dentro de parâmetros fortemente articulados, ou então se estamos promovendo uma ampla subversão do que se entende por coletar, organizar e estruturar um documento de conclusão para obtenção de um título acadêmico. Que fique não somente a reflexão, mas também a potencialidade da mudança.

A seguir, apresento a organização das discussões a partir dos seguintes tópicos: Corpos trans: os processos transexualizadores e o reconhecimento das (des)identificações femininas; As performatividades (não) normativas no esporte e no voleibol; Discussões analítico-investigativas; Para concluir; e Referências.

CORPOS TRANS: OS PROCESSOS TRANSEXUALIZADORES E O RECONHECIMENTO DAS (DES)IDENTIFICAÇÕES FEMININAS

O termo “transexual” foi cunhado originalmente pelo sexólogo David Cauldwell (1949) para designar as pessoas

que gostariam de se identificar com o sexo ao qual não pertenceriam, sendo considerado uma desordem mental. A representação e o imaginário do corpo de pessoas que reivindicaram o reconhecimento de sua existência em um gênero oposto àquele atribuído ao nascimento, compõem estudos sobre a percepção das Ciências da Saúde e das Ciências Sociais desde meados do século XIX (Bento, 2006).

Desse modo, a transexualidade se caracteriza quando uma pessoa não se identifica com o sexo de nascimento, desejando se expressar nos papéis de gênero oposto a este e com o qual se identifica (Le Breton, 2014; Bento, 2014a; 2017). É comum, em muitos casos, que essa (des)identificação apresente certa rejeição às características físicas corporais biológicas, podendo ser alterada através de terapia hormonal ou cirurgias plásticas e/ou de readequação sexual. A estruturação da pessoa transexual sugere um articulado mecanismo de construção social que rompe com as convenções compreendidas como naturais e se ressignificam dentro de um esquema de poder, subvertendo os espaços psíquicos e confrontando a ideia de uma original identidade do gênero (Bento, 2017).

Em meio a este cenário, é importante fixar a diferenciação entre os conceitos de transexualidade e transgêneridade que, embora possam ser aglutinados em um círculo comum – juntamente das travestis – na expressão de *pessoas*

trans, difere-se no sentido de que o primeiro adota para si e alicerça uma posição do sexo/gênero, enquanto o segundo recusa essas posições, principalmente aquelas de ordem binária, e deflagra-se como problematizadora das diferenças (Le Breton, 2014).

Le Breton (2014, p. 24) diz que “A movência transgênero traduz, inversamente, a recusa dos binarismos [...] e anuncia a vontade de problematizar as diferenças, de multiplicá-las ao invés de organizá-las e categorias instáveis”. E assim, continua: “[...] ir além [...] numa espécie de recusa da dualidade dos sexos [...] se tornando incatalogável” (p. 25).

Ao acionar Butler (2015), Le Breton (2014) afirma que a performatividade de uma pessoa transgênero não escapa à sua contextualização social, bem como às representações que a cercam, mas encontra em sua sexualidade a potência de navegar entre as existências e marcas dos gêneros corporais. Ela “vive através de uma vontade deliberada de provocação ou de jogo e de subversão dos modelos que considera coercitivo” (p. 25).

Embora o/a transgênero nem sempre queira adotar ou fixar uma posição de gênero, às vezes recorre a este recurso para evitar perseguição, agressão e riscos à própria integridade física, saindo assim da zona de indeterminação e passando a ocupar, provisoriamente, a posição expressiva de ordem inteligivelmente binária dos sexos. Entretanto,

ao reconhecermos que não existem modelos preestabelecidos para a performatividade “entre-tudo”, ou melhor dizendo, no *trans*, na passagem, “cada *trans* inventa para si um personagem que pertence só a ele, ainda que esteja necessariamente relacionado com a sensibilidade de um momento” (Le Breton, 2014, p. 28).

Assim, a transgeneridade pode ser lida como uma posição *queer* dos corpos, já que habita a passagem das fronteiras, ora masculino, ora feminino, ora nenhum deles; marca-se com qualificadores ambíguos: o/a *genderqueer*, que reveste sua aparência em harmonia com seu sentimento, seja ele provisório ou duradouro, da provocação e subversão dos modelos coercitivos, assumindo (ou não) identidades próprias, porém que mudam, fixam-se, instalam-se, mas também se esvaem, modificam-se, atualizam-se. Essa performatividade perturba o gênero, se “liberta de toda e qualquer ancoragem biológica ou convenção social e inventa um indivíduo sem fronteiras de gênero, que faz implodir as práticas sexuais” (Le Breton, 2014, p. 26).

Diferente do/a transgênero, a pessoa transexual enfatiza sua objeção à naturalidade do sexo, opondo sua anatomia de seu sentimento identitário. Nos dizeres de Le Breton (2014, p. 21) “Seu sexo ‘biológico’ não coincide com seu desejo social de gênero. Se identificam como homem (FtM) ou mulher (MtF)”. Neste jogo simbólico do reconhecimento

polarizado em masculino/feminino, muitos/as se atêm ao binarismo dos sexos para fixar sua nova identidade.

Butler (2018, p. 3) assegura que “[...] a chamada identidade de gênero é uma realização performativa compelida por sanções sociais e tabus”. A institucionalização do gênero se dá pela reiteração de atos continuamente, sendo composta por estruturas e relações de poder que legalizam práticas através da performatividade. O gênero é performativo no sentido de ser algo que não somos, mas que fazemos por meio da repetição das práticas regulatórias das normas de gênero, uma reencenação já estabelecida socialmente que ritualiza sua própria legitimação (Butler, 2015). Assim, acrescenta:

O gênero não é passivamente inscrito no corpo nem determinado pela natureza, a língua, o domínio simbólico ou a assoberbante história do patriarcado. O gênero é aquilo que se supõe, invariavelmente, sob coerção, diária e incessantemente, com angústia e prazer. Se esse ato contínuo, porém, é tomado como um fato natural ou linguístico, renuncia-se ao poder de ampliar o campo cultural corporal com performances subversivas de diversas classes (Butler, 2018, p. 16).

Nesta rígida estrutura, aos sujeitos, ainda antes do nascimento, recaem as demandas do ser homem e do ser mulher. Aqueles que não se situarem dentro deste

modelo binário serão reconhecidos como desviantes das normas compreendidas como naturais (Seffner, 2013). A esse discurso, Tagliamento (2015) propõe que esses corpos dissidentes são seres abjetos, os quais não podem existir dentro dessa estrutura, portanto são marginalizados e cerceados em sua totalidade.

Para Camargo (2016, p. 1336), todos(as) aqueles(as) “[...] que se colocam nos limites fronteiriços dos corpos normativos, considerados desviantes da ‘norma’ ou ‘abjetos’, que se afastam, por exemplo, dos idealizados padrões de beleza, estética e/ou eficiência propostos pelas sociedades ocidentais contemporâneas” são considerados/as corpos dissonantes. Neste sentido, o autor se prolonga: “[...] dissonância e dissidência são interessantes nomações neste contexto tratado e o termo *queer* pode ser útil, em certa medida, porque inspira deslegitimação, instala a dúvida e traz o ‘xingamento’” (p. 1340), já que a nomenclatura sempre permeou o campo do estranho, provocador, ilegítimo, do avesso (Camargo, 2016).

O termo “*queer*”, segundo Camargo e Rial (2009), Miskolci (2012) e Louro (2013), é uma terminologia acionada para se referir a pessoas não heterossexuais, tais como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e trans. A nomenclatura designa algo subversivo, estranho e de sexualidade destoante da heteronorma, desafiando as normas sociais já estabelecidas,

perturbando, provocando e fascinando novas leituras de corpos e sexualidades (Louro, 2013).

Inspirados por Miskolci (2012) e Louro (2013), situamos as Teorias *Queer* (TQ²) como um termo geral e amplo que coadunam estudos e postulam discussões para problematizar a *cisheterossexualidade* como único regime político, social e cultural possível de vida. O objetivo das TQ, em termos epistemológicos e empíricos, é desconstruir essa hegemonia sexual normativa através de investigações que analisem o sexo e gênero como uma das variadas formas de regulação social que privilegia determinados sujeitos em detrimento de outros, estabelecendo barreiras e fronteiras de poder de acordo com discursos disciplinares, punitivos e compulsivos.

Para Bento (2014b), discussões *queer* visam reconhecer o direito de existência das sexualidades não normativas,

-
- 2 Miskolci (2009, p. 161) explica que “Recentemente, as alianças esboçadas entre os Estudos Pós-Coloniais e a Teoria *Queer* parecem renascer a partir de um nó da intersecção: aquele formado pelas categorias sexualidade e raça. Não se trata apenas de aliança estratégica, mas de certo consenso de que as formas de opressão priorizadas por cada linha de pesquisa em particular são interdependentes em um mesmo processo de racialização do sexo e sexualização da raça”. Nesse sentido, é possível postular que na atualidade, as teorizações *queer* ampliaram sua gama de problematizações para outros aspectos sociais que se traduzem em efeitos de poder, tais como a raça, a etnia, a classe social, a geração, entre outros, problematizando de forma mais complexa as diversas normas que, em maior ou menor grau, aplicam-se ao gênero e vice-versa, sendo, portanto, um universo gigantesco de pluralidades expressivas.

dos sujeitos binários e não binários, dos gays, das lésbicas, dos bissexuais, de transgêneros e de todo e qualquer desejo/conduita transgressivo daquilo que foi instituído e institucionalizado como normal/norma; em suma, do sujeito abjeto.

Para entender como se dá esse projeto de abjeção, reportamo-nos a Butler (2000; 2017), que discorre sobre o caráter de constituição desse “não-sujeito” através da corporificação de significados e símbolos que o fariam ocupar espaços inóspitos e inabitáveis de acordo com determinada cultura. Esse espaço seria, portanto, ojerizado, bem como todos/as aqueles/as que ali foram enquadrados/as (Butler, 2000; 2017).

Neste sentido, podemos perceber que os seres abjetos são aqueles que não possuem garantidos, por exemplo, seu direito básico de (sobre)vivência e uso do corpo da maneira como gostariam. Sempre coagidos por normas, os corpos se encaixotam e tornam-se refém dessas amarras, ou então as contestam e enfrentam as ameaças dos mecanismos mantenedores desta matriz dominante (Butler, 2000; 2017).

A abjeção de um sujeito deslegitima seu reconhecimento como humano, passando ele a ter agora uma maior precarização de sua identificação. Pelas vias cisheteronormativas, a construção do gênero se dá por meio excludentes, de apagamentos e articulações que operam nessa

produção de acordo com os modelos considerados válidos, e que necessitam de seu opositor obrigatoriamente, para assim estabelecer as identificações de modo hierárquico e desigual – o humano, inumano, menos humano, etc. (Butler, 2000; 2017).

Jardim (2018) elucida que o regime da cisheteronormatividade confere “[...] ao gênero (à cisgeneridade) a mesma centralidade conferida à (hetero) sexualidade na constituição de um regime social que regula [...] todas as vidas na sociedade brasileira e na maioria das sociedades contemporâneas” (p. 210). Esse modelo impõe o regime cisgênero (reconhecer-se no gênero que lhe foi atribuído no nascimento) e de apetite heterossexual a todas as pessoas, incluindo as trans, que sofrem certo pressionamento para serem socialmente consideradas bem-sucedidas, o que pode incluir o uso de hormônios e submissão a cirurgias plásticas, inclusive de readequação sexual, de modo a aproximar-se o mais possível com os modelos cisgêneros hegemônicos (Jardim, 2018), qualificando um processo reconhecido por passabilidade de gênero.

Pontes e Silva (2018, p. 407) definem a passabilidade como “[...] implicada em uma performatividade de gênero, dispõe um conjunto de atos regulados e repetidos que asseguram uma imagem substancial de gênero no registro de uma matriz heterossexual e cisgênero”. Neste, a leitura

dos corpos passa a ser inteligível à medida que correlaciona marcas corporais com características inerentes aos sexos biológicos, tais como os seios, a face, pelos corporais, entre outras. Deslizar sobre esses arranjos leva à ocupação de zonas inóspitas, “[...] o que situa a experiência de passabilidade de forma dupla: como imposição e exigência normativa no registro cisgênero e como estratégia de segurança frente a situações de violação, derivando outros questionamentos” (Pontes; Silva, 2018, p. 410).

A estruturação da pessoa transexual sugere, portanto, um articulado mecanismo de construção social que rompe com as convenções compreendidas como naturais e se resignificam dentro de vários esquemas (in)contingenciais de poder (Bento, 2017). Essa identificação subverte os espaços psíquicos e confronta na cisheteronormatividade a ideia de uma original identidade do sexo/gênero.

Na busca entre a integração do corpo e a identidade de gênero, a pessoa transexual pode recorrer a meios para modificar sua expressão corporal. No desenvolvimento do feminino sobre o corpo, mais especificamente, uma série de técnicas e produtos são utilizadas, entre elas a modulação hormonal, o qual confere mudanças mais visíveis e definitivas, como o desenvolvimento de seios e silhueta arredondada, em geral, desde a puberdade (Benedetti, 2005). Bento (2006) elucida que as modificações corporais

podem ser vistas como metáfora da construção da nova identidade, pois um corpo reconhecido como feminino e toda sua composição comportamental é auxiliar na constituição e no posicionamento das identidades de gênero.

A mulher transexual realiza um intercâmbio dinâmico entre as partes de sua imagem e as de outras pessoas. Trata-se de um processo contínuo de construção, reconstrução e dissolução, o qual partes podem ser inteiramente integradas formando uma unidade ou algumas delas podem ser adicionadas formando uma somatória à expressão corporal da pessoa (Serrano; Caminha; Gomes, 2019). Daí irrompe a performatização, com função na formação da estrutura social e expressão corporal, a qual é propagada culturalmente por meio de semelhanças físicas, étnicas, culturais e/ou afetivas.

No processo de corresponder ao modelo hegemônico feminino, o desconforto e angústia mostram-se constantes, pois a legitimação dessa mulher em um ser inteligível, o qual, segundo Butler (2015) exemplifica-se através das relações coerentes e contínuas entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, são impostas ao gênero. A própria noção de “pessoa” seria assim questionada, pois ao não corresponder às normas de gênero culturalmente instituídas e que definem quem somos, elas não são reconhecidas em sua identidade plena.

Em decorrência do não reconhecimento dentro do modelo binário cisheteronormativo, no qual é performatizado o corpo, é verificada a discordância da expressão corporal que não se identifica com seu corpo anatômico/biológico. A relação desse corpo consigo e com a sociedade materializa e reforça a visão de um corpo que não é estático e que se modifica segundo as circunstâncias discursivas da vida.

A banalização dos corpos de mulheres transexuais, além do determinismo biológico que impõe requisitos, hierarquia e nega a existência dessas pessoas. (R)Existir nesta sociedade configura-se como (sobre)vivência denunciativa da marginalização que lhe é imposta. Uma cidadania precária a qual é duplamente negada pela condição humana e de cidadã que carrega em seus corpos suas marcas (Bento, 2014a). Seres humanos que possuem sua existência desconhecida em prol de requisitos sociais de adequação a um modelo hegemônico feminino que submete vidas à sorte em procedimentos complexos. Existe uma emergência no reconhecimento da legitimidade de existência que faz o risco de morte não ser questionado em razão da readequação da identidade.

Para ser mulher e feminina, diversas alternativas são implementadas pelas mulheres transexuais, desde o uso de vestimentas, adornos, maquiagem, coloração dos cabelos, às demais tecnologias que podem ser implementadas

para tornar o corpo mais próximo do compreendido como feminino, como exercícios físicos, ação medicamentosa e cirurgias plásticas (Serrano; Caminha; Gomes, 2019).

O processo de desenvolvimento dessa mulher constrói-se em meio às relações sociais vividas. As experiências visuais que conduzem à construção de sua identificação levam, ao mesmo tempo, à edificação da expressão corporal dos outros sujeitos, o que implica pensar numa ação política de resistência, pois não se limita ao corpo biológico. A carência de serviços em saúde que acolham a população trans no Brasil (Serrano; Caminha; Gomes, 2017), por exemplo, desde aquela que habita os grandes centros urbanos aos menos desenvolvidos, é uma realidade que colabora para a automedicação e os riscos inerentes do uso indiscriminado de substâncias em razão do único intuito de serem reconhecidas como pessoas de fato (Viana; Sousa; Vale, 2015).

Serrano, Caminha e Gomes (2017) afirmam que o estudo dessa temática no Brasil ainda se apresenta escasso e que na grande área das Ciências da Saúde, são ainda menores as obras que dialogam com a transexualidade e Educação Física. Os(As) autores(as) realizaram uma revisão sistemática sobre a temática de transexualidade nos periódicos das Ciências da Saúde de 2005 a 2015, utilizando as bases de dados *LiLACS*, *IBECs*, *MEDLINE*, *Biblioteca Cochrane* e *SciELO*, e os descritores “Educação Física”, “exercício físico”, “atividade

física”, “corpo”, “práticas corporais”, “transexual” e “transsexuais”. Como resultados, perceberam uma predominância de estudos que versam sobre aspectos biológicos/psicológicos que patologizam a transexualidade.

Os(As) autores(as) afirmam que “[...] ainda há carência de estudos que analisem a transexualidade sob uma óptica mais holística e social entre os periódicos específicos das Ciências da Saúde” (Serrano; Caminha; Gomes, 2017, p. 1128). Eles(as) sugerem essa empreitada como terreno fértil para pesquisas na Educação Física, tendo como preocupação questões de ordem afetiva, emocional, cultural e relacionadas aos benefícios fisiológicos que o exercício físico, por exemplo, poderia legar à construção sociocultural das identidades de gênero das pessoas transexuais.

As experiências das mulheres trans com as atividades físicas podem ser positivas e benéficas. Elas são uma forma de construção da identidade corporal e de significar e ressignificar o processo de autoidentificação, à medida que promovem o conhecimento dessas mulheres sobre o próprio corpo. Todavia, em contextos de preconceito iminente, essa experiência também pode ser marcada por preconceitos e traumas que endossam a marginalização dessas identidades “desviantes” (Serrano; Caminha; Gomes, 2019, p. 11).

Logo, “A ideia de transformar a si não pretende operar generalizações, mas apontar a possibilidade de (re)construção daquilo que os sujeitos percebem como relação gênero-corpo tendo a atividade física como ferramenta” (Serrano; Caminha; Gomes, 2019, p. 4). Nesse sentido, o exercício físico atua como aliado à qualidade de vida da pessoa transexual, por promover efeitos benéficos às esferas física, mental e social. É em meio a este contexto que surge o fenômeno Esporte, amplamente disseminado e consumido pelo mundo moderno através de vários processos reguladores, mas também de potências para releituras sociais. Discutiremos a seguir sobre as normas sexuais e de gênero materializadas neste espaço através das performatividades dos corpos e como as pessoas desviantes promovem (in) flexões neste espaço em questão.

AS PERFORMATIVIDADES (NÃO) NORMATIVAS NO ESPORTE E NO VOLEIBOL

A heteronormatividade está inserida no Esporte e, desse modo, tende a estar presente em seus espaços, normas, ritos, rotinas, conteúdos e práticas (Anderson, 2005). Para Camargo (2016) e Camargo e Kessler (2017), é na esfera esportiva que atletas interpretados(as) como desarmônicos(as) em relação aos regulamentos de gênero e à matriz heterossexual são, de forma sutil, porém profunda, controlados(as) e vigiados(as),

produzindo implicações sobre todos os sujeitos e as tecnologias da “heterossexualidade compulsória”.

Enquanto fenômeno social moderno, o Esporte ainda se mostra normatizado(r) no que se refere às *performances*³ atléticas de corpos masculinos e femininos. Historicamente, sua construção e reprodução disseminam normas e valores muito bem demarcados e sistematizados, privilegiando a participação e estabelecimento do corpo masculino, (re) produzindo desigualdades à luz da binariamente “homem/mulher; masculino/feminino”, abarcando inclusive as orientações sexuais e maneiras de exibição dos corpos em destaque (Grespan; Goellner, 2014).

A negação e o silenciamento das performatividades que fogem à norma resignam sujeitos a espaços reclusos e invisibilizados, canalizando-os às margens e historicamente prendendo-os a “guetos” para manterem suas vivências possíveis de subsistir (Camargo; Rial, 2011; Camargo, 2012). Entretanto, devido às mudanças sociais que reconhecem novas formas de sujeito, de ser e se expressar nas sociedades modernas, o público considerado desviante passou a crescer na esfera esportiva, ainda que de forma nebulosa, já que promove um notório estranhamento identitário (Camargo, 2017).

3 O uso do termo *performance* nesta obra designa sinônimo de rendimento, não estando ligado à teoria da *performance* de gênero que deriva do entendimento teórico da performatividade proposto por Butler (2015; 2018).

Como importante elemento das práticas sociais, a cultura corporal de movimento, e principalmente a prática de exercícios físicos, desponta como uma das tecnologias de (re)produção e extensão dessas normas estipuladas, arquitetando-se através de segregações socioculturais estabelecidas por discursos de poder, restritivos e que fazem o uso da ordem para se sustentar (Pereira, 2008).

Desta maneira, ao explorarmos o campo histórico do Esporte enquanto espaço de práticas corporais, é possível apontá-lo como constructo de saberes *biossexistas* que segregam, normalizam e enquadram sujeitos arbitrariamente em modelos inteligíveis conforme o binarismo de sexo/gênero (Camargo, 2012; Grespan; Goellner, 2014; Silva, 2019). Outrora renegado às mulheres, os locais para prática física e uso do corpo consolidaram-se como reserva masculina, no entanto, com a crescente inserção, participação e conquistas sociais por parte do público feminino, sua inserção na esfera da vivência corporal cresceu exponencialmente, ao compasso das desconstruções e combate aos discursos que restringiam sua participação com base em saberes biomédicos e de paradigmas sociais hegemônicos acerca de homens e mulheres no Esporte (Garcia; Pereira, 2017).

Assim, para zelar pela equidade de justiça nas competições esportivas, devido às diferenças fisiológicas constatadas entre a maioria de atletas homens e mulheres, durante

o século XIX o Esporte, insuflado pela crescente ordem biomédica e a extrema valorização conferida à categoria dos sexos como classificação dos sujeitos em homens e mulheres, passou a se organizar por naipes, sendo o masculino identificado como espaço de competição dos homens, e o feminino identificado como espaço de competição para mulheres (Jaeger; Goellner, 2011).

O estabelecimento dessa maneira de dividir, entretanto, naturalizou a invisibilidade de outros corpos (não)sexuados e/ou que não se reconhecem pelas qualificações que são esperadas para seu sexo/naipe/gênero (Camargo; Kessler, 2017). O esboço dessa normatização não conseguiu, todavia, excluir os corpos não-normativos, conforme destaca Camargo:

Esses corpos que habitam o universo não “corponormativo” trazem à baila o fato que próteses, órteses e objetos outros mudam a configuração de nossas percepções a ponto de nos questionarmos se tais práticas poderiam ser o prenúncio de novas estéticas e novas técnicas corporais no esporte (Camargo, 2016, p. 1347).

Caudwell (2016) explica que os corpos questionados e irreconhecíveis por suas identificações múltiplas, *queer*, para se situarem na amálgama esportiva, precisam renunciar sua subjetividade para se enquadrarem nas normas binárias esportivas (masculino/feminino). Embora ocorra, o entre-lugar do *queer* oscila a ordem biomédica de

valorização da categoria corpo/sexo/gênero, promovendo estados de anomia e um terremoto nos saberes até então tomados como fixos e intransigentes.

A inserção enunciativo-reprodutiva do sujeito no terreno esportivo ocorre de acordo com as normas dos sexos e, em decorrência da adoção de elementos performativos aos gêneros de forma binária, torna-se problemática, tendo em vista que desconsidera o processo (in)contingente de repetição e ressignificação da norma. Conforme Butler (2015; 2018), a performatividade de gênero se constrói a partir das expectativas criadas sobre o sexo e os desejos com base nos preceitos heterossexuais, regulando e assegurando de forma inteligível a coerência entre o próprio sexo, o gênero e as sexualidades.

Desta forma, com a presença desses enunciados linguísticos plurais materializados pelas corporalidades não normativas no espaço esportivo e de lazer, inspiramo-nos em Louro (2009) e Butler (2015) para perceber o estabelecimento de regimes coercitivos aos modelos que incomodam e questionam as normas já fixadas, reflexo de produtos históricos, culturais e sociais oriundos do sistema biopolítico heteronormativo. Como conclui Prado (2021, p. 253), as categorias normativas de corpo, “ao instituírem fissuras na heteronormatividade, precisam ser marcadas como desvio.”

Esse mecanismo de vigilância disciplinar se materializa pela regulação da vida social de pessoas, justificando-se inclusive através da adoção de atitudes *queerfóbicas* (Garcia; Pereira, 2019a; 2019b) que, em suma, abrangem múltiplas fobias relacionadas às vivências e expressões de gênero que escapam à heteronorma. As normas dessa enunciação linguístico-performativa fazem parte de uma teia de ameaças às vidas das minorias de gênero e sexuais, que precisam ser entendidas e compreendidas de forma inter-relacionada (Butler, 2017).

A subversão do entendimento das relações de gênero abre um leque de discussão que ressignifica o entendimento das corporalidades através do conceito de performatividade de Butler (2015). Arelado a este processo, encontra-se o conceito de precariedade descrita por Butler (2017). Segundo a autora, (r)existir estabelece condições de risco e ameaça potencializadas, já que indica a proclamação pública da igualdade de direitos, à liberdade de gênero e sexualidade, às negligências e apagamentos de suas representatividades, tornando qualquer prisma do entre-tudo sujeito a perseguições, perigos e ameaças.

No Esporte, esses mecanismos de controle e vigia são latentes. Chaves (2015, p. 1) afirma que, em decorrência das manifestações sociais modernas que criticam os pilares fundantes deste fenômeno a partir dos padrões de gênero

e sexualidade, novas atualização de valores e sentidos ascendem-se para ressignificar esse espaço em um futuro não muito distante, já que “[...] o esporte nos moldes vigentes já não mais consegue sustentar-se em um contexto pós-moderno marcado pela diversidade, instabilidade e ambiguidade de corpos, gêneros e sexualidades”.

Neste panorama, o voleibol emerge como modalidade frutífera no que tange às possibilidades de performatizações que desviam das normas heterossexuais (Coelho, 2009; Anjos, 2015; Chaves, 2015). Segundo Coelho (2009), o voleibol se apresenta como um espaço constituído de sociabilidade feminina e homoerótica, favorecendo a manifestação de masculinidades alternativas ao permitir deslocamentos e transitividades entre o que se considera masculino e feminino: no senso comum, “[...] o voleibol é enquadrado como um esporte de homossexuais, um esporte de bicha” (Anjos, 2015, p. 21).

Ainda conforme Coelho (2009) e Chaves (2015), é no voleibol que mulheres e homossexuais encontram possibilidades de firmarem raízes em função de novas sociabilidades esportivas. Para além disso, o voleibol brasileiro apresenta dois casos que muito repercutiram nas mídias envolvendo atletas profissionais que se declararam homossexuais. O primeiro deles foi Lilico (1976-2007), um dos destaques da Superliga, que em 2000 concedeu entrevistas afirmando não

ser convocado para a seleção principal por ser declaradamente gay. O segundo é Michael, que em 2011 foi hostilizado pela torcida adversária durante a partida da semifinal da Superliga 2010/2011 (Anjos, 2015; Chaves, 2015).

Mais atualmente, temos o caso de atletas mulheres transexuais, como a italiana Alessia Ameri, que em 2016 passou a atuar na segunda divisão do voleibol italiano. O caso de Alessia é emblemático: embora tenham surgido manchetes anunciando sua transexualidade, outros anúncios apontam que a atleta nasceu com a Síndrome de Morris, caracterizada pela incapacidade parcial ou total do corpo de responder aos andrógenos, incluindo a testosterona. Mesmo apresentando o par de cromossomos sexuais XY, Alessia não se desenvolveu sob influência desses hormônios, já que, na prática, mesmo produzindo-os endogenamente, eles não desempenharam sua função esperada (Knoploch; Siqueira, 2018).

Outra atleta transexual é Omy Pardomo, contratada em 2018 pelo CV CCO 7 Palmas para disputar a Liga Iberdrola (Superliga da Espanha). Omy fez sua modulação e readequação desde a infância, o que, de certa forma, mitiga comentários acerca de seu desempenho; já a brasileira Tiffany Abreu, que desde o começo de 2017 passou a defender a equipe italiana *Golem Volley* após seu período de readequação na idade adulta, atraiu a atenção das mídias brasileiras,

retroalimentando ainda mais as discussões sobre o terreno fértil do voleibol, que propicia a desterritorialização das convenções esportivas, a experenciação das corporalidades alternativas, os deslocamentos de saberes até então inquestionáveis e a ampliação de horizontes das práticas físicas e corporais (Prado; Nogueira, 2018).

Questionar as normas esportivas e sobretudo (r)existir à elas configura-se como ato de combate às convenções dominantes causadoras da precariedade de corpos também nessa esfera social. Foucault (1988) afirma que as normas sexuais se constroem a partir de diretrizes individuais e sociais, que se exercem em um dispositivo discursivo, histórico, temporal e doutrinador sobre o sexo. Atuam como modeladores sociais de corpos e suas sexualidades, onde a heterossexualidade é tomada como modelo natural, genuíno e regular, constantemente refém de processos autoafirmativos, vigilantes e (re)consolidadores de normas e valores coercitivos, uma vez que não se sustenta por si só e necessita desse discurso reiteradamente para se estabilizar. No Esporte, esses mecanismos se traduzem pela perseguição midiática e da torcida, pela perda de patrocínios, pela não convocação para seleção nacional do país, entre outros (Dias; Silva; Garcia; Pereira, 2023) que, assim, registra o caminho a ser trilhado para a construção de uma carreira de sucesso.

Tal estratégia visa normalizar e direcionar vidas pelas instâncias sociais, inclusive no Esporte, o que aciona tecnologias de defesa e reverbera-se nas práticas esportivas na tentativa de sua fixação territorial enquanto templo de práticas *straight* (isto é, reto, direito e, informalmente, designativo do heterossexual), de modo a controlar os corpos e suas formas de se portar, segregando assim grupos heterossexuais de não heterossexuais e possibilitando a sustentação e manutenção de guetos (Camargo; Rial, 2011; Camargo, 2012), preservando o esporte tradicional e direcionando as performatividades desviantes à eventos esportivas “outros” (Camargo, 2016).

Neste sentido, torna-se pertinente problematizar o dispositivo da transgeneridade no esporte, à luz de Bento (2014b), partindo do pressuposto de que os(as) atletas desviantes e suas performatividades por si só delatam discursos contrários à heteronorma e promovem ressignificações por onde ousam se aventurar. A “*queerporificação* esportiva” (estabelecimento de contingências performativas dos corpos em desempenho atlético) exalta o anseio de viver e agir de forma politizada com o intuito de assegurar condições de existência e reconhecimento de todo e qualquer corpo que se transvie da heteronorma.

Investigar a trajetória de atletas *queer* (e aqui, possível de entender também os(as) atletas trans), é uma potente ferramenta para tensionar os processos normalizadores

que promovem reconhecimento e legitimidade das corporalidades e *performances* nos espaços competitivos em questão. Conforme afirma Goellner (2013, p. 50-51):

a teorização *queer* tem se revelado uma fecunda possibilidade de ancoragem teórica, na medida em que opera com a desconstrução dos binarismos, inclusive aqueles que estão presentes nos estudos de gênero. Ao eliminarem do horizonte analítico o determinismo biológico e os binarismos, tais estudos favorecem a aceitação da profusão de feminilidades e masculinidades, da permeabilidade entre as fronteiras corporais e a não fixação das identidades.

A insurgência do público trans inquieta e perturba, apresenta rupturas e ressignificações, tornando-se ainda mais emblemática, desafiadora e problematizadora ao fenômeno do Esporte. Neste cenário *queer* das corporalidades esportivas, é possível sugerir postulações de poder, privilégios, disparidades, reconhecimentos, valorações e simbolismos diferentes entre atletas, o qual esta obra se propõe a investigar, já que, em uma época pós-moderna, o Esporte, no formato em que ainda se apresenta, não consegue mais abarcar plenamente todos(as) os(as) participantes sociais de suas práticas.

Para amplificação das teorias *queer* com os estudos decoloniais e pós-coloniais⁴, conforme apontam Miskolci (2009) e

4 Vergueiro (2014; 2015) elucida que a decolonialidade é uma linha epistemológica emergente na América Latina que almeja problematizar a modernidade a partir dos estudos étnicos, questionando as matrizes coloniais de poder. Já o pós-colonialismo concentra-se em analisar os legados sociopolíticos e culturais deixados pelo processo de colonização tanto nos países colonizados quanto nos colonizadores.

Vergueiro (2014; 2015), analisam-se processos enunciativos dos sujeitos de poder, bem como os marcadores sociais que foram/vêm sendo construídos ao longo da historicidade humana para compreender os desdobramentos que estão por trás de preconceitos e pensamentos excludentes e violentos para com as diferenças.

Vergueiro (2014; 2015) sugere, a partir das teorias decoloniais e pós-coloniais, que nossa sociedade seja estruturada em um sistema de mundo ocidentalizado/cristianocêntrico moderno/colonial capitalista/patriarcal, isto é, (re)produtor de hierarquias epistêmicas entre grupos e sujeitos de um reconhecimento desigual dos marcadores sociais, tais como gênero, sexualidade, raça/etnia, classe social, religião, geração, espectro político, entre outros. A esse regime que dita as relações sociais em termos organizacionais, civilizatórios e relacionais seguindo o ponto de vista do colonizador, é dado o nome de *cistema-mundo* (Vergueiro, 2015).

Vergueiro (2015) enfatiza que o regime *cistêmico* historicamente se sobrepôs a todos os outros no/pelo mundo ocidental a partir de processos de *ciscolonialismo*. O *ciscolonialismo* traduz-se em uma política de imposição do poder à luz de normatividades que se expandem aos grupos que, na interpretação dos detentores de poder, precisam ser educados à luz desse *cistema*. Neste cenário, retomamos ao processo de colonialismo dos séculos XV e XVI, onde

homens cis, brancos, europeus, cristãos, heterossexuais, patriarcais, de classe média/alta, letrados, sem deficiências físicas e intelectuais dominaram territórios continentais, levando sua filosofia de vida extirpadora às terras e aos seus nativos que ali habitavam. Processos escravocratas, mandatários e de grandeza se formaram à luz e semelhança desse ser humano colonizador, onde todo aspecto que desvie ou fuja desta imagem é, portanto, inferior, subalterno e insignificante, devendo ser corrigido ou, caso seja impossível fazê-lo, deve ser tratado como pária social (Vergueiro, 2015).

Neste sentido, Vergueiro (2015) sinaliza como somos todos(as) marcados(as) por modelos que, embora sejam diversificados, são unificados para atender aos desmandos normatizadores da *cisnormatividade* colonial. Desta forma, as singularidades pessoais seriam pouco a pouco minadas, contribuindo para a criação e manutenção de grupamentos sociais normalizados, isto é, adestrados à luz das *cisnormas*.

A *cisnormatividade*, conforme sinaliza Vergueiro (2015, p. 43), pode ser compreendida como “uma normatividade de gênero [...] que exerce, através de variados dispositivos de poder interseccionalmente situados, efeitos colonizatórios sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero”. A autora complementa: “[...] podemos tomar a cisnormatividade como uma série de

forças socioculturais e institucionais que discursivamente produzem a cisgeneridade como ‘natural’” (p. 68), adotando para si preceitos heteronormativos, *cissexuais* e *cisgêneros*: “[...] escolho utilizar os termos cisnormatividade e cissexismo, sendo este último termo, em particular, utilizado com o propósito de enfatizar caminhos interseccionais com o conceito de sexismo” (p. 69).

Neste cenário, as transgeneridades, ao se deflagrarem enquanto identificações críticas pelos espaços sociais, perturbam o *ciscolonialismo* embutido nas estruturas que operam nossa civilidade, tornando-se potencialmente problematizadoras ao próprio discurso da normalização *cistêmica* (Vergueiro, 2015). A autora (2014) afirma que o regime *cis-sexista* enfatiza, neste caráter sistêmico e estrutural, processos institucionalizados de inferiorização das pessoas *trans*, incluindo a transfobia (que, em suma, resume-se a todo ato discriminatório, ofensivo e/ou de não reconhecimento das identificações *trans*).

Aqui, desponta como sustentação argumentativa a instância que, dentro do *cistema-mundo*, possui o poder de determinar corpos normais nas sociedades contemporâneas, que é o Biopoder Médico (Vergueiro, 2014). A partir de interpretações decoloniais, Vergueiro (2014; 2015) problematiza como o sistema médico, que vem da racionalidade eurocêntrica de catalogação das anormalidades, tenta

construir justificativas científicas, objetivas e racionais por meio de instrumentos e dispositivos sociais de poder que se amplificam para todas as estruturas ocidentais na pós-modernidade.

No Esporte, interessa compreender como as amarras do *cistema-mundo* se apresentam, se sustentam e permanecem legitimando modos de pensar, ser, estar e organizar as ações sociais como estratégia mobilizadora aos entendimentos esportivos atuais, sugerindo novas formas de se interpretar os fenômenos emergentes que desafiam e questionam nossa maneira de nos situar e compreender face as estruturas às quais estamos inseridos(as) e contribuímos para ressignificar.

DISCUSSÕES ANALÍTICO-INVESTIGATIVAS

Para problematizar a inserção, permanência e atuação de mulheres transexuais no voleibol feminino pelo Brasil, bem como a repercussão desses eventos, realizaram-se investigações com atletas, nas mídias e esferas pertinentes que discutem e/ou retratam a temática, de modo a dialogar com as teorias *queer*, decoloniais e pós-coloniais (Garcia, 2021). Essas investigações, seus métodos e conclusões foram sintetizados em artigos que compuseram a tese de doutorado, do seguinte modo: havia quatro grandes unidades. A primeira delas denominava-se “Discussões basilares”, na qual se situavam as correntes teóricas que estruturavam o trabalho,

concernentes aos gêneros, às sexualidades, aos corpos, às transexualidades e às performatividades esportivas.

A segunda unidade denominava-se “Levantamento teórico”, trazendo dois artigos que mapeavam a produção científica sobre atletas trans e/no Esporte. A terceira unidade intitulava-se “Aprofundamento das discussões”, composta por nove artigos que problematizavam a inserção, permanência e atuação de mulheres transexuais no voleibol feminino pelo Brasil, por meio de entrevistas e estudos de caso, analisando de que forma o Poder Legislativo, a mídia e renomadas figuras públicas nacionais da modalidade e/ou ligadas à área (re)tratam e se posicionavam sobre a temática.

Por fim, a quarta unidade, denominada de “Síntese conclusiva”, expunha a tese a ser defendida a partir das possíveis considerações que foram vislumbradas no processo de doutoramento. Os artigos podem ser resumidos em oito principais discussões, que se encontram descritos a seguir:

Discussão 1- “O voleibol e a participação de atletas trans: outro ponto de vista”, cujo objetivo consistiu em evidenciar um conjunto de argumentações que possibilitasse a compreensão da participação de pessoas transgênero no Esporte. Como fonte de inspiração, debruçamo-nos sobre a “carta” (HENKEL, 2018), amplamente divulgada nas redes sociais, pela ex-atleta Ana Paula Henkel. A carta revela

a posição contrária da ex-atleta à participação da atleta trans Tiffany Abreu na Superliga nacional de voleibol, despontando-se um uso argumentativo de forma erística que desconsidera conceitos discutidos e divulgados no meio esportivo e acadêmico. Nesse sentido, podemos desconfiar que essa temática tem suscitado debates limitados ao discurso biomédico e desconsiderado o contexto sociocultural da inserção desses(as) atletas. Por fim, importa ressaltar a necessidade de novas investigações sobre o tema para acompanhamento criterioso dos limites e possibilidades da participação trans no Esporte.

Discussão 2- “Uma análise axiológica dos projetos de lei sobre pessoas trans e Esporte no Brasil”, que objetivou analisar os enunciados de seis Projetos de Lei⁵ protocolados em Assembleias Legislativas nacionais que visavam regulamentar a participação de atletas trans no esporte brasileiro, mais especificamente quais as bases fundamentalistas utilizadas pelos deputados autores para se posicionarem

5 PL 346/2019, de autoria do deputado estadual Altair Moraes (PRB-SP); PL 331/2019, de autoria do deputado estadual Rodrigo Amorim (PSL-RJ); PL 203/2019, de autoria do deputado estadual João Luiz (PRB-AM); PL 2596/2019, de autoria do deputado federal Julio César Ribeiro (PRB-DF); PL 2639/2019, de autoria do deputado federal Sóstenes Silva Cavalcante (DEM-RJ) e; PL 2200/2019, de autoria do deputado federal Manoel Isidório de Santana Júnior (AVANTE-BA). Todos têm em comum a redação sugerindo como único critério o sexo biológico para a participação de atletas trans no esporte brasileiro. Este último, inclusive, faz menção direta à Ana Paula e a congratula pela iniciativa.

axiologicamente acerca da temática. Metodologicamente, analisamos o material de acordo com a técnica de análise documental. Como resultados, pudemos constatar que todos os projetos se alicerçam em aspectos unicamente biológicos sobre os sexos, apresentando fragilidades teórico-conceituais sobre as identificações e expressões de gênero e sexualidades. Além disso, propunham como solução esportiva alternativas excludentes e/ou vexatórias ao público de atletas trans que quisesse competir no Brasil e não apresentava indicações bibliográficas para as afirmações conclusivas às quais sinalizavam. Por fim, ressaltamos que toda política pública tem por objetivo erradicar ou minimizar prejuízos de determinada parcela social, devendo, inclusive, seguir os preceitos dispostos em nossa Constituição Federal.

Discussão 3- “A opinião de atletas e treinadores de voleibol sobre a participação de mulheres trans”, cujo objetivo foi averiguar a opinião de atletas e treinadores de voleibol sobre a participação de mulheres trans no voleibol feminino a partir do caso da atleta Tiffany Abreu. Para nortear esse objetivo, indagamos: qual o posicionamento dos(as) envolvidos(as) acerca dessa atuação e como estruturavam e apresentavam seu ponto de vista? Coletamos 36 reportagens do site esportivo globoesporte.com que tratavam sobre a participação trans no voleibol a

partir do caso de Tiffany. Deste total, apenas 9 coberturas traziam o depoimento de 7 atletas (Ana Paula Henkel, Thaísa Daher, Fabiana de Oliveira, Tandara Caixeta, Sheilla Castro, Aline Silva e Maria Luísa) e 4 treinadores (Paulo de Tarso, Paulo Coco, José Roberto Guimarães e Bernardinho), que foram analisados pela técnica de análise de discurso. Como resultados, percebemos que o grupo estudado foi, em maioria, contrário a essa inserção e atuação com base em normas biomédicas e fisiológicas cisheteronormativas. Entretanto, registraram-se manifestações mais cautelosas sobre o assunto, legitimando a participação de acordo com as recomendações das confederações e federações que regem as modalidades esportivas.

Discussão 4- “A trajetória pessoal de Tiffany Abreu no Esporte de alto rendimento”, cujo objetivo foi compreender a trajetória pessoal de Tiffany Abreu em seu processo de inserção e permanência no voleibol de alto rendimento. Desenvolvemos um estudo de caso descritivo e qualitativo. Para coletar nossos dados, realizamos uma entrevista semiestruturada, posteriormente transcrita e analisada através da técnica de análise de conteúdo. Como resultados, encontramos resistências ao longo da trajetória pessoal de Tiffany envolvendo sua readequação de gênero e manutenção no Esporte, o tratamento por parte da mídia e das torcidas e o usufruto do vestiário.

Discussão 5- “Um corpo transexual no Esporte: problematizações a partir da história de Valkyria Montes”, tendo como objetivo compreender o percurso histórico de Valkyria Montes no esporte e, a partir daí, problematizar a participação de mulheres trans em competições esportivas, sejam elas oficiais ou não. Para tanto, desenvolvemos um estudo de caso caracterizado como descritivo e de cunho qualitativo. Para coleta de dados, realizamos uma entrevista com roteiro semiestruturado que foi posteriormente transcrita e analisada pela técnica de análise de conteúdo. Como resultados, encontramos que, embora a participação de Valkyria no voleibol fosse híbrida, já que ela participava de competições tanto pelo naipe masculino quanto feminino, ainda encontrava resistências significativas para poder atuar entre as mulheres cisgênero, com base em aspectos legais (documentação civil e regulamento de competições), morais e éticos (reconhecimento às diversidades e diferença, inclusão de mulheres trans no esporte feminino com base em vantagens e desvantagens biofisiológicas e de rendimento) que contornam as premissas de igualdade e justiça nas esferas do esporte.

Discussão 6- “(Des)Estabilidades do regime ciscolonia- lista a partir do caso da estudante/atleta Mariana Carvalho dos Santos”, onde desenvolvemos um estudo de caso com a estudante/atleta Mariana Carvalho dos Santos, uma

mulher transexual negra (à época, hoje travesti), de classe social baixa e periférica, graduanda em Educação Física pela UFRJ (hoje já formada). Problematizamos o regime ciscolonialista que regia as instâncias sociais às quais Mariana transitava, com destaque à Universidade e ao Esporte nas modalidades judô e voleibol. Nossos apontamentos indicaram resistências à Mariana, que sofria processos transfóbicos ciscolonialistas, com a não passabilidade de gênero, com o não reconhecimento de sua identificação, com os trâmites burocráticos do Estado, da Universidade e das práticas esportivas, bem como com as resistências para poder atuar no mercado formal da Educação Física.

Discussão 7- “Resistências trans no voleibol feminino paranaense”, que objetivou problematizar as resistências de mulheres transexuais no voleibol feminino do estado do Paraná, tendo como questões norteadoras: 1- de que forma essas atletas constroem redes de resistência para permanecerem no voleibol?; 2- quais barreiras irrompem como entraves ao longo de sua(s) trajetória(s) pessoal(is) e esportiva(s)? Metodologicamente, desenvolveu-se um estudo qualitativo, contando com dois depoimentos de duas atletas mulheres trans de voleibol, que atuavam na região metropolitana de Curitiba/PR. Trataram-se os dados com base na técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontaram para os processos de resiliência e manutenção

no terreno esportivo, constantemente cerceado por elementos cisheteronormativos que, ao se imporem, silenciavam as corporalidades trans. No entanto, as atletas contavam com apoio de seus grupos sociais e persistiam em sua trajetória, em meio a percalços que surgiam tanto durante os jogos, como fora das quadras e em outras esferas, como na legislativa, por exemplo.

Discussão 8- “O discurso de professores de Educação Física sobre atletas trans no Esporte”, que teve por objetivo analisar o discurso de professores/as de Educação Física em formação sobre a legitimidade da/na participação da atleta *trans* Tiffany Abreu no voleibol feminino, a partir de comentários em um grupo da rede social *Facebook*. Utilizamos a técnica de análise de discurso para depurar 38 comentários de uma publicação que solicitava a opinião dos membros do grupo virtual sobre o caso de Tiffany no voleibol. Os resultados apontaram para o desconhecimento conceitual e teórico na/da temática “*trans* e esporte”, reforçando o discurso biomédico cisgênero e transfóbico em uma área de conhecimento que deveria estar sensível à escuta de outros corpos em *performance*.

PARA CONCLUIR

Verifica-se a existência de mecanismos restritivos que vigiam e solidificam as performatividades dos corpos no

voleibol e que são estendidos ao âmbito esportivo como um todo. A respectiva modalidade, embora tenha se destacado como porta de entrada para a manifestação das diferenças, principalmente aquelas que fogem da *cisheteronormatividade*, ainda assim sofre com a imposição das diretrizes e legalidades impostas pelo fenômeno esportivo que, de certa forma, corroboram para o enfrentamento das manifestações diversas pelas quadras pelo Brasil.

A trajetória esportiva de jogadoras transexuais no voleibol feminino brasileiro é *cistematicamente* interpretada e vigiada, resultando no desconhecimento e ilegitimidade de sua participação no Esporte à luz da *cisheteronormatividade*. Isso quer dizer que, socioculturalmente, as pessoas e instituições na pós-modernidade ainda se encontram muito atadas a modelos *ciscolonialistas* que instituem normas rígidas e intransigentes que, através das relações de poder de imposição e/ou subordinação, recaem aos demais sujeitos sociais. Em suma, reconhecem os dispositivos de força normalizadores das instâncias sociais, dentre elas as modalidades esportivas, porém relativizam, sobretudo naturalizam, as opressões e coações das mesmas.

Esse processo culmina no estabelecimento de violências simbólicas que não são problematizadas, pelo contrário, são solidificadas com o intuito de continuar reproduzindo *performances* masculinas e/ou femininas *cistematizadas*.

Atletas, treinadores, adversários, legisladores e outros agentes sociais se fundamentam em conhecimentos *cis-têmicos* para estendê-los às atletas mulheres transexuais, revelando desconhecimento sobre: os processos de reposição hormonal; sobre a realidade sociocultural de exclusão, marginalização e opressão deste público; sobre o real objetivo do processo transexualizador feminino, muitas vezes suspeitando do caráter e da idoneidade moral dessas atletas; e sobre o funcionamento biofisiológico do corpo humano na sua individualidade, sobretudo, nas adaptações significativas que são promovidas via procedimentos estéticos e/ou hormonais.

Mesmo com essas especificidades, o argumento de que a participação de mulheres transexuais entre as mulheres cis no voleibol é imoral, ilegítima e injusta se assenta sobre a principal justificativa de que são/foram “homens biológicos”. Logo, não importa a trajetória esportiva, a readequação de gênero, o uso de hormônios e substâncias cruzadas, os episódios fisiológicos promovidos, a constante negação e violência a elas endereçada e os exames hormonais dentro do que o COI recomenda, não se consegue sensibilizar aqueles(as) que já afirmam, com certeza, a existência da vantagem de mulheres trans sobre as cis. Ainda que os estudos sejam controversos, ainda que a atleta transexual não tenha bom rendimento, ainda que ela seja sempre vigiada, policiada e

ojerizada, nenhum desses aspectos consegue perturbar o entendimento fixo de que, por ter um histórico biofisiológico considerado “masculino”, ela sempre terá uma vantagem física sobre as mulheres cis nas modalidades esportivas, dentre essas, o voleibol.

O que ocorre em larga escala é o acionamento *cistêmico* de que não importam as mudanças físicas e/ou sociais, a atleta sempre será do sexo masculino, pois não consegue alterar sua constituição genotípica. Sempre será “homem”, nessa constante confusão entre sexo e gênero. Sempre será mais forte, potente, rápido, volumoso, melhor, etc., no que não passa de mais uma estratégia *cistêmica*, ainda que inconsciente, de enquadrar, ler e interpretar os corpos na sociedade pós-moderna, mantendo normas fixas e protetivas da cisheteronormatividade.

O pânico moral de que as atletas transexuais “invasariam” as competições femininas pelo Brasil também irrompe como estratégia de resistência à inserção desse público junto às cis, porém essa assertiva chega a ser frágil e duvidosa. Nas investigações da tese de doutorado, encontrei apenas quatro Estados brasileiros (Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia) que apresentavam atletas mulheres transexuais participando de maneira regular em competições femininas de voleibol, sendo que apenas um desses casos está no alto rendimento.

Essa regulação se dá a partir do que o COI estabeleceu em seu documento de 2015⁶, ou seja, pela identificação feminina da atleta há no mínimo quatro anos e o acompanhamento das taxas de testosterona abaixo de 10 nmol/L de sangue por pelo menos um ano antes da competição e durante esta. Mesmo passados alguns anos das novas recomendações, ainda é latente o pensamento de que atletas transexuais se apoderariam das equipes femininas no que se refere à sua composição. Este argumento, por vezes, é imediatamente acionado sob a nobre justificativa de proteger o direito das mulheres cis no Esporte, o que, inclusive, chega a ser controverso, se nos atentarmos para o fato de que o COI e as demais federações internacionais das modalidades estão sempre estabelecendo tetos de rendimento para as competições femininas, examinando, punindo e/ou obrigando que as atletas sempre se enquadrem em parâmetros biológicos e/ou de rendimento que sejam socioculturalmente interpretados como femininos, isto é, sempre menor, inferior, mais lento, menos forte ou qualquer outro indicativo que esteja abaixo da *performance* masculina (Vide os casos de atletas intersexuais e/ou com hiperandrogenismo que, mesmo tendo se desenvolvido como do sexo feminino, foram/são constrangidas para

6 Embora o COI já tenha publicado uma terceira recomendação em 2021, ela não foi considerada neste estudo, tendo em vista que a defesa da tese de doutorado ocorreu antes dessa publicação. Nesse sentido, os dados apresentados ainda se ancoravam na recomendação de 2015.

que monitorassem/monitorem suas taxas androgênicas e/ou aparência física, como Ewa Klobukowska (polonesa), Maria José Martínez-Patiño (espanhola), Edinanci Silva (brasileira), Erika Coimbra (brasileira), Caster Semenya (sul-africana), Dutee Chand (indiana) e Alessia Ameri (italiana).

Às mulheres transexuais, restam-lhe as possibilidades de desenvolver a resiliência, força de vontade e persistência para continuarem ocupando seus espaços de direito nas modalidades esportivas que a todo instante reforçam a repulsa e a não aceitação das mesmas por ali, numa espécie de herança herdada do *ciscolonialismo* que estabelece e naturaliza opressões entre grupos subalternos e dominantes, insistindo em não questionar seus pilares de fundação.

Nesse sentido, deveríamos parar de nos preocupar com a sentença que tenta diagnosticar se é justa ou injusta a participação de transexuais entre cis e passar a problematizar a forma como o Esporte foi estruturado: um modelo oriundo do século XVIII e que não permitia a participação de mulheres, vindo a fazê-lo apenas no final do século XIX, e que adotou a divisão por sexos porque para a época era o único modelo possível de se estabelecer parâmetros de justiça e/equidade nas competições.

Hoje, já está mais do que comprovado que criamos e respaldamos uma loteria genética no Esporte, aceitando moral e legalmente as diferenças fisiológicas entre homens e

mulheres (cis, apenas) e reforçando essa dupla categorização. Porém, com o avanço da Medicina, da Biotecnologia e das Ciências do Esporte, bem como das técnicas de treinamento esportivo, já é possível formular outros parâmetros para promover, de fato, a justiça às competições. Um cruzamento de vários índices biológicos, culturais e sociais, que vão muito além do que a mensuração dos níveis de testosterona na corrente sanguínea já é possível de ser realizado, então pergunto: por que continuamos insistindo na fracassada e falaciosa “justiça moral-esportiva” a partir da divisão entre os sexos? E ainda: por que a utilizamos para justificar a não participação de atletas transexuais entre as atletas cis?

Por fim, acredito que as categorias esportivas na pós-modernidade devam permitir a participação conjunta de homens e mulheres, cis e/ou trans, travestis, andróginos, *queer* e todas outras identificações possíveis e impossíveis, para que compitam juntos/as a partir de um novo algoritmo qualificador, já que as diferenças fisiológicas extrapolam a categoria do sexo biológico. O voleibol emergiu nesse processo como uma modalidade potencialmente transformadora, onde pudemos vislumbrar a participação das atletas transexuais e perceber que as reflexões que norteiam a divisão esportiva à luz dos preceitos de moral, de justiça e idoneidade vão muito além do que apenas o par de cromossomos XY ou XX. Finalizo deixando essas sugestões para as futuras e frutíferas investigações científicas sobre esta(s) temática(s).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Eric. Orthodox and inclusive masculinity: Competing masculinities among heterosexual men in a feminized terrain. **Sociological perspectives**, v. 48, n. 3, p. 337-355, 2005.
- ANJOS, Luiza Aguiar. “Vôlei masculino é pra homem”: representações do homossexual e do torcedor a partir de um episódio de homofobia. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 11-24, jan./mar. 2015.
- BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014a.
- BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Revista Florestan**, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 32-48, nov. 2014b.
- BENTO, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.
- British Journal of Sports Medicine**, v. 58, n. 11, p. 586-597, 2024.
- BUTLER, Judith. Alianças *queer* e política anti-guerra. **Bagoas - Estudos Gays: gênero e sexualidades**, Natal, v. 11, n. 16, p. 29-49, jan./jun. 2017.
- BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of ‘sex’. Londres: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2a. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. **Caderno de Leituras**, Edições Chão da Feira, n. 78, p. 1-16, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMARGO, Wagner Xavier. **Circulando entre práticas esportivas e sexuais: etnografia em competições esportivas mundiais LGBTs**. 274p. 2012. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, Brasil.

CAMARGO, Wagner Xavier. Dilemas insurgentes no esporte: as práticas esportivas dissonantes. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 4, p. 1337-1350, out./dez. 2016.

CAMARGO, Wagner Xavier. O torcedor *queer*. **Ludopédio**, São Paulo, Sessão Arquibancada, 26 nov. 2017. Disponível em: < <http://www.ludopedio.com.br/arquibancada/o-torcedor-queer/> >. Acesso em 08 Fev. 2019.

CAMARGO, Wagner Xavier; KESSLER, Cláudia Samuel. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 47, p. 191-225, jan./abr. 2017.

CAMARGO, Wagner Xavier; RIAL, Carmem Silva de Moraes. **Competições esportivas mundiais LGBT: guetos sexualizados em**

escala global? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 977-1003, set./dez. 2011.

CAMARGO, Wagner Xavier; RIAL, Carmem Silva de Moraes. Esporte LGBT e Condição Pós Moderna: notas antropológicas. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 10, n. 97, p. 269-286, jul., 2009.

CAUDWELL, Jayne. Queer-in the sociology of sport. In: GIFFNEY, Noreen; O'ROURKE, Michael. **The Ashgate Research Companion to Queer Theory**. London: Routledge, 2016. p. 219-236.

CAUDWELL, Jayne. Trans women and/in sport: Exploring sport feminisms to understand exclusions. **Sociology of Sport Journal**, v. 1, n. aop, p. 1-8, 2024.

CAULDWELL, David Oliver. Psychopathia transexualis. **Sexology**, v. 16, p. 274-280, 1949.

CHAVES, Paula Nunes. Estigmas do corpo, gênero e sexualidade no esporte: voleibol enquanto espaço da mulher e da “bicha”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 19. 2015, Vitória/ES. **Anais...** Vitória/ES, 2015. Disponível em: < <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2015/6conice/paper/view/7245/3654> > Acesso em 30 dez. 2019.

COELHO, Juliana Affonso Gomes. Voleibol: um espaço híbrido de sociabilidade esportiva. In: TOLEDO, Luiz Henrique; COSTA, Carlos Eduardo (Orgs.). **Visão de jogo: antropologia das práticas esportivas**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009. p. 75-93.

DIAS, Evelyn Cristina Nunes; SILVA, Alan Camargo; GARCIA, Rafael Marques; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. Nos armários dos vestiários: uma leitura do podcast produzido pela feel the match

e veiculado pelo globo esporte. **Motrivivência**, v. 35, n. 66, p. 1-21, 2023.

FISCHER, Mia; MCCLEAREN, Jennifer. Transgender Athletes and the Queer Art of Athletic Failure. **Communication & Sport**, v. 8, n. 2, p. 147-167, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**, v. 1: A vontade de saber. Graal ed. 14. ed. Rio de Janeiro, 1988.

GARCIA, Rafael Marques. **A participação e repercussão de mulheres transexuais no voleibol feminino brasileiro: entre (im)possibilidades esportivas**. 384f. 2021. Tese (Doutorado em Educação Física) – Escola de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

GARCIA, Rafael Marques; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. A trajetória pessoal de Tiffany Abreu no Esporte de alto rendimento. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, p. e25032, mai. 2019b.

GARCIA, Rafael Marques; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. Do céu ao inferno: relato de um corpo queer em uma corrida de rua. In: PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa; SILVA, Alan Camargo (Orgs.). **Educação Física, Esporte e Queer: Sexualidades em Movimento**. Curitiba: Appris, 2019a, p. 19-35.

GARCIA, Rafael Marques; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. Representação de atletas pelas agências internacionais nos Jogos Olímpicos Rio-2016. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 1. 2017, Salvador/BA. **Anais...** Salvador/BA, 2017. Disponível em: < https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA18_ID674_14062017115015.pdf >. Acesso em 25 mar. 2020.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. **Revista Tempo**, v. 19, n. 34, p. 45-52, jan./jun. 2013.

GRESPLAN, Carla Lisboa; GOELLNER, Silvana Vilodre. Fallon Fox: um corpo queer no octógono. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1265-1282, out./dez. 2014.

HAMILTON, Blair; BROWN, Andrew; MONTAGNER-MORAES, Stephanie; COMERAS-CHUECA, Cristina; BUSH, Peter G.; GUPPY, Fergus M.; PITSILADIS, Yannis P. Strength, power and aerobic capacity of transgender athletes: a cross-sectional study

HARPER, Joanna. Sport's transgender debate needs compromise not conflict. **The Guardian**, Orthopedics & Sports Medicine, 2019. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/sport/blog/2019/apr/01/sports-transgender-debate-compromise-not-conflict> >. Acesso em: 29 abr. 2020.

HARPER, Joanna; O'DONNELL, Emma; KHORASHAD, Behzad Sorouri; MCDERMOTT, Hilary. How does hormone transition in transgender women change body composition, muscle strength and haemoglobin? Systematic review with a focus on the implications for sport participation. **British Journal of Sports Medicine**, Loughborough, v. 55, n. 15, p. 865-872, 2021.

HENKEL, Ana Paula. Carta aberta ao Comitê Olímpico Internacional. **Estadão**. 18 jan. 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/ana-paula-henkel/carta-aberta-ao-comite-olimpico-internacional/>. Acesso em: 02 out. 2024.

JAEGER, Angelita Alice; GOELLNER, Silvana Vilodre. O músculo estraga a mulher? A produção de feminilidades no fisiculturismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 3 p. 955-975, set./dez. 2011.

JARDIM, Juliana Gomes. **“It’s time”! MMA feminino, mercado da beleza e cis heteronormatividade:** uma etnografia multissituada com lutadoras brasileiras. 2018. 225f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Marília/SP.

JONES, Bethany Alice; ARCELUS, Jon; BOUMAN, Walter Pierre; HAYCRAFT, Emma. Sport and Transgender People: A Systematic Review of the Literature Relating to Sport Participation and Competitive Sport Policies. **Sports Medicine**, Auckland, v. 47, n. 4, p. 701-716, oct. 2017.

KNOPLOCH, Carol; SIQUEIRA, Igor. Na Itália, Tiffany já dividia opiniões e não usava o vestiário do time feminino: jogadora trans tomava banho em casa e amiga italiana sai em defesa de brasileira. **O Globo (online)**, seção Esportes. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/esportes/na-italia-tiffany-ja-dividia-opinioes-nao-usava-vestiario-do-time-feminino-22415060> >. Acesso em 27 abr. 2020.

LE BRETON, David. Corpo, gênero, identidade. Trad. Gercélia Batista de Oliveira Mendes. In: FERRARI, Anderson; RIBEIRO, Cláudia Maria; CASTRO, Roney Polato; BARBOSA, Vanderlei (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Lavras: UFLA, 2014. p. 18-34.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 85-94.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2a. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-35.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 150-182, jun. 2009.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NAHON, Roberto Lohn; SILVA, Ana Paula Simões da; MUNIZ-SANTOS, Renan; NOVAES, Rayanne Carneiro Torres de; PEDROSO, Laura Souza Prado Lobrigati. Esportes e desempenho na população transgênero: uma revisão sistemática e metanálise. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo, v. 27, p. 637-645, 2021.

PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. Discutindo gênero, corpo e masculinidade. In: ROMERO, Elaine; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa (Orgs.). **Universo do corpo: masculinidades e feminilidades**. Rio de Janeiro: Shape, 2008. p. 87-101.

PONTES, Júlia Clara de; SILVA, Cristiane Gonçalves da. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Periódicus: Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**, Salvador, n. 8, v. 1, p. 396-417, nov. 2017/abr. 2018.

PRADO, Vagner Matias do; NOGUEIRA, Alessandra Lo Gullo Alves. Transexualidade e esporte: o caso Tiffany Abreu em “jogo”. **Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS**, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 60-72, jan./jun. 2018.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

- SCOTT, Joan. “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SCOVEL, Shannon; NELSON, Monica; THORPE, Holly. Media framings of the transgender athlete as “legitimate controversy”: The case of Laurel Hubbard at the Tokyo Olympics. **Communication & Sport**, v. 11, n. 5, p. 838-853, 2023.
- SEFFNER, Fernando. Diga-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime de heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, 2013.
- SERRANO, Jéssica Leite; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira; GOMES, Isabelle Sena. Mulheres trans e atividade física: fabricando o corpo feminino. **Interface**, Botucatu, v. 23, e180624, 2019.
- SERRANO, Jéssica Leite; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira; GOMES, Isabelle Sena. Transexualidade e educação física: uma revisão sistemática em periódicos das ciências da saúde. **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 1119-1132, jul./set. 2017.
- SILVA, Alan Camargo. Corpos transgressores: contribuições da analítica *queer* para a área da Educação Física. In: PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa; SILVA, Alan Camargo (Orgs.). **Educação Física, Esporte e Queer: Sexualidades em Movimento**. Curitiba: Appris, 2019. p. 61-79.
- STEBBINGS, Georgina; HERBERT, Adam; PIELKE JR, Roger; TUCKER, Ross; WILLIAMS, Alun; HEFFERNAN, Shane. The BASES Expert Statement on Eligibility for Sex Categories in Sport: Trans Athletes. **The British Association of Sport and Exercise Sciences abstracts**, v. 39, n. Supple, p. 3-5, 2021.
- TAGLIAMENTO, Grazielle. Direitos humanos e a saúde: a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde integral da população trans.

In: SENA, Ana Gabriela Nascimento; SOUTO, Kátia Maria Barreto (Orgs.). **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. p. 65-79.

VERGUEIRO, Viviane (Simakawa). **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 243f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2015.

VERGUEIRO, Viviane. Colonialidade e cis-normatividade: entrevista com Viviane Vergueiro, por Boris Ramírez Guzmán. **Revista Iberoamérica Social**, v. 3, p. 15-21. Disponível em: < <https://iberoamericasocial.com/wp-content/uploads/2015/01/Ram%C3%ADrez-B.-2014.-Colonialidad-e-cis-normatividade.-Entrevista-con-Viviane-Vergueiro..pdf> >. Acesso em 08 abr. 2020.

VIANA, Alba Jean Batista; SOUSA, Eduardo Sergio Soares; VALE, Johnatan Marques do. Os homens trans e a corporeidade: o complexo fenômeno da busca do sujeito social masculino. In: SENA, Ana Gabriela Nascimento; SOUTO, Kátia Maria Barreto (Orgs.). **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. p. 111-127.

YANG, Kailynn J.; KERR, Canaan; RUMPS, Mia V.; MULCAHEY, Mary. Musculoskeletal and cardiovascular considerations for transgender athletes. **The Physician and Sportsmedicine**, p. 1-7, 2024.

PRADO, Vagner Matias do. Patrício Manuel: uma masculinidade queer no boxe para “homens”. **Revista Punto Género**, n. 16, p. 241-265, 2021.

04

LESBIANIDADES E CURRÍCULO: discussões iniciais a partir da produção de pesquisas de/sobre professoras lésbicas

LESBIANITIES AND CURRICULUM:
initial discussions based on
the research production by/
about lesbian teachers

**Silvane dos Passos Barbosa
dos Santos Araújo**

Doutoranda em Educação na Amazônia (UFT-Rede EDUCANORTE)

Mestra em Currículo e Gestão da Escola Básica (UFPA)

E-mail: passossilvane@gmail.com

Klaus Rene Trein Laino

Doutorando em Educação na Amazônia (UFT-Rede EDUCANORTE)

Mestre em Gestão de Políticas Públicas (UFT)

E-mail: klaus@uft.edu.br

José Damião Trindade Rocha

Doutor em Educação (UFBA)

*Professor do doutorado em Educação na
Amazônia (UFT-Rede EDUCANORTE)*

E-mail: damiao@mail.uft.edu.br





RESUMO

Com o objetivo de conhecer as pesquisas produzidas no campo da Educação sobre o tema das lesbianidades, foi aplicada a metodologia conhecida como Estado do Conhecimento como movimento inicial de uma pesquisa de doutorado, em andamento, cujo objetivo é conhecer as experiências e vivências de mulheres lésbicas, não só professoras, mas também, serventes, porteiras e merendeiras inseridas nas escolas públicas de educação básica na Transamazônica (BR-230). Dessa forma, este texto tem o propósito de discutir os resultados a partir das pesquisas encontradas através da referida metodologia.

PALAVRAS-CHAVE: Estado do conhecimento. Lesbianidades. Heterossexualidade. Currículo. Transamazônica.

ABSTRACT

With the objective of understanding the research produced in the field of Education on theme of lesbianities, the methodology known as State of Knowledge was applied as the initial movement of ongoing doctoral research, whose aim is to learn about the experiences of lesbian women, not only the teachers, but also the janitors, doorwomen and lunch ladies in public basic education schools in Transamazônica (BR-230). Thus, this text has the purpose of discussing the results from the research found through said methodology.

KEYWORDS: State of knowledge. Lesbianities. Heterosexuality. Curriculum. Transamazon.

Introdução

Ainda que a temática da sexualidade apresente um considerável número de pesquisas no campo da Educação, especialmente sobre a Diversidade sexual, uma parcela bem reduzida desses trabalhos refere-se, como eixo central, as experiências de mulheres lésbicas. Assim, com o objetivo de conhecer a produção existente no campo da Educação, referente as lesbianidades, foi desenvolvida como movimento inicial de uma pesquisa de doutorado, em andamento, a metodologia conhecida como Estado do conhecimento.

Para o desenvolvimento da investigação, da referida pesquisa de doutorado, partimos de uma concepção metodológica qualitativa, vinculada aos estudos de gênero e sexualidade, de abordagem Fenomenológica, indagando: *Como é ser mulher lésbica na escola?* Com esta indagação busco conhecer como é ser mulher lésbica na escola, a partir das experiências e vivências não só de professoras, mas também, serventes, porteiras e merendeiras inseridas nas escolas públicas de educação básica na Transamazônica.

Assim, na tarefa, não só, de evidenciar o ineditismo da pesquisa, mas também, de conhecer a produção existente sobre as Lesbianidades e suas relações com a escola e o currículo, busquei por trabalhos no campo da Educação,

de abordagem qualitativa, a partir de determinado recorte temporal, a saber o período de 2013 a 2023.

Como forma de organização, na primeira parte do artigo serão descritos os movimentos ligados ao desenvolvimento da metodologia e, na segunda parte, discutirei os resultados amparada pelas teóricas e teóricos ligados aos estudos Feministas e Queer, através das quais, busco sustentar a proposta.

O estado do conhecimento: teoria e prática

Como atividade acadêmica o Estado do Conhecimento busca conhecer, sistematizar e analisar determinada temática produzida sobre um campo científico. Portanto, através da metodologia, busquei por pesquisas produzidas sobre lesbianidade no campo da Educação, a partir da temática da Diversidade Sexual.

O Estado do conhecimento foi realizado segundo as orientações de Marília Costa Morosini (2021), que explica o desenvolvimento da metodologia a partir das seguintes etapas: Bibliografia anotada, Bibliografia sistematizada e Bibliografia categorizada.

A Bibliografia Anotada, compreende a relação de teses e/ou dissertações anotadas a partir de determinados critérios, a saber, a escolha dos locais de busca, a eleição das palavras-chave e o recorte temporal. Dessa forma,

busquei no Repositório de teses e dissertações da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações por pesquisas que tivessem como palavras-chave os seguintes pares: lésbica e escola; lesbianidades e educação; lesbianidades e currículo, bem como, os termos isolados: *lésbica* e *lesbianidades*, considerando o recorte temporal de 2013 a 2023. Como justificativa, o recorte temporal refere-se a um período de intensa agitação política no país, iniciando pelas *Jornadas de junho*, impeachment da presidenta Dilma, a exclusão dos termos identidade de gênero e orientação sexual durante o processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular, a mudança de ministros da Educação durante este mesmo processo, a prisão do Lula, a Covid-19 no contexto de um governo negacionista.

A Bibliografia Sistematizada é a relação sistematizada dos trabalhos constantes na bibliografia anotada, após uma nova leitura flutuante. A diferença entre a bibliografia anotada e a sistematizada diz respeito as informações apreendidas através da leitura flutuante. Naquela, faz-se a leitura buscando autor(a), título, resumo, ano de produção, linha de pesquisa, instituição registrando-se tudo num quadro e, nesta, o quadro será composto por número do trabalho, ano de defesa, autor(a), título, nível, objetivos, metodologia e resultados.

A próxima etapa é denominada de Bibliografia categorizada e consiste em agrupar as pesquisas em categorias. Daí a importância das etapas anteriores, pois é a partir da comparação das leituras dos objetivos, metodologias e resultados sistematizados que emergem as categorias. Conforme Morosini (2021) as pesquisas que permanecem na etapa de categorização são as que correspondem aos objetivos estabelecidos no início do processo. Assim, do universo de 19 pesquisas anotadas na primeira etapa, permaneceram 06 na etapa final, sendo 03 dissertações e 03 teses, produzidas entre 2014 e 2022, relacionadas a dimensão institucional como categoria, isto é, referentes a presença de professoras lésbicas no âmbito da escola.

No quadro, a seguir, relaciono as pesquisas encontradas inserindo, entre outras informações as instituições nas quais foram produzidas. A relevância dessa informação é verificar qual região está mais sensível ao desenvolvimento de temas ligados a lesbianidade, educação e currículo.

Quadro 1 – Teses e Dissertações produzidas

TÍTULO	AUTORA	STATUS/ANO	INSTITUIÇÃO
Lésbicas e professoras: modos de viver o gênero na docência.	Patrícia Daniela Maciel	Tese/2014	Universidade Federal de Pelotas
Professoras lésbicas na educação básica de São Paulo: rupturas e construção de visibilidades	Tatiana Carvalho de Freitas	Tese/2018	Universidade de São Paulo
Trajetórias de professoras lésbicas na Educação Básica	Camila dos Passos Roseno	Tese/2022	Universidade Federal de Juiz de Fora
Professoras lésbicas e de sexualidade monodissidentes: fabulações, (des)rostificação, devires e resistências	Karina Marinho	Dissertação/2020	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Trajetórias de professoras negras, lésbicas no ensino público: rompendo o ciclo de silêncios	Tainah Mota do Nascimento	Dissertação/2020	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Memórias dissidentes de professoras de crianças: episódios de lesbofobia cotidiana.	Anamaria Ladeira Pereira	Dissertação/2022	Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Fonte: Produzido para este texto.

O que dizem as pesquisas produzidas

Conforme já anunciado, nesta segunda parte do texto, apresentarei as discussões a partir das pesquisas

encontradas, amparada pelas teóricas que darão sustentação a proposta da pesquisa. Os tópicos apresentados, a seguir, dizem dos pontos apreendidos durante a leitura das pesquisas.

A assunção da orientação sexual como forma de visibilidade e implicamento

A primeira informação que salta aos olhos na escrita das pesquisadoras é a assunção da lesbianidade como forma de implicação com a pesquisa. Assim, foi possível saber, através de suas memórias, sobre suas experiências no cotidiano da escola como estudantes e, depois como professoras.

Remetendo ao lugar de fala desenvolvido por Ribeiro (2017), através do qual assumimos a fala sobre nós mesmas, assumir-se lésbica é um posicionamento político como resistência a invisibilidade imposta e, no caso de investigações no campo da educação, não deixa de ser uma ação necessária. Falar de si e das vivências enquanto professoras lésbicas é abordar a existência lésbica, não só, a partir das experiências violentas nos confrontos cotidianos com ações lesbóficas, mas também, ressaltar as delícias de viver autenticamente, sem subterfúgios ou mentiras.

Quando Britzman lança a questão “[...] *o que os campos dos Estudos Gays e dos Estudos Lésbicos têm a oferecer à educação dos/as educadores/as?*” (Britzman, 1996, p.74) afirma, justamente,

a necessidade de compreender tanto as histórias dolorosas de sujeição que sempre acompanham os relatos de gays e lésbicas quanto as histórias de desejos e amizades que existem apesar das dores e assujeitamentos. Esses dois momentos permitem a ampliação de um entendimento dos corpos gays e lésbicos, não só, vinculados ao discurso homofóbico ou lesbofóbico, mas a uma compreensão das sexualidades de uma forma eticamente comprometida com a justiça social ao invés da divina.

No caso das investigações aqui analisadas, as pesquisadoras não só se posicionam como também trazem ao conhecimento relatos de vivências e resistências. Assim, em sua tese, Freitas (2018) relata sobre a adolescência e a descoberta de uma orientação sexual dissidente ao perceber que tinha interesses por garotas e de como, na busca por resolver as angústias daí decorrentes, procura por representações na literatura, indo ao encontro de romances GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) nas livrarias. Discorre sobre o medo de ser descoberta lendo um desses romances, a inviabilidade em adquiri-los visto a sua menoridade e a forma criativa encontrada ao fazer amizade com um rapaz gay, de maior idade e descobrirem suas afinidades literárias. Dessa forma, ele comprava os romances, fazia cópias e encadernava com capas de clássicos da literatura brasileira, assim a amiga poderia lê-los sem medo de ser descoberta.

Acerca dessas experiências, reflete,

Olhando para trás, para meus anos de ensino fundamental, tenho a impressão de que todos/as ao meu redor já sabiam sobre a minha orientação sexual, menos eu. [...]. Mas, só fui entender isso muito depois quando finalmente entendi que era lésbica. (Freitas, 2018, p.14)

Da mesma forma, Roseno (2022) nos apresenta a memória de sua primeira paixão platônica por uma professora, no ensino médio, que todos comentavam ser lésbica sem, no entanto, ouvirem qualquer menção da professora que se mantinha calada sobre a questão. Afirma, ainda, que só compreendeu o comportamento da professora tempos depois quando foi flagrada, pelas colegas, beijando a namorada no banheiro, *“Ali passei a compreender o que era a lesbofobia e como ela afetava a saúde mental de todas nós lésbicas, mesmo que não tenha sido dessa forma tão elaborada que agora exponho aqui”*. (Roseno, 2022, p.16)

Nascimento (2020), registra em sua dissertação memórias de descobertas que a levaram a compreender a posição de dupla invisibilidade que ocupa. Assim, expressa nos primeiros parágrafos da introdução: *“A escolha por essa temática, justifica-se pela minha trajetória e história de vida, que foram marcadas por alguns lugares que articulam a minha diferença: negritude e lesbianidade.”* (Nascimento, 2020, p.15).

Infelizmente, algumas dessas pesquisas não tinham autorização de visualização, dificultando uma leitura mais esmiuçada dos textos. Todavia, as memórias compartilhadas das pesquisadoras acerca de suas experiências na escola, quando na fase estudantil, nos leva a pensar com Louro (2010) e Bento (2011) de que há todo um investimento na disciplinarização dos corpos desde a descoberta do sexo do bebê que, sendo menino a cor é azul, os brinquedos serão de meninos, a educação será para meninos e ele gostará de meninas ou, sendo menina, a cor é rosa, os brinquedos serão de meninas e ela gostará de meninos. Qualquer coisa diferente disso é considerada desviante.

Portanto, a assunção da lesbianidade não implica somente um posicionamento político, mas também, como afirma Gimeno (2007), a possibilidade de assédios morais, estupros corretivos, a perda ou ganho dos filhos em caso de lutas judiciais, a própria relação com os filhos e destes com a sociedade, o ostracismo social, enfim uma série de situações que exprimem a vulnerabilidade de quem opta por viver a liberdade de ser quem é.

Sobre o apagamento da existência lésbica e o silenciamento no campo da educação

É evidente que as pesquisas foram motivadas a partir das realidades nas quais as pesquisadoras estão inseridas,

no exercício do magistério, na educação básica. E, dessa forma, objetivaram: saber como as professoras lésbicas se movimentam na escola a partir dos discursos e regulações instituídos; compreender a motivação das professoras considerando sua consciência do que são e onde estão; conhecer como as professoras, sendo lésbicas, constituem seus saberes e identidades docentes na educação básica e evidenciar como as professoras produziram e produzem práticas pedagógicas que buscam rachar com sistemas de invisibilidades.

Outra questão importante refere-se ao perfil das professoras sujeitos da pesquisa e seus campos de atuação que se estenderam desde a educação infantil até o ensino médio, professoras experientes, próximas a aposentadoria e outras em início de carreira. Tais fatos implicam tanto a forma como elas encaram, no cotidiano da escola, as situações de lesbofobia, como desenvolvem suas práticas pedagógicas e acolhem alunos e alunas LGBTQIA+ em seus processos de descobertas e enfrentamentos.

Percebe-se, assim, que todas as pesquisas trazem as experiências escolares desses sujeitos para o debate acadêmico, todavia, é inegável o fato de ter havido poucas produções no campo da Educação, considerando o recorte temporal estabelecido. Esta realidade, corrobora para o recrudescimento das intolerâncias e, conseqüente, normalização da lesbofobia em nossa sociedade. Como exemplo,

no período de 2014 a 2017, foram contabilizadas pelo *Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil*, 123 mortes de mulheres lésbicas entre assassinatos e suicídios, dos quais 54 mortes aconteceram no ano de 2017. Sem considerar o ano de 2018 que, segundo o referido documento, houve 08 mortes de mulheres lésbicas nas primeiras semanas do ano.

Ressalte-se, ainda, que todos os assassinatos foram cometidos por homens, configurando, assim, o lesbocídio. Então, diante de um contexto desses, que justificativa pode haver para o estabelecimento de um silêncio no campo da educação?

Gimeno (2007) aponta a dupla marginalização sofrida pela mulher lésbica que decorre da sua invisibilidade tanto nos movimentos gays quanto nos feministas, explicando que a inserção se deu primeiramente nos grupos feministas e, somente depois, houve a migração para os grupos gays. Ressalta, ainda, que ambos os grupos deveriam ser, por excelência, locais de acolhimento das mulheres lésbicas, mas a realidade é bem diferente, pois no caso dos grupos feministas configurou-se impossível a existência de um feminismo lésbico e nos grupos gays, a relação com o termo homossexualidade é representativa mais dos homens, grosso modo, ser lésbica não é o mesmo que ser gay. Ainda que a pesquisadora esteja falando de sua realidade espanhola, podemos transferir para o Brasil a mesma situação considerando que a criação da GALF (Grupo de Ação Lésbico

Feminista) se deu num contexto de exclusão das mulheres lésbicas do movimento gay, no final da década de 70, e do movimento feminista, na década de 80.

A partir desse contexto brasileiro, o pensamento de Adrienne Rich (1980) convida a reflexão quando faz a crítica a heterocentricidade, ainda que feminina. Afirma, em seu artigo, que a heterossexualidade não deve ser encarada como algo natural, dado, em detrimento da homossexualidade, desafiando, principalmente, as pesquisadoras feministas a produzirem estudos que questionem o pensamento hétero, afirmando a existência do que ela chama de *continuum lésbico*, termo que trata da variedade de experiências de identificação entre as mulheres ao mesmo tempo em que afirma a existência lésbica como possibilidade de empoderamento da vida de todas as mulheres. Ela chama atenção para o fortalecimento das instituições que tradicionalmente servem ao controle das mulheres, quais sejam, a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica, a família nuclear e a heterossexualidade compulsória.

Tais fortalecimentos são sutis, na medida em que se materializam através de legislações, como a recente votação do PL 1904, imagens midiáticas, como novelas e filmes que idealizam um amor heterossexual romântico em detrimento de filmes lésbicos, cujos finais, em sua maioria, terminam em tragédia com as mulheres suicidadas, assassinadas,

depressivas, entregues ao vício do álcool como consequência de um amor impensável de se concretizar; e os esforços de censura que proíbem qualquer possibilidade de se falar sobre diversidade sexual na escola, como é o caso da Base Nacional Comum Curricular.

Assim, quando a Base Nacional Comum Curricular referente a Educação Infantil e Ensino Fundamental foi oficializada, em 2017, sem os termos *identidade de gênero* e *orientação sexual*, excluiu do currículo e, conseqüentemente, do espaço da escola temas ligados a diversidade sexual bem como o desenvolvimento de práticas que possibilitassem o diálogo entre escola, docentes, discentes e suas famílias.

A ignorância está no fato de ligar-se estes termos a homossexualidade e a comunidade LGBTQUIA+. Entretanto, como explica Burke (2023) há ignorâncias que permanecem pela vontade de não querer saber. Isso lembra o pensamento de Britzman (1996) ao afirmar que é no currículo da educação sexual que a heterossexualidade se normaliza, pois, sendo vista a partir da ótica da reprodução não permite a discussão do desejo e do erótico. Da mesma forma, Bento (2011) quando diz que a escola é o espaço no qual o *heteroterrorismo* se realiza. Portanto, jovens gays, lésbicas, bi e trans não encontram espaço de discussão onde possam explorar questões acerca de suas identidades e desejos, tão pouco, encontrar apoio institucional que possa intervir no caso

de violências contra seus corpos e, novamente, com Bento (2011) acabam por serem expulsas o que é muito diferente de se evadirem. E, mais uma vez com Britzman (1996), a produção em curso é o de um discurso de proteção que esconde o medo de contágio e, dessa forma, a ignorância se apresenta fantasiada de conhecimento.

Assim, considerando a escola como uma instituição que junto a família controla os corpos e impõe a heterossexualidade é evidente que a presença de mulheres lésbicas, sendo professoras, serventes, cozinheiras, porteiras, secretárias, enfim, cause grandes impactos no currículo, principalmente, pela impossibilidade de negar a existência lésbica e, muito menos, invisibilizar tais existências. Isso porque, ainda que haja silenciamentos nas pesquisas em Educação, no *chão da escola* isso não é possível sem que haja resistências.

Um modelo de feminilidade ou o silenciamento como regra

Carvalho (2018) afirma que a existência de uma professora lésbica é inadmissível para os padrões da escola, isso porque a sua presença põe em xeque um modelo de professora e de feminilidade, sem falar que sua presença contribui para o questionamento do mito de que não existe sexualidade feminina sem a presença de um homem.

Dessa forma, na impossibilidade de uma performance mais feminina, nem que seja através do vestuário, um silenciamento com relação a sua vida pessoal se apresenta como regra. Assim,

[...] professora lésbica deve agir de modo a não gerar perguntas e não levantar questionamentos sobre sua vida pessoal, seu final de semana, suas férias, seus relacionamentos pessoais. Deve evitar, por exemplo, usar uma aliança ou qualquer sinal que possa identificar ou levantar indagações em relação a sua condição. (Carvalho, 2018, p. 48)

Em Maciel (2014), através de trechos dos relatos, podemos compreender as observações em relação ao vestuário quando uma professora se veste conforme o esperado, *“Eu acho tão legal que quando eu estou de vestido colante e de salto alto e as pessoas dizem, mas como tu tá bonita hoje. Como quem diz né, hoje tu não tá sapatão. Hoje tu tá mais bonita, é impressionante. Hoje tu tá mulher. [...]”*. (Maciel, 2014, p. 142) Diferente de outra que não atende as expectativas,

A verdade é que eles, alunos e pessoas em geral, achavam-na, como ela diz, ‘um pouco estranha’. Inclusive ela se lembrou de um caso, numa calça que tinha, uma calça que adorava, que tinha uns bolsões nos lados e que as suas alunas achavam que parecia calça de homem, [...] (Maciel, 2014, p. 143)

Roseno (2022) apresenta a figura do armário imposto e exposto, sendo este o momento de saída, que corresponde a liberdade de não se esconder e aquele, ao contrário, refere-se a tentativa de forçar o retorno para seu interior. Segundo a pesquisadora, tanto o armário imposto quanto o exposto compõem um estado opressivo vivido em vários momentos e de diferentes formas. Isso significa que mesmo que haja uma assunção da lesbianidade para a escola, família e comunidade em geral, haverá tentativas de forçar o retorno por esses mesmos indivíduos em diferentes momentos.

[...] como no caso da professora Cassandra, que foi solicitada pela direção da escola que trabalhava para bloquear as suas redes sociais, pois as famílias estavam reclamando porque viram fotos e momentos dela com sua noiva. Ou até mesmo o caso que vivi recentemente, quando tentaram que eu me silenciasse na faculdade que lecionava. (Roseno, 2022, p. 128)

Na dissertação de Mota (2020), alguns relatos são de silenciamento sobre a sexualidade quando o assunto é a relação com a escola, como no caso de uma professora que deixou o quadro docente, ao perceber a rejeição afirmando que *“na sua perspectiva ela era ‘[...]tudo aquilo que não desejavam para uma professora: negra, lésbica e de religião matriz africana’”* (Mota, 2020, p. 96). Ao contrário de outra professora que

sentindo a mesma rejeição, por parte do corpo docente, impôs a sua presença, consciente da legitimidade de seu direito ao espaço igual aos demais, dessa forma ela afirma “*tiveram que engolir a negra sapata*” (Mota: 2020, p.126)

Em ambos os casos, as professoras não falavam abertamente, na escola, sobre suas sexualidades, mas detinham em seus corpos outro tipo de opressão, a cor. Mas, ambas impuseram resistências, ainda que, através da ausência como no caso da professora que preferiu trocar de escola.

Nem toda lésbica é invisível

Algo comum entre todas as participantes das pesquisas analisadas é o fato de serem mulheres lésbicas assumidas na escola. Nesse ponto, chamo atenção para a pesquisa de Anamaria Ladeira Pereira (2022), cujo olhar voltou-se para as professoras lésbicas que atuam na Educação Infantil buscando, através de suas memórias, casos cotidianos de lesbofobia. Estas professoras, com idade acima de 50 anos, desconstruem o modelo da *professorinha*, da *tia* presentes no imaginário coletivo a respeito do perfil de professoras atuantes nas turmas de crianças.

Daí que é importante refletir que nem todas as mulheres lésbicas podem escolher entre assumir-se ou não. E, por isso, o discurso da invisibilidade não cabe a todas, pois muitas são hipervisibilizadas sendo o caso das butchs, que

no conceito de Gayle Rubin (1989) refere-se as mulheres lésbicas que se vestem com adereços, vestimentas, estilos e códigos considerados masculinos, ainda que estejam confortáveis com seus corpos; das caminhoneiras, dos bofinhos e outras dissidentes.

Atrelada a ideia de hipervisibilidade lésbica existe o conceito de masculinidade feminina, de Halbestam (2008) que, grosso modo, refere-se a uma masculinidade sem homens. Isso não significa que toda mulher masculina seja lésbica, porque o conceito de masculino não pertence, exclusivamente, aos homens, conforme prediz a heteronorma. Por isso, no desenvolvimento desse conceito, a teórica apresenta a ideia de masculinidade lésbica, esclarecendo, ainda que,

[...]las lesbianas de color suelen ser estereotipadas en funcion de terminos de raza y de sexualidad: la lesbiana negra, por ejemplo, a menudo es estereotipada como la *butch bulldagger* o como alguien con mucha voracidad sexual, de modo que no tiene sentido hablar de esta construccion en terminos de invisibilidad o de espectralidad. (Halbestam, 2008, p. 138)

Acerca dessa afirmação de Halbestam, comparo com uma informação importante sobre a condição da mulher negra, nos Estados Unidos, descrita em rooks (2014). Ela diz que um dos mitos criados acerca das mulheres negras foi o da voracidade sexual, a mulher negra como predadora. Tal

mito foi usado como justificativa para o estupro de homens brancos, pois eles eram as vítimas que não conseguiam resistir as investidas das negras; a convivência das mulheres brancas, que acreditavam nessa narrativa e a violência dos próprios companheiros negros que, também crédulos, ressentiam-se pela rejeição, sem perceberem que a eles foi direcionada a narrativa do negro estuprador. Daí levanto a questão da possibilidade de ambos os mitos terem sido direcionados as mulheres negras lésbicas, incorporado num só corpo a combinação de predadora e estuprador.

Platero (2015) afirma que falar de uma masculinidade desligada dos homens é um espaço problemático, justamente, pela naturalização de que pertence aos homens e, portanto, toda a pessoa que rompe com essa naturalização e se introduz nesse espaço está sujeita aos castigos sociais e, muitas vezes, lida pelo viés da patologia, não sendo considerada normal a combinação de masculinidade num corpo de mulher. Por isso, tradicionalmente, as lésbicas masculinas são hiper visibilizadas ao serem inscritas no campo do que é feio e indesejado.

No entanto, Platero explica que são indesejadas pelos homens e a heterossexualidade.

Pero la masculidad em la biomujeres también es enormemente atractiva. Terriblemente sexy. La masculinidad forma parte de espacios de deseo propios de las

relaciones butch/femme o daddy/boy, de las culturas lésbicas, trans, y también BDSM” (Platero, 2007, p. 04)

Portanto, mulheres lésbicas masculinas inseridas na escola seja como professora ou qualquer outra função, também, impactam grandemente o currículo, pois sua existência se constitui em ameaça ao pressupor uma desestabilização as categorias sexuais conhecidas dentro de uma heteronormatividade.

Considerações finais

O texto apresentado teve como propósito discutir os temas que foram apreendidos a partir das leituras das pesquisas encontradas através da metodologia Estado do Conhecimento, bem como, apresentar a descrição do desenvolvimento da metodologia, na prática. Conforme anunciado, tais ações foram cumpridas em duas partes, tendo como sustentação a leitura de algumas teóricas e teóricos.

Conforme já foi anunciado, também, o Estado do conhecimento foi realizado como movimento inicial de uma pesquisa de doutorado, em andamento, que busca conhecer as experiências e vivências de mulheres lésbicas atuantes na educação básica, de escolas públicas na Transamazônica, quais sejam professoras, merendeiras, serviços gerais, porteiras.

As pesquisas analisadas permitiram conhecer outras realidades e várias formas de resistências respondendo

as mesmas formas de violência: lesbofobias, racismos, intolerâncias. Todas essas formas originadas de um ponto comum: a ignorância. Não uma ignorância como sinônimo de ausência de conhecimento, mas originada da vontade de não saber. Como diz Britzman (1996) há um medo de que quanto mais se souber sobre sexualidade, mais se praticará.

Os discursos proferidos como argumentos para a exclusão dos termos identidade de gênero e orientação sexual da BNCC movimentaram esses medos, disseminando o que foi chamado de *pânico moral* (Balieiro, 2018), mas que na realidade tinham como intenção evitar a inserção, na escola, de conhecimentos ligados as sexualidades dissidentes, impactando, inclusive, na formação do professorado e, assim, garantindo a manutenção da heteronormatividade.

Assim, percebe-se que a vontade de não saber, diz respeito, não a simples recusa em conhecer, mas a percepção, por alguns grupos, do que já se sabe. E o que acham que sabem? Que a heterossexualidade produz a norma numa sociedade, o correto, o aceito e a sua negação produz o desvio, o inadequado, a doença. É a ignorância circulando como conhecimento.

Sobre a divisão homo/hetero, Britzman (1996) descreve três mitos bastante contraditórios no interior da heteronormatividade enquanto detentora de uma sexualidade normalizante. O primeiro diz respeito ao fato de a maioria dos heterossexuais, apesar de imaginar suas identidades

normais e naturais têm medo de que a mera menção da homossexualidade encoraje a juventude que, além de desenvolver práticas homossexuais, queira juntar-se as comunidades gays e lésbicas. Este medo apareceu nos discursos homofóbicos durante o processo de construção da Base, através de termos como *ideologia de gênero, ditadura gay, desvirtuar os jovens*. Tais discursos suscitando a ideia de grupos organizados com a finalidade de recrutamento de jovens inocentes.

Considerando minhas próprias vivências nas escolas, este mito é particularmente perigoso, no sentido de que se instala um sistema constante de vigilância no espaço da escola, no qual um simples abraço de uma aluna ao final de uma aula ou sessão de leitura geram preocupações e comentários e, em alguns casos, a violência oriunda de mães preocupadas com a presença de uma professora predadora, perigosa, contagiosa.

A fantasia de que os adolescentes são jovens demais para serem identificados como gays ou lésbicas ou a ilusão de que eles não estejam envolvidos com pessoas homossexuais como amigos, amigas ou mesmo membros da família como mães, pais, avós, primos diz respeito ao segundo mito internalizado pela heteronormatividade.

Lembro que o principal medo da minha própria família era de que meu filho se tornasse gay por causa da convivência

com minhas namoradas e amigos. Bem, isso nunca aconteceu, pelo contrário, ele teve uma excelente educação sexual graças as conversas, nas quais todas as suas perguntas foram respondidas. Quanto a fantasia acerca da juventude, existem várias pesquisas, no campo da Educação, sobre a presença de jovens gays nas escolas e os impactos cotidianos.

Um terceiro tipo pressupõe a separação entre heterossexualidade e homossexualidade com o discurso de privacidade, principalmente, desta. A ideia é de que o que se faz no privado não deve interferir no público, portanto, a ocultação das homossexualidades é sempre reforçada, o *armário* será sempre bem-vindo, ou seja, o problema não é ser gay ou lésbica, mas dizer-se como tal. Este mito reduz a homossexualidade as práticas individuais específicas, negando a sexualidade como se referindo, também, a direitos civis entre outros.

Esses três mitos juntos concorrem para a instituição da heterossexualidade como sendo a sexualidade estável e natural, incluindo, também, o silenciamento como regra, sendo um tipo específico de controle comportamental direcionado as professoras lésbicas pelo fato de suas presenças na escola romperem com a imagem de “professorinha” criada nos padrões heteronormativos.

Tal silenciamento parece ter se estendido a várias dimensões da sociedade. A constatação de que há pouca

produção sobre lesbianidades no campo da Educação é um desses casos em que o apagamento contribui para uma vivência perigosa, no contexto da heteronorma. As pesquisas mostraram professoras lésbicas resistindo, resignificando suas práticas a partir da experiência com a lesbofobia no cotidiano escolar em embates mais com outros docentes do que com estudantes, o que é mais sintomático de uma ignorância estabelecida.

Tanto os movimentos feministas quanto os movimentos lésbicos são impulsionados por mulheres, no entanto, as lésbicas são excluídas desses movimentos desde a sua constituição na década de 1980, no Brasil. Mas, nos Estados Unidos esse rechaço foi percebido desde a segunda onda, na década de 1960 do século passado em que as feministas as denominaram de “ameaça lavanda” (Quinalha, 2022).

De fato, a lesbianidade é uma ameaça concreta, mas não para as mulheres héteros e, sim, para o patriarcado. Nos tornamos perigosas quando nos rebelamos contra as regras heteronormativas, pois, ao tomarmos mulheres como amantes, negamos a supremacia do falo e isso constitui-se em ameaça ao patriarcado e ao mesmo tempo libertador para todas as mulheres. As pesquisas, ainda que poucas e produzidas por nós mesmas, mostram formas de resistência, convidando ao aprendizado da resiliência, pensamento crítico e coragem de viver com liberdade.

Referências

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 53, 2018.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2. p. 549- 559. Mai./ago. 2011.

BURKE, Peter. **Ignorância: uma história global**. São Paulo: Vestígio, 2023.

BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

CARVALHO, Tatiana. **Professoras lésbicas na educação básica de São Paulo: rupturas e construção de visibilidades**. Dissertação (tese). (Programa de pós-graduação em Educação: Sociologia da Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. 182 f.

GIMENO, Beatriz. “La doble marginación de las lesbianas”. In: SIMONIS, Angie (Org). **Cultura, homosexualidad y homofobia**, vol. II, Amazonia, retos de visibilidad lesbiana, Laertes, Barcelona, 2007. [KINDLE EDI TION, 2010]

HALBERSTAM, Jack. **Masculinidad Femenina**. Barcelona-Madrid: E. Egales, 2008.

HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher**. Mulheres negras e feminismo. Tradução livre para a Plataforma Gueto, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. (Orgs.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010

MACIEL, Patricia Daniela. **Lésbicas e professoras: o modo de viver o gênero na docência**. Dissertação (tese). (Programa de pós-graduação em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. 178 f.

MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do; NEZ, Egeslaine de. Estado do Conhecimento: a metodologia na prática. *In: Humanidades e Inovação*, V.8, n.55, p. 70-81, ago. 2021.

NASCIMENTO, Tainah Mota do. **Trajetórias de professoras negras lésbicas no ensino público: rompendo o ciclo de silêncios**. Dissertação (monografia). (Programa de pós-graduação em Educação). Unidade acadêmica de pesquisa e pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020. 148 f.

PEREIRA, Anamaria Ladeira. **Memórias dissidentes de professoras de crianças: episódios de lesbofobia cotidiana**. Dissertação (monografia). (Programa de pós-graduação em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022. 181 f.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PLATERO, Raquel Lucas. **La masculidad de las biomujeres: marimachos, chicanos, camioneras y otras disidentes**. [online] Disponível em: https://www.feministas.org/IMG/pdf/La_masculinidad_de_las_biomujeresPlatero.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+:** uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autentica, 2022.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Justificando, 2017.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Bagoas, v. 4, n. 5 p. 17-44, 2010 [1980].

ROSENO, Camila dos Passos. **Trajetória de professoras lésbicas na Educação Básica: Saberes docentes como resistências**. Dissertação (tese). (Programa de pós-graduação em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022. 204 f.

RUBIN, Gayle. “Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidade”. In: VANCE, C. (Org.). **Placer y peligro: explorando la sexualidad femeni na**. Madrid: Revolución Madrid, 1989. p. 113-190.

05

A virilidade e a masculinidade sempre estiveram em crise

Virility and masculinity have
always been in crisis

João Batista da Silva Junior

Doutorando em Sociologia (UFRJ) e em Ciências Sociais (UFES)

Mestre em Antropologia Social (UFRJ)

E-mail: jbatista0803@ufrj.br





Resumo

Este trabalho é fruto de inquietações que trago comigo ao longo dos anos. Os dados são um recorte, produto de uma pesquisa mais ampla que tem os *Cruisings Bars* como campo de estudos sobre as homossexualidades, masculinidades, e assuntos correlatos. Intercruzando nosso desenvolvimento teórico, propomos com os dados de campo e a bibliografia especializada uma análise crítica da ideia de uma recente “crise na masculinidade” ou “crise da masculinidade”. Assim como outros autores, acreditamos que a “crise”, a impermanência e dessimetrias¹ são partes do próprio “se fazer homem”. Questionamos a ideia de que os padrões de gênero são ancorados, sobretudo, na heterossexualidade. Explanamos como a homossexualidade é importante fator para uma compreensão maior dos homens e da masculinidade, vista como um universo, um sistema e um dispositivo.

Palavras-chave: Crise. *Cruising*. Gênero. Homens. Homossexualidade. Masculinidades.

Abstract

This work is the result of concerns that I have carried with me over the years. The data is a sample, the product

1 “Substantivo feminino. Semelhantes: assimetria, desarmonia, desconformidade, desequilíbrio, desigualdade, desproporção, desunidade, diferença discordância, discrepância, disparidade” (Dessimetria, 2024).

of a broader research that uses Cruising Bars as a field of study on homosexuality, masculinity, and related issues. Intertwining our theoretical development, we propose with field data and specialized bibliography a critical analysis of the idea of a recent “crisis in masculinity” or “crisis of masculinity”. Like other authors, we believe that the “crisis”, impermanence and asymmetries are part of “becoming a man”. We question the idea that gender standards are anchored, above all, in heterosexuality. We explain how homosexuality is an important factor for a greater understanding of men and masculinity, seen as a universe, a system and a device.

Keywords: Crisis. Cruising. Gender. Homosexuality. Gender. Masculinities. Men.

1. Uma chamada na hora certa

Este trabalho inicialmente tinha como alvo fazer parte de um dossiê, sobre questões ligadas à masculinidade e à ideia comum de uma “crise da masculinidade”. Tal proposta havia casado perfeitamente com as inquietações teóricas e analíticas pessoais, provocadas por uma percepção evidente de que muitas das mudanças relacionadas a gênero e à sexualidade, ocorridas nos séculos XX e XXI, foram estruturais na sociedade ocidental. Contudo, por

uma questão temporal, ele acabou por ser publicado fora de tal dossiê (o qual recomendo a leitura) mas ainda assim aceito, por esse periódico para publicação – ao qual sou muito grato.

Este artigo se torna, portanto, uma forma de amalgamar posições intelectuais, questionamentos ainda sem resposta e apresentar alguns resultados, tanto da pesquisa exploratória, já feita, quanto os resultados preliminares da pesquisa de campo em estado avançado. Tomando como ponto de análise empírica a pesquisa que venho desenvolvendo sobre e com os *Cruising Bars* e seus frequentadores nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, tais inquietações ganharam força à medida que observava que muito da bibliografia especializada apresentava e traçava cenários sociais sobre homens que fazem sexo com homens, a comunidade *gay* e demandas dessa população que já não fazem tanto sentido. Assim, notei a urgência de que surjam trabalhos que, respeitando os fundamentais estudos passados, tragam a luz novas perspectivas, com base nos movimentos e deslocamentos que sexo, sexualidade, homossexualidade e masculinidade sofreram nos últimos anos.

Muitas das falas que surgem de interlocutores são frases que se podem ouvir em qualquer outro contexto frequentado por homens. Qual seria o diferencial, então, do *Cruising Bar* nesse processo? Essa é uma inquietação

importante, e sob a qual ainda não há uma resposta “fechada”, o que já posso esclarecer é que os *Cruising Bars* por serem ambientes de “pegação”, reproduzem o que mais tarde em meu trabalho venho chamando de “*Ethos da pegação*”. Um saber coletivamente compartilhado que reproduz padrões de gênero e se interpõe por meio do desejo para se “entranhar” (Duarte, 2004) num processo complexo de construção de uma masculinidade específica para levar os sujeitos a práticas sexuais. Assim, é importante afirmar que em dados momentos poderá haver uma contextualização esmiuçada desses espaços e uma análise densa sobre os processos constitutivos, mas não encontramos necessariamente “*performances de gênero*” (Butler, 2003a) disruptivos em tais lugares. Mesmo assim, não se perde o sentido de trazer o *cruising bar* para este trabalho, uma vez que mesmo sendo muitas das vezes um espaço de reificação dos padrões de masculinidades, que alguns autores chamam de “hegemônicos” (Connell, 2015), ainda assim são espaços que têm muito a nos dizer sobre essa peleja diária de “se fazer homem”, que nossos interlocutores perpetram diariamente.

Analisando o livro de Michel Bozon (2004), vemos a homossexualidade ser chamada de “sexualidade alternativa”. Ao observar alguns dos apontamentos de Butler (2003b) percebemos que algumas de suas afirmações sobre o

possível destino dos homens *gays* nunca se efetivou. Mesmo trabalhos que dizem apresentar o racismo do “inconsciente coletivo” da comunidade *gay*, tem sua intenção embotada, com uma mostra de apenas 19 homens (Soares, 2021). Abordagens, dentre as muitas outras, que não poderiam servir de embasamento teórico para nossa investigação, uma vez que estamos presenciando fenômenos bem diversos dos narrados nesses e em muitos outros trabalhos.

Assim, optei, neste artigo, por apresentar o suporte teórico oriundo do diálogo com meus pares, não como um “estado da arte” – como geralmente é feito – das pesquisas que se correlacionam com a minha. Imbrico as conclusões teóricas dos pesquisadores, no texto, concomitantemente com a inclusão e análise dos dados empíricos². Dada a limitação inerente a um artigo acadêmico, apresentamos algumas questões que certamente merecem aprofundamento, o qual está sendo feito e apresentado em trabalhos em congressos, simpósios (Silva Junior, 2024a; Silva Junior, 2024b) e mesmo na chamada “tese” de doutoramento, que culminará tal investigação.

2 Indo e voltando nas minhas conclusões e questões, tento mostrar como um determinado ponto de análise pode estar conectado com um outro, que outrora poderia ser tratado de modo separado, o que pode tornar a leitura um pouco repetitiva, no que desde já peço desculpas aos leitores e leitoras.

Do ponto de vista da pesquisa mais ampla, da qual este artigo é extrato, tal metodologia mostrou-se eficaz, à medida que fui concluindo que uma parte considerável da minha pesquisa versaria sobre o cíclico fenômeno da “pegação” entre homens” e sua relação com a masculinidade. Algo que não é objeto deste escrito em si.

Neste artigo para Revista Bagoas aglutinei os achados, construindo acepções teóricas que possam trazer novas perspectivas e ampliar o debate, sobretudo, porque notei que a homossexualidade, de modo geral, não é tratada como uma chave analítica para a compreensão dos comportamentos masculinos. No geral, sua abordagem, em especial pelos cientistas sociais heterossexuais, é tratada como um “adentro”, uma “discrepância”, ou um exemplo de “alvo” ou “vítima” dos processos de dominação masculina.

Quando abordada, a homossexualidade é analisada à parte, como algo fora do universo mais amplo dos homens, mesmo em trabalhos paradigmáticos como Bourdieu (2007), Vale de Almeida (1995) ou Bozon (2004). A ideia de uma sexualidade desviante parece ter levado a uma linha de raciocínio na qual os “periféricos” estão sendo afetados pelos comportamentos dos que estão no “centro/topo” da estratificação social. Mas isso a partir de um olhar de que a homossexualidade coloca a todos na condição de

“periféricos/vítimas/subalternos”. Não é bem isso que concluímos, ainda que preliminarmente.

No caso deste artigo, daremos peso às elucbrações analíticas, resultadas do entrecruzamento das perspectivas teóricas, dos relatos dos interlocutores, das observações, da primeira mostra dos questionários analisados, conjugando com o diálogo com a bibliografia especializada. Fizemos um recorte na externalização dos recursos empíricos. Portanto, os relatos apresentados serão provenientes de três *Cruising Bars* que são campo da pesquisa. Por ser uma investigação ainda em andamento, tanto os locais, como os interlocutores, quando citados, serão tratados de modo anônimo.

Ao responder ao chamado para uma coletiva compreensão das “Permanências e Mudanças: Gênero e Sexualidade nas Últimas Décadas”, proposta pela revista científica *Bagoas*, apresentarei como a homossexualidade teve papel central nessas mudanças da estrutura do gênero masculino³. Também é nosso propósito elucidar como os *Cruising Bars* significam uma mudança no modo como a sociedade mais ampla tem assimilado não apenas a homossexualidade em si, mas vários aspectos das suas vivências, incluindo suas práticas sexuais.

3 É uma decisão intelectual consciente atribuir à palavra “masculino” ao termo gênero. Poderíamos também falar de “sexo masculino”, mas considero ser mais pertinente o uso do termo “gênero masculino”.

Como metodologia, adotou-se múltiplos métodos de coleta de dados, como: a observação participante; o que denominei, a partir de Barreto (2016), “observação direta”; conversas informais; entrevistas; questionários com foco quantitativo, os quais já foram aplicados, tabulados e analisados em uma mostra de 300 questionários; registros de fatos, relatos e acontecimentos memorizados e resgatados, em um “diário de campo”. As falas dos interlocutores e relatos serão apresentados ao longo do artigo, de modo não linear, ou cronológico, mas, que fazem sentido do ponto de vista interpretativo e da análise do que está sendo tratado em cada momento.

Os questionários apresentados contêm uma série de perguntas sobre as práticas e as motivações dos sujeitos que frequentam os bares. As falas utilizadas vieram de conversas e entrevistas. Aplicamos, mesmo que de modo não aprofundado a técnica de análise do discurso, já consagrada nas ciências sociais, tendo os trabalhos de Michel Foucault (1988; 2010), Michel Bozon (2006), John Gagnon (2006), como grandes expoentes desse tipo de análise dos dados empíricos.

A pegação é formada por um *ethos*, tem na *performance* de gênero masculina sua ancoragem. Esse *ethos* passa a integrar o chamado “roteiro sexual” (Gagnon, 2006) dos sujeitos. Numa ciência que atua para enfatizar o sistema

sexo/gênero (Rubin, 2017a; 2017b) e apresentá-los como categorias analíticas distintas, nosso trabalho pode parecer confundir os dois conceitos, mas isso se dá em parte pela influência empírica dos dados trazidos e, em parte, porque é algo que pretendo ampliar problematização e “entranhamento” (Duarte, 2004) em futuros textos.

2. “Crise”: um combustível que alimenta a perpetuação e mudanças

Podemos propor uma exegese da ideia de que mudanças na sociedade teriam gerado, ou estão gerando uma “crise na masculinidade” ou “crise da masculinidade” (Souza, 2003), (Grossi, 2004). Questionaremos a própria ideia de “crise”.

A masculinidade está em crise. Ela sempre esteve e sempre estará. Isso porque os códigos que lhe dão significados estão mudando. Ainda considerando o que Vale de Almeida (1996) afirma, que as próprias assimetrias são parte estruturante das ideias de masculinidade que os homens produzem sobre si próprios e sobre os outros homens. A noção de *habitus* trazida por Bourdieu (2007) não suplanta o fato de que as estruturas da sociedade mudam e com ela o papel que o homem ocupa na estratificação social.

A “crise” pode ser abordada sobre diferentes vieses e perspectivas históricas. Tomemos rapidamente quatro exemplos iniciais e contundentes: os homens da aristocracia

não se vestiam sozinhos, em suas propriedades eram autoridades máximas, diante do rei ou rainha eram subalternos, eternos devedores de clemência, sempre à procura de um lugar a mesa do poder. Um conde poderia ser “rei” em sua terra um dia, macho *Alpha* sobre sua criadagem e na corte não ter papel relevante ou mesmo perder tudo como punição por um ato errado. Paralelamente o homem da guerra era codificado na brutalidade. Servia aos propósitos do reino, mas pelos mesmos atributos que o faziam ser senhor da vida e da morte e líder de centenas, na corte, ele era indesejado, sem modos, indigno de títulos e da presença constante dos outros, considerados nobres (Drévilion, 2013), (Perez, 2013). A virilidade do combatente existe em paralelo ao do homem da corte, mas esta não é bem-vinda lá (Vigarello, 2013).

Dois homens. Dois machos. Duas expressões de masculinidade contemporâneas. Ambas entraram em crise com as mudanças nas táticas de guerra e o fim das monarquias. Um dia parâmetros de masculinidade, no outro, uma lembrança de algo que não faz mais sentido algum para outros homens.

Um segundo exemplo: durante as décadas de 60 e 70 do século XX, a comunidade de homens gays ganhou maior nível de organização. Surgem uma série de publicações que tanto respondem às demandas eróticas desses homens como ajuda moldar arquétipos e estereótipos desejáveis de

homossexualidade. Não para todos. Mas para um grupo inserido naquele repertório. Ao invés de tornarem como norte masculino os homens de alta renda, e do mundo empresarial, em franca expansão na época, a masculinidade idealizada e produzida no processo de imitação prestigiosa (Mauss, 2003) foi a dos operários, efebos, motociclistas... (Ghandour, 2008).

Podemos questionar a “crise” ainda sob mais dois vieses: uma importante dupla mudanças na ideia e nos propósitos da conjugalidade e a ideia de que tal crise é fenômeno dos nossos dias, tendo se intensificado com a “revolução sexual” abordado no terceiro viés.

Na terceira chave de análise, podemos mostrar como a ampliação dos métodos de contracepção, como a pílula, não apenas foram um marco na autonomia das mulheres sobre quando, com quem e quantos filhos teriam, se quisessem. A chamada “revolução sexual” também retirou dos homens o seu papel “obrigatoriamente” de fecundadores. Suas atividades sexuais ganham outro caráter. A “sexualidade plástica” trazida por Giddens (1993) consolida-se como uma sexualidade aceitável e que se encaixa no mundo cada vez mais individualista do ponto de vista dos sujeitos e sua relação social. A divisão do sustento da casa (heterossexual) por esposa e marido, o sexo, seja no casamento ou não, sem a sombra da fecundação, e uma ampliação da exigência de

que o prazer seja mútuo na relação sexual, traz sobre os homens uma nova “crise”. Não por acaso a ampliação do movimento pelos direitos dos homens *gays* ganha *status* político e robustez popular exatamente quando os homens se veem livres de “obrigação” de serem pais, nas décadas de 60 e 70 do século XX. Essa mudança retira quase que por completo o sexo, o coito, a atividade sexual de seu caráter de obrigatoriamente fecundar, de fazer nascer filhos e filhas.

A gente não tem filhos. Não tem esposa para cuidar. A gente tem mais liberdade né. Eu acho. Mesmo os casais *gays*, você vê. Eles vêm aqui no *Cruising Bar*. Isso já mostra que é um comportamento de casal, mas diferente daquele dos nossos pais, por exemplo.

Eu fui casado com uma mulher. Eu tenho uma filha. Mas eu fui percebendo que eu ter uma filha não necessariamente tinha haver com eu ter que ficar com a mãe dela, gostando de homens, como eu prefiro. Entende? Pena que eu demorei para perceber isso.

Por que esses héteros vêm aqui? Porque aqui eles conseguem saciar um lado deles que está em crise. Eles querem uma coisa também que não vão ter lá fora. Aí eles vêm aqui.

(Falas de três interlocutores clientes diferentes).

Veremos mais à frente que na verdade a “crise” é o que movimenta a masculinidade, que a permite se perpetuar,. Como mecanismo, ela vai se adaptando e abarcando mais e mais sujeitos, aceitando suas influências ao mesmo tempo

que os enreda nas suas obrigações básicas: demonstrações de enquadramento no padrão, “cuidado de si” ou “controle de si”, novas delimitações de parâmetros de negação e comparação entre os novos machos e os não machos e outras especificidades do se fazer “homem” em nossa sociedade.

Ainda sobre esse período da “revolução sexual”, observa-se que ao tirar dos sujeitos certa obrigação de copular para fecundar, esse momento também libera os homens para transar buscando apenas o prazer. O que sempre foram os “crimes contra a natureza”, a “sodomia”, se não a transgressão de exercer uma atividade sexual que buscasse apenas o prazer? Não é por acaso que é nessa década que eclode o então movimento de liberação gay.

Os homens, uma vez livres da obrigação procriativa, podiam, com maior liberdade ou sob restrições, exercer suas atividades sexuais com outros homens. Esse princípio da liberdade masculina e do seu direito ao prazer esteve presente em momentos marcantes da luta política de homens gays e de toda comunidade LGBTQIA+ pelos seus direitos. Uma vez ratificado pelo conhecimento científico, penetrará no tecido social servindo de apoio para que sujeitos se emancipem e gradativamente famílias passem a acolher seus filhos e filhas homossexuais, mudando assim a própria estrutura familiar (Heilborn, 2004) (assim como outras instituições como escolas e o mercado de trabalho

e de consumo). Um fenômeno que, como todos os demais, não se dá de modo linear e contínuo no tempo, mas com constância suficiente para que seus efeitos sejam sentidos.

“A formação da identidade de gênero é um exemplo de produção no domínio do sistema sexual. E um sistema de sexo/gênero envolve mais do que as ‘relações de procriação’, mais do que a reprodução em um sentido biológico” (Rubin, 2017a, p. 19).

Ainda sobre a mudança da visão do papel da conjugalidade, observamos, mais recentemente, o impacto imenso que a conquista do casamento civil igualitário tem de realinhar o lugar do “papel do gênero” na sociedade, influenciando até mesmo a divisão sexual do trabalho (ou a divisão dos papéis de gênero do trabalho), repaginando as normas e regras de parentesco.

O sujeito homossexual está inserido na sociedade, mas fora da relação de expectativas comuns originais da divisão sexual do trabalho. Uma vez fora dessa lógica, seu processo de valorização enquanto sujeito está, sobretudo, na sua condição de homem e não de homem heterossexual⁴. Por

4 Temos mais uma vez que a sexualidade e os gêneros se aglutinam para permitir a consolidação desse fenômeno. A sexualidade seria, para usar um exemplo pitoresco, os pericarpos que unem os gomos da tangerina, aqui, tais gomos sendo os elementos que constroem a identidade masculina. O pericarpo está atrelado ao gomo, mas logicamente pode ser dele desvincilhado.

isso, compreendemos que no mundo ocidental, os países e as regiões que mais concedem direitos aos homossexuais são aqueles que naturalizam a homossexualidade dos seus cidadãos ao ponto de que ela deixa de ser uma questão – deixa de ser um dado relevante sobre ele. Quando isto ocorre, a sexualidade de todos perde sua relevância para uma série de relações sociais, incluindo o direito ao casamento.

Nessa lógica, a conquista do casamento civil pelos homossexuais é um passo não somente importante para estes, mas para toda a sociedade, uma vez que o casamento está, em parte, no centro da organização social em famílias. Acontece, portanto, uma mudança simbólica em toda a sua estrutura. Paralelamente a esse fenômeno, outro se dá: o sujeito ocupa seu lugar de prestígio social por aquilo que ele oferece a sociedade e não tão somente por ser heterossexual. A heterossexualidade deixa então de ser paradigma primário para o desenvolvimento do homem. A masculinidade, por outro lado, torna-se uma poderosa régua de avaliação da *performance* social desse homem. Porém, esta também se transforma ao inserir os homossexuais no seu escopo. Como aconteceu com esse dispositivo desde o seu surgimento, a masculinidade modifica-se na medida que se amplia e se estabelece em mais corpos do gênero masculino. Frisa-se que estamos abordando sobre gênero, uma vez que tal fenômeno também é presenciado por nós em homens transsexuais que frequentam os espaços pesquisados.

Assim chegamos ao nosso quarto viés. Daqui desenvolvemos mais alguns questionamentos dessa “temporalização” da “crise”. Já iniciamos a relativização da ideia de que ela (a “crise”) estaria ancorada numa desestabilização do modelo heterossexual de vida, assim como a ideia de que a crise da masculinidade é um produto do nosso tempo. Algo que veio com a modernidade, acelerada (como falamos) com a Revolução Industrial, pela revolução contraceptiva e a dita “emancipação feminina” (Bozon, 2004).

A mudança nos perfis de masculinidade e de sexualidade e suas ancoragens tiveram diferentes acepções. Inegavelmente as mudanças nas relações conjugais, ligadas à emancipação da mulher e às chamadas “revoluções sexuais” ou “revoluções contraceptivas” (Bozon, 2004) sustentam essa perspectiva. Contudo, gostaríamos de pontuar que, ainda que a “crise da masculinidade” tivesse se originado ou se tornado mais aguda na modernidade, outro fator foi fundamental para que ela supostamente tenha se tornado mais dramática: a ampliação dos espaços dos homens *gays* na sociedade; e a redistribuição dos poderes que a masculinidade, agora vista como um dispositivo, que permite a distribuição dos poderes entre homens, abarcou os homossexuais e fez deles sua morada também. A masculinidade, enquanto uma organização do gênero/sexo masculino, organiza os homens e “organizar traz poder” (Rubin, 2017a, p. 26).

Assim passamos a ter diversos homens homossexuais em cargos/postos de poder e controle. Passam a serem exemplos, guias, orientadores e parâmetros de comportamento e sucesso para héteros e homossexuais. Butler (2003a) afirma que os padrões de gênero são ancorados numa “matriz heterossexual”, que impõe uma espécie de “heteronorma”. Segundo Richard Miskolci e Larissa Pelúcio (2007), sintetizam um conjunto de normas prescritas, explícitas ou não, norteadoras do tecido social. Seria também um conjunto de instituições, estruturas de orientação e compreensão prática que se apoiam na heterossexualidade.

Essa perspectiva de associação da “masculinidade” e da “virilidade”, a heterossexualidade também tem suas bases numa linha do pensamento feminista que busca soluções para correções dos comportamentos opressores dos homens. É uma das abordagens mais enérgicas, muitas vezes, justificadas sob o pretexto de apaziguar os homens e retirar deles os traços culturais que se consideram socialmente disfuncionais.

Marco Julián Martínez expõe como essa abordagem se manifesta a partir do avanço estatal sobre a vida dos sujeitos por meio de tentativas de intervenção que busquem uma igualdade de direitos entre homens e mulheres, uma desconstrução do que na Colômbia pode ser entendido como machismo:

Com a problematização do presente no encontro entre projeto igualitário e posições de pessoas nas relações de reciprocidade, instaurava-se um sentido de incerteza na definição de si para pensar futuras relações — um sentimento de não-lugar, de desconhecimento do que sempre foram estes homens. Tanto para gestores da perspectiva de gênero quanto para homens adultos alvo das pesquisas e dos projetos de intervenção (Martínez, 2016, p. 49).

Martínez continua:

O uso das categorias de cultura, gênero e igualdade conjuga três tempos e constrói a masculinidade como uma problemática social a analisar e intervir, em oposição moral à ideia de cidadão, à simetria e à relação indivíduo-sociedade (Martínez, 2016, p. 51).

Nossa perspectiva é que ao termos os homossexuais abarcados pelo dispositivo da masculinidade, este, enquanto expressão de gênero, não pode mais ser de todo compreendida como uma simples expressão do aqui chamado “gênero masculino”, oriundo dos heterossexuais. Pensar dessa forma é considerar que todos os homossexuais masculinos estão de algum modo num movimento de “fingimento” ou “mimesis”, em que emulam o comportamento másculo e viril que, na verdade, pertence aos heterossexuais.

Sintetizando, vemos essa presunção como problemática, pois, para fazer sentido, teríamos que partir do princípio de que primeiros vieram ao mundo os heterossexuais, e que

depois que eles estruturam seu modo de ser e viver com a divisão sexual do trabalho e as normas de parentesco, só aí, teriam surgido os homossexuais como “desviantes” dessas normas. A ideia de que existem homossexuais mais genuínos e originais do que outros, também nos parece um tanto quanto problemática.

No bar, todos performam de modo muito semelhante. Mesmo os que estão longe do que chamo de linha de parâmetro da masculinidade (os afeminados, as bichas etc.) se comportam dentro do que é esperado deles. Noto que por isso cria-se uma impressão de que esses locais estão cheios de homens heteros enrustidos. Trata-se na verdade de uma *performance* coletiva. Uma pantomima da masculinidade. Os gestos, a voz grossa, os apoios nos ombros nas paredes, o coçar o saco, o apertar o outro, o se mostrar viril mesmo informando ser passivo é o elemento comportamento comum. O mesmo visto por outros pesquisadores em outros espaços de pegação. [Adaptação de uma anotação do caderno de campo].

Fazendo referência a Butler (2003a), Camilo Braz, em 2006, propunha o seguinte posicionamento teórico:

A valorização de estereótipos associados à masculinidade em estabelecimentos “gays” para sexo permitia, por um lado, pensar em rearticulações ou deslocamentos de convenções relativas a sexo, gênero, desejo e práticas sexuais que compõem a matriz heteronormativa (Braz, 2006, p. 29).

É exatamente por estar inserido num local que tem o sexo como elemento central de praticamente todas as relações que me autorgo a possibilidade de, muito mais do que um questionamento desconstrutor, questionar a própria ideia de heteronormatividade e uma certa imposição a uma inescapável submissão a uma ideia de uma “heterossexualidade primordial”, na qual a homossexualidade seria como algo que veio depois, subjugado por ela.

Como ainda pensar as masculinidades dentro dessa prerrogativa (de ser vassala de uma heteronorma), se houve deslocamentos nas instituições, nos símbolos do “Cuidado de Si” (Foucault, 2010), nos homens de poder e, portanto, nas estruturas de compreensão e orientação prática?

Hoje em dia você vai a um show do Jão, lotado. Com telão. PopStar. Antigamente um cantor *gay* como Ney Matogrosso era visto como transgressivo, exótico. Tudo mudou. Têm vários cantores e atores *gay* aí fazendo sucesso e ninguém liga se eles estão transando com homens.
(Fala um interlocutor cliente de 32 anos, gerente sênior de TI, com as unhas pintadas de preto).

Os cantores *gays* aparecem como fortes exemplos de homens admirados por vários outros tipos de homens:

Eu fiquei sabendo esses dias que o Silva era *gay*. Eu pensei, gente, nunca que eu ia dizer.

Aquele cantor [falando do Lil Nas X] é um dos maiores sucessos no mundo, beijando homem, se esfregando em homem. Olha para gente. A gente tá aqui hoje na maior putaria e ninguém está nem aí para gente.

Agora tem até sertanejo *gay*, funk *gay*. Mudou muito. Depois que os *gays* puderam se casar então, eu sinto que mudou muito. O Pedro Sampaio, por exemplo, com Lulu Santos, lançaram aquela música que estava até tocando aqui agora pouco. Todo mundo dança, se diverte. Ninguém está nem aí se eles são *gays*. No meu trabalho eu sou *gay* assumido e ninguém está nem aí.

(Falas de três interlocutores clientes).

O tema das masculinidades ganhou bastante destaque a partir da publicação de “Masculinities”, de Raewyn Connell (2005). Nele, a autora desenvolve o conceito de “masculinidade hegemônica”, trabalhando com a perspectiva “de gênero relacional” para se pensar as masculinidades. Apesar do reconhecimento tanto da existência de masculinidades (no plural), quanto da relação entre o gênero e outros marcadores de diferença (raça, classe, etnicidade) na sua constituição, o conceito de masculinidade hegemônica buscava apontar a existência, em todas as sociedades nas quais existe o que chama de “sistema de gênero” (Scott, 2017), de um modelo socialmente dominante acerca da masculinidade, contra o qual era possível entrever a insurgência de “masculinidades periféricas”.

Miguel Vale de Almeida faz uma importante relativização nesse sentido, quando afirma que as assimetrias são elementos que estruturam as próprias masculinidades.

[...] a própria masculinidade é internamente constituída por assimetrias (como heterossexual/homossexual) e hierarquias (de mais a menos “masculino”), em que se detectam modelos hegemônicos e variantes subordinadas. [...] Isto só pode significar duas coisas: que a masculinidade não é a mera formulação cultural de um dado natural; e que a sua definição, aquisição e manutenção constitui um processo social frágil, vigiado, auto-vigiado e disputado (Almeida, 1996, p. 163).

Foucault (já aqui citado) usa a Grécia Antiga para formular sua acepção de “Cuidado de Si” (Foucault, 2010). Interessante que esse conceito foucaultiano tenha origem filosófica ancorada na Grécia Antiga, todo ele forjado a partir da relação entre os homens e todo processo de desenvolvimento de uma identidade masculina por parte dos citados. A ideia de “Cuidado de Si” pode ser transposta diretamente (devido às suas bases históricas e mesmo em seu valor conceitual), para uma perspectiva em que a “ação política”, da qual ela é instrumento, seja vista como uma ação política sobre o gênero. O controle dos movimentos, dos excessos, de tudo que possa desviar o homem do seu lugar de prestígio e de valor, pode ser observado diariamente na sociedade mais ampla. Um dos preços da masculinidade,

descreve DaMatta (1997), é a eterna vigilância das emoções, dos gestos e do próprio corpo.

É da Grécia também que Georges Vigarello (2013) retira seu referencial para afirmar que a masculinidade sempre esteve em crise. A crise é parte dela. Estar permanentemente em crise é o que permite a sua passagem geracional, a sua transmissão e como venho teorizando em outros trabalhos, aguardando a publicação, a transmissão de poderes, inclusive o de dominação.

Se a teoria básica da dominação masculina, que Vigarello (2013) tenta explicar em outros termos, diferentes de Bourdieu, mas com o mesmo resultado, entende que se estabelece a partir de uma visão hierarquizada entre os sexos feminino e masculino, dentro de formulações binárias, como esse poder de dominação que num primeiro olhar acredita-se ser negado aos homossexuais, mas na verdade também chega às suas mãos, e, é por eles exercido de algumas formas? Como esse poder que supostamente só pode existir dentro de uma perspectiva hierárquica heterossexual chega e é manifesto nos homens que não se relacionam com mulheres? Ora se não por meio da masculinidade?

A masculinidade, mais do que uma expressão de gênero, é o veículo disciplinador dos sujeitos e o modo de transmissão de poder via o reconhecimento do outro como “homem”, “ másculo”, “macho” também. Pode-se dizer

que esse poder não está com os homossexuais, que eles emulam o possuir nos *Cruising Bars* e que, na verdade, ao sair de lá, a subalternidade os aguarda. Esse é o desafio de fazer formulações sobre o poder masculino no século XXI, tomando como pressupostos o que se acreditava sobre as relações de gênero no Ocidente no século XX, ainda mais tendo a matriz heterossexual como parâmetro.

Eu não sou e nem me sinto nenhum pouco menos homem por vir aqui. Por transar etc.

Cara, eu sou um negão entendeu, macho para caralho. No meu trabalho, pessoal tem até medo de mim. Mas tipo eu não tenho problema nenhum em falar que eu sou passivo, entendeu? Eu gosto de dar e daí?

Eu conheço muito hétero que muito mais covarde que muito *gay*. Tem *gay* que é mais homem que muito hétero e tem *gay* que não.

(Falas de três interlocutores clientes).

Caminhando para as conclusões, se ainda formos pensar numa perspectiva de “crise”, como se essa fosse alheia à própria construção da masculinidade. Podemos focar o nosso olhar numa “crise do corpo”, uma “crise dos gestos”, numa retomada a já abordada ideia de “controle de si”.

O controle está presente na vigilância e correção de pequenos gestos e atos que os sujeitos reproduzem para estarem ou não enquadrados em categorias como “machos”,

“másculos”, “desejáveis”, “comíveis”, “pegáveis”, entre outros. Esse controle de gestos se insere na “pantomima da masculinidade” (Silva Junior, 2014).

Não cruze as pernas! Não chore! Não fale fino! Não mexa muito as mãos! Seja firme e reto! Estufe o peito! Seja educado! São algumas das frases que são ouvidas por um sujeito do sexo masculino em certas etapas de sua vida. Normalmente na infância essas frases servirão para traçar na cabeça do jovem rapaz os paradigmas de qual é o comportamento esperado de um futuro homem. Muitas vezes, podemos ter a impressão da encenação de uma pantomima na qual alguns gestos, respirações, roupas vão contribuir para a criação de uma atmosfera cênica (Silva Junior, 2014, p. 52).

Quando falamos das representações aceitáveis de masculinidade e de quais são passíveis de controle, essas ações pantomímicas, de pequenos, porém simbólicos gestos, também estão presentes em todos os espaços de pegação e interação sexual entre homens: “apertar o pau”, esbarrar, olhar dentro dos olhos, tirar a mão de um interessado, mas sob quem não se tem atração, ficar de “pau duro” para ser recolhido logo como ativo etc. Esses elementos constituem o que estructurei teoricamente como “*Ethos da pegação*”. Um saber coletivamente compartilhado que permite a perpetuação da “pegação” ao longo do tempo. Esse *Ethos* está diretamente ancorado no *habitus* (Bourdieu, 2007),

tendo a expressão da masculinidade como seu objetivo e como linguagem de interpretação das intenções do outro, e como parte dos “roteiros sexuais” (Gagnon, 2006), apresentados tanto nos *Cruising Bars* como nas dinâmicas de “pegação” mais variadas. Os atos corporais são controlados na “caça” de modo a sempre se expressarem de maneira viril (Braz, 2010).

Entendemos que a masculinidade é socializada num sistema similar ao que Marcel Mauss (2003) descreve como “imitação prestigiosa”, enquadrando-se em códigos e significados consolidados coletivamente. Constitui-se, assim, a matriz do que chamamos de *habitus*. É por meio da observação das virilidades dos que estavam ali antes, que os novos aprendem a encenar as suas próprias. Assim, os sujeitos aprendem aquilo que Braz (2010) vai denominar como categoria êmica: “fazer a linha”.

Propomos que tal fenômeno atravessa sujeitos de todas as orientações sexuais. Nos espaços de “pegação sexual”, muito do que é considerado másculo é valorado também pelo homem heterossexual, “[...] falando aqui de algo que seria da ordem de uma masculinidade compartilhada, ultrapassando as orientações sexuais” (Barreto, 2016. p. 24).

Voltando ao modelo grego, analisamos algo semelhante para não dizer o mesmo fenômeno. O da masculinidade como dispositivo de transmissão e o “Cuidado de Si”, como

essencial para a valoração do homem grego ideal. Vigarello (2013) chama atenção para o caráter de mutabilidade dela.

Tal como na corte das monarquias europeias, havia uma clara definição em relação às mudanças da virilidade do cavaleiro da guerra, do homem da corte, passando pelo cortesão (Vigarello, 2013). Na Grécia Antiga diversos tipos de masculinidade conviviam em paralelo, havendo momentos de tensão entre eles. Tanto na Grécia, quanto no período Vitoriano, a masculinidade foi vista como em estado de crise.

Em sua complexa organização, na Grécia Antiga, conviviam diferentes modelos de masculinidade, havendo momentos nos quais, cada um a sua maneira, acusava o outro de ser menos másculo. Sartre (2013) nos relata que o homem de Esparta não era o mesmo homem encontrado nas outras aldeias gregas. A educação espartana valoriza a repetição indefinida dos mesmos modelos de padrões de virilidade (Sartre, 2013, p 27). Esses padrões se contrastavam com os padrões de virilidade de outros agrupamentos masculinos gregos.

Os pensadores, políticos e nobres da Ágora acusavam os espartanos de serem menos homens por serem excessivamente bárbaros. Os espartanos acusavam diversos outros grupos de homens de terem perdido o referencial da importância da força, contudo, ambos se complementavam,

quando pensamos na perspectiva de uma defesa da “união grega”, algo que será fundamental para a construção das Cidades-estados e a ideia de nação no futuro.

Os modos de socialização das crianças e dos jovens espartanos eram motivos de choque entre outros gregos, contudo os soldados de Esparta eram uma força fundamental para o expansionismo grego. Tal como os soldados da corte para o rei, ou hoje as truculências policiais como instrumento de controle do Estado sobre alguns corpos, sobretudo os negros e pobres.

Tal como na corte, na Grécia ou em nossos dias, o homem agressivo não é o homem que faz as leis. Mas é seu instrumento de execução, não muitas das vezes parcial e amoral.

Assim notamos que diferentemente de afirmar que se trata uma “crise moderna”, notamos que desde a Antiguidade, “[...] força e dominação existem segundo referências contrastadas [...]” (Vigarello, 2013, p. 15).

Judith Butler (2003a) acredita estar questionando o referencial ontológico da masculinidade, mas este sempre esteve sob questionamento. Podemos hoje propor que a masculinidade se ancore numa representação dela mesma, que pode ser “performatizada” por uma infinidade de sujeitos. Os estudos de Corbin, Courtine e Vigarello (2013) deixam claro que a única ancoragem inquestionável e

inicial da masculinidade foi sua gênese no sexo biológico masculino. O dispositivo da masculinidade foi criado a partir da sedimentação das diversas demandas, que foram surgindo para os homens, desde os tempos sem registro histórico (Vigarello, 2013).

O compêndio de três volumes de Corbin, Courtine e Vigarello, denominado: “História da Virilidade” é obra fundamental para compreendermos que muito do que consideramos como referencial histórico de mudança na masculinidade, deu-se na verdade de forma cíclica, copiando fenômenos iguais de outrora. Novas proposições de ser “homem” dos nossos dias não revolucionam a masculinidade no sentido de um ineditismo, de uma “nova proposta”, apenas são novas manifestações da ação de se “fazer novas propostas”. Esta ação é intrínseca da masculinidade desde tempos imemoriais. Com o seu surgimento, ela sempre se propõe como algo novo, que se inova e renova.

Muito se fala da homossexualidade na Grécia Antiga, mas apresentamos a contribuição de Michael Foucault, um homem assumidamente homossexual. Sua leitura de um fenômeno grego, aqui transposto por outro homem gay para uma compreensão ainda mais direcionada sobre o gênero. O próprio intercruzamento nesse fazer intelectual é contribuição da homossexualidade para uma maior acepção do que é ser “homem”. Os possíveis homossexuais

gregos, lidos por um homossexual francês e relido por um homossexual brasileiro, todos contribuem para uma ampliação da compressão de um cem número de homens.

Assim, tratar da construção da masculinidade a partir da homossexualidade é o que me proponho. Retirar o referencial antológico da masculinidade como oriunda dos processos sociais dos homens héteros e entender em que momento e em que medida o homem não hétero passa a ter sua própria linha referencial de masculinidade. Essa embrenhada de muitos outros fatores que a heterossexual: “ativo x passivo”; “machos x bichas”; o desejo; gestual pantomímico; a “pegação”; o modo de coito, entre outros elementos singulares da construção da masculinidade do homem *gay*, dos homens não héteros.

‘A gente deseja o masculino’

‘É uma confusão, você não sabe se a pessoa tá comendo, se tá dando, uma hora fala que ativo na outra que é versátil. Como é que é? Fluido, tem isso agora, inventaram isso agora.’

‘O *gay* quer o masculino, ele deseja o masculino, mas ele também quer ser livre da opressão do comportamento do masculino.’

‘Dizer que ativo e passivo não importa é mentira.’

(Falas de interlocutores clientes).

As conversas das quais essas citações são provenientes, são as bases nas quais eu ancorei muito do que foi falado aqui, ajudando a compreender as questões rememoradas acima, nas elucubrações.

3. Conclusões: as “crises” são adaptações às mudanças

Entende-se que, nos últimos 10 anos, o mundo passou por uma profunda transformação no modo como a homossexualidade e suas expressões são aceitas, assimiladas e interpretadas pela sociedade. No Brasil, com as conquistas em termos de direitos individuais, coletivos e difusos, como o casamento civil igualitário, em 2013, e a criminalização da homofobia, em 2019, fazem o Brasil então a passar a tentar concretizar de fato as expectativas de Carrara e Simões (2007, p. 71), sobre a consolidação de um modelo igualitário amplo, que consideravam como uma de suas singularidades. O Brasil faria assim fundamentalmente parte de um processo mais amplo pelo qual passavam e passam diferentes países no eixo Ocidental. Num resgate dos primórdios dessa ideia com o trabalho de Peter Fry, a emergência do modelo igualitário estaria, segundo o autor, relacionada “com toda uma transformação social das classes médias e altas das grandes metrópoles do país, se não com a própria constituição dessas classes” (Fry,

1982 *apud* Carrara; Simões, 2007 p. 71). Assim, para Peter Fry, tal modelo seria um elemento importante na própria construção cultural da identidade de tais classes.

Soma-se a isso, as atualizadas representações dos homens *gays* nos grandes canais de comunicação de massa, somado à revolução que as redes sociais e a internet proporcionaram nos modos de autoidentificação identitária, bem como de sua comunicação com o mundo.

Doravante, a sexualidade aparece como uma experiência pessoal, fundamental para a construção do sujeito, em um domínio que se desenvolveu e assumiu um peso considerável no decorrer dos séculos: a esfera da intimidade e da afetividade. O repertório sexual se ampliou, as normas e as trajetórias da vida sexual se diversificaram, os saberes e as encenações da sexualidade se multiplicaram. A expressão “revolução sexual”, muitas vezes empregada para designar o conjunto dessas mudanças, provavelmente está inadequada para dar conta da emergência de uma nova experiência pessoal de si mesmo e de novas relações interpessoais, que muito devem a outras transformações sociais (Bozon, 2004, p. 43).

No Brasil, tais transformações, relativamente recentes, ao nosso olhar, nos colocaram diante de um impasse em relação à bibliografia revisada. Em muitos casos a abordagem das relações sexuais entre homens são elaboradas a partir de uma perspectiva “infame”, de forma que

são frequentemente ressaltadas questões como “perigo”, “doença”, “clandestinidade”, “indesejável”, entre outros atributos da ordem do negativo, amoral e às margens de uma sociedade dominada pelo “regime heterossexual” e “patriarcal”. Muitos dos trabalhos revisados ainda colocam o ecossistema que existe em torno da homossexualidade em uma perspectiva que toma como ponto de vista de valor, ou de certo e errado, a perspectiva heterossexual sobre a homossexualidade; desta forma, esses elementos que a cercam muitas vezes são anunciados como revolucionários, transgressores e outros atributos, mas sempre partindo do princípio que a sexualidade homoerótica está à margem das normas e fora dos limites da sexualidade parametrial.

Mesmo em trabalhos clássicos e referências inegavelmente há pontos de vista teóricos datados: Giddens (1993), por exemplo, sustenta que é nas relações entre indivíduos do mesmo sexo que um amor confluyente se realiza. Segundo ele, por isso estes indivíduos são colocados à margem do projeto de casamento como desejo familiar de reprodução social e humana. Como sustentar essa perspectiva vendo casais homoafetivos se casando em cerimônias pomposas, e outros tantos tendo filhos biológicos no século XXI?

Fica em aberto a questão se ainda é relevante aplicar os importante conceitos de Gayle Rubin e seus importantes textos, mesmo quando a autora afirma que “geralmente

quanto mais importante e mais bem pago for o trabalho, menos a sociedade tolera um “desvio” erótico explícito (Rubin, 2017b, p 102). Uma atualização desse ponto de vista é mais do que necessária uma vez que em 2024, aos 34 anos, Gabriel Attal torna-se o mais jovem primeiro-ministro da França e o primeiro abertamente *gay*, assim como Tim Cook, o CEO de uma das mais poderosas organizações empresariais do mundo. Artistas *gays* ganham prêmios como Óscar e Globo de Ouro.

Deve haver uma demarcada linha distintiva de perspectiva que separe a produção intelectual do século passado da deste século, no que tange à homossexualidade. Essa, quase sempre apresentada como sendo pertencentes a sujeitos sem direitos, num projeto de desejo reivindicatório que parecia nunca chegar.

Se o sistema pelo qual os elementos do mundo natural são transformados em objetos de consumo humano é popularmente chamado de “economia”, entendemos que a “economia do sexo” conjuga a manufatura de elementos naturais, físicos, biológicos e simbólicos para se chegar à satisfação do desejo sexual dos sujeitos. Satisfazer esse desejo também pode se inserir em um sistema de economia própria, atrelado à economia no seu sentido mais amplo e monetário. Contudo, como veremos, de forma alguma podemos resumir a relação dos nossos interlocutores com

os *Cruising Bars* como mera relação de prestação de serviços. Na história das homossexualidades a relação dos sujeitos com esses espaços é coisa própria, com um infinito cabedal de significados.

Neste trabalho, depois de certo tempo de pesquisa, tentamos escapar desse padrão de um “por vir” e colocamos a sexualidade de homens que transam com homens como algo que já está dado. Com avanços e refluxos ela já está posta na ordem do dia, nas conversas e nas práticas; ela já é parte visível da sociedade e não mais habita o lugar da clandestinidade e do segredo; já ousa, há um bom tempo, dizer seu nome.

Falam de uma suposta crise da masculinidade ou de uma reconfiguração dos padrões de masculinidade, sob a perspectiva de que essa crise se daria primordialmente em função do desconforto masculino face às conquistas das mulheres no mundo contemporâneo. Mirian Pilar Grossi coloca tal crise nos termos de ser estrutural do indivíduo moderno. “Assim como o feminismo trouxe uma crise na vida das mulheres, trouxe na vida dos homens. A categoria ‘processo de mudança’ me parece mais adequada para pensar o momento pelo qual estão passando homens e mulheres em suas relações e constituições de processos identitários” (Grossi, 2004). Tais análises se desenvolvem sem levar em conta em que medida isso também só é possível graças a inserção dos homossexuais dentro do universo dos homens com prestígio.

A homossexualidade, nessa perspectiva é sempre apresentada como uma referência de negação. Negar a homossexualidade seria uma das características da construção da masculinidade dos sujeitos héteros. De fato os relatos etnográficos, entre homens heterossexuais, e suas repercussões, apresentam esses dados como em DaMatta (1997), Souza (2003), ou mesmo em Bourdieu (2007). Como bem falamos, muitos desses estudos são de quinze a vinte anos ou mais. Em um mundo tão dinâmico como o nosso, tudo muda e mudou mais rapidamente do que nossos dedos podem digitar na produção de trabalhos científicos.

Mesmo ao defender a hipótese de que ser homossexual é um marcador estrutural que fará com que o sujeito tenha uma masculinidade própria dos homossexuais, não significa em nenhum momento, que os elementos básicos que estruturam a masculinidade comum ou mesmo sua expressão mais aprofundada como o *habitus* não possam ser percebidos nos sujeitos, tão somente porque penetram ou são penetrados por outros homens (aqui reduzindo a homossexualidade ao ato sexual).

Ao invés disso, analiso como que os modos de ser “homens” dos homens *gays* dialogam e influenciam os modos de ser homem dos outros homens, como os heterossexuais, e como esse diálogo se dá exatamente de maneira cada vez mais eficiente por meio da redistribuição do poder masculino, agora cada vez mais nas mãos dos outrora invertidos.

Michel Foucault questiona a naturalização de termos e expressões. Ele afirma que os desejos sexuais não são entidades biológicas pré-existentes, mas são constituídos no curso de práticas sociais específicas, determinadas historicamente (Foucault, 1988). O autor ressalta os aspectos geradores da organização social do sexo e não a abordagem que dá ênfase à repressão dele. Observa que há uma espécie de positividade nos dispositivos da sexualidade e que novas modalidades estão sempre sendo produzidas.

Trataremos, então, de compreender a necessidade de questionar esse referencial ontológico, que tem na heterossexualidade a ancoragem para a compreensão da masculinidade, aqui entendida como um universo, um sistema e um dispositivo. Devemos ter a coragem de ver essa falha nos mestres que nos referenciam. Mas até mesmo esse questionamento ontológico que deve ser feito, será feito de um fenômeno que já pode ter acontecido. Propomos que os “núcleos duros” que ancoravam os ideais arquétipos de masculinidade e virilidade sofreram um deslocamento: o papel de fecundador; o poder de exigir uma exclusividade sexual; e ter a homossexualidade como um parâmetro negativo, a qual se deveria negar para ser percebido enquanto homem.

Nos lugares de pegação entre homens, com o devido olhar, essa percepção pode achar suas justificativas. A profusão de homens que frequentam esses lugares, a fofoca

como meio de distribuição de informação sobre seus frequentadores, e a história dessas relações sexuais perpassada oralmente sujeito a sujeito, não deixa dúvida do quanto homens tidos como heterossexuais trafegam por esses espaços, bem como os homens bissexuais. Dessa forma, a sexualidade não heterossexual está, seja pela via do sexo, seja por um programa de TV, dialogando e influenciando os modos de pensar e agir dos homens em geral; somado a isso, existe a coerção das leis que protegem as minorias e as que equiparam o prestígio que anteriormente era exclusivo dos sujeitos heterossexuais e agora também é compartilhado pelos homossexuais em níveis simbólicos iguais.

Como já dito, Giddens (1993) sustenta que era nas relações homoeróticas que o amor confluyente se realizaria de forma mais pura e acabada. Isto porque estes indivíduos estariam, ou estavam, ou estão, à margem do projeto de casamento como projeto familiar e de reprodução social/humana. Ora, como podemos ainda concordar com esse mestre, na medida que qualquer casal homoafetivo pode hoje ir em um cartório e em menos de 20 dias sair de lá devidamente casados e reconhecidos pelo Estado? O quanto isso afeta um homem que legitimava seu casamento infeliz com uma mulher a quem não amava, sendo que se viam obrigados a se manterem unidos por diferentes motivos?

Eu malho por que eu gosto. Gosto de ficar com o corpo atraente. Em dia. Não quero parecer uma bichinha magrinha, sem graça.

Hoje em dia com essa coisa do *gay* ‘barbie’, que é o *gay* musculoso e tal, você não sabe mais quem é *gay* e quem não é. Acho até que a testosterona, a bomba, faz os caras quererem dar.

Eu malho para parecer homem mesmo. Malho para mim. Mas também malho para mostrar por outros que aqui não tem nenhum moleque não. Tem um homem. (Fala de três interlocutores: as duas primeiras de clientes e a última de um proprietário).

Tais interlocutores estão construindo “montanhas de músculos”, imagens que outrora eram personificadas em sujeitos extremamente viris como Arnold Schwarzenegger.

Novos arranjos de ser “macho” e “homem” é o que propomos estar acontecendo nesse momento diante dos nossos olhos. A própria existência dos *Cruising Bars* significa uma mudança significativa no modo como a sociedade mais ampla tem assimilado não apenas a homossexualidade em si, mas vários aspectos das suas vivências, incluindo suas práticas sexuais. Interessante o papel pioneiro que nossa pesquisa apresenta ao pesquisar esses espaços, uma vez que estão tão fortemente inseridos no circuito do mercado *gay* há mais de nove anos, segundo nossos levantamentos, no entanto praticamente são inexistentes na bibliografia revisada.

O simples fato de existir uma publicidade dos *Cruising Bars*, de alcance popular e que virtualmente pode ser acessada por qualquer pessoa, já é por si só disruptivo, da maneira como o sexo *gay* vinha sendo tratado até o século passado.

Sendo as formas de diferenciação múltiplas e simultâneas, o desafio para os/as antropólogos/as é o de encontrar meios de teorizar as intersecções entre essas diferenças, cuja relevância nos processos sociais dependerá do momento histórico-social a que nos estejamos referindo (Braz, 2010, p. 28).

Essas mudanças representam uma ampliação da aceitabilidade dos homossexuais e sua sexualidade. Isso é algo bem diferente de afirmar que houve uma mudança total ou radical em suas práticas sexuais.

Como força desse diálogo interativo, no qual o sujeito heterossexual passa até a considerar o sujeito homossexual um modelo, passível de ser seu representante político, por exemplo. Para ilustrar isso, podemos considerar Eduardo Leite: um governador de Estado assumidamente *gay*, em seu segundo mandato, eleito com mais de três milhões e seiscentos mil votos.

É de homem a homem que os sistemas de significação masculina são compostos, fato observável diariamente

nos *Cruising Bars*. Assim, faz-se necessário discutir de maneira mais trabalhosa qual lugar os homens que se identificam como homossexuais – ou que fazem sexo com homens – ocupam nessa estratificação no século XXI. Não é possível mais serem resumidos a meras vítimas de um sistema heteropatriarcal que os domina, oprime e reproduz neles seu controle unicamente opressor. É preciso reconhecer a agência desses sujeitos de poder e sua desestabilização do *status quo*.

4. Finalizando mesmo

A leitura deste trabalho pode dar a entender que em algum momento dizemos que a masculinidade, em seu sentido amplo, é a mesma para homens héteros e homossexuais; mas trata-se de ambos estarem sob o mesmo “universo de masculinidade”. A masculinidade é entendida por nós como um “universo”, como “entidade social”, que ganhou estrutura a partir da união de diversos elementos, fazendo parte da estrutura maior da sociedade. A masculinidade é um mecanismo de compactação de características dos sujeitos no processo de incorporação (Almeida, 1996) e, principalmente, como dispositivo de distribuição de poderes exclusivo aos homens, permitindo, assim, sua dominação. Esse dispositivo, em dado momento, passou a abarcar os homossexuais ao invés de excluí-los, sendo estes, portanto, instrumentos de aumento do seu domínio, alcance e poder.

A masculinidade é uma expressão do gênero. Seja qual for a perspectiva adotada para o entendimento do que é gênero, a masculinidade é uma das formas de sua expressão. Seja como dispositivo, seja como expressão, ela se manifestará de forma semelhante entre héteros e homos⁵, mas não de maneira inequivocamente igual. Uma vez que nos homossexuais a masculinidade também é instrumento para conquista de parceiros sexuais, tornando-se parte estruturante do “*Ethos da pegação*”. É fator relevante numa relação enamorada com o desejo: o sujeito é desejado por ser másculo e é másculo para despertar desejos, sendo a deseabilidade do outro validador se sua masculinidade está em conformidade ou não, se está “indo bem” ou não.

Assim, embora intentamos, no fim deste empreendimento de pesquisa mais ampla, desenvolver uma teoria sobre a “pegação”, também pretendemos contribuir para uma teoria do gênero (masculino), aqui entendido como uma construção social (o homem) sobre a performatividade dos corpos dos homens, mas não necessariamente numa relação mimética como a heterossexualidade. Gênero aqui é, sobretudo: *performance*, um “fazer gênero”, ou mesmo um sistema de gênero (Scott, 2017). Assim nosso entendimento

5 Um debate mais aprofundado sobre os estranhamentos entre o gênero masculino e as diversas possibilidades de exercício da sexualidade é necessário ser feito. Pretendo publicar essa “continuidade” nesta mesma Revista, passado o período obrigatório de intervalo entre as publicações.

do que é gênero é uma união difusa da ideia de *performance* de Butler (2019) com a busca por dissociação entre sexo biológico e gênero trazida por Rubin (2017a; 2017b) e mesmo o gênero entendido como sistema tal como propõe Badinter (1993), uma vez que na “pegação” a masculinidade é elemento que se apresenta como estruturante para a construção de “valores” (Picanço, Araújo, Covre-Sussai, 2021) dos sujeitos. Dessa maneira gênero é também um valor, tal como trazido pelas autoras.

Propomos, portanto, elementos de uma teoria que pode compor uma teoria geral sobre o sexo, sobretudo o sexo *gay*. Esperamos assim contribuir para ampliação dessa segunda, e servir como possível ponto de partida para essa terceira, certos de que já conseguimos sistematizar bem a primeira.

O sexo entre homens é sempre diferente do sexo entre um homem e uma mulher. Voltemos, com Carrara e Simões (2007) fazem um resgate sobre as condições sociais que tornaram possível pensar a “homossexualidade” como uma condição humana singular e o “homossexual” como uma categoria capaz de expressar um atributo identitário fundamental e uma conduta adequada correspondente. Ou seja, uma masculinidade enquanto dispositivo de distribuição de poder compartilhada em sua plena potência contemporânea. Mas enquanto expressão do gênero do indivíduo, será individualizada, e deve ser analisada na

perspectiva individual do sujeito único e singular, pois este indivíduo não compartilha com seu par heterossexual todos os elementos das suas sexualidades. A masculinidade, então, precisa ser entendida do ponto de vista coletiva, ampla do universo dos homens; neste caso, ela abarca os homossexuais, assim como precisa ser analisada tendo em conta as diferentes orientações sexuais.

O *habitus* impedirá que o sujeito fuja da linha, ou que a perca de norte, mesmo que se desvie dele. Mas o próprio *habitus* do sujeito homossexual é irmão univitelino do *habitus* do heterossexual, mas não são o mesmo. Ao meu ver, aí está a singularidade que permite ter um local como um *Cruising Bar* como *locus* poderosíssimo para os estudos do comportamento masculino, uma vez que, além de estarmos analisando uma masculinidade específica, até hegemônica, mas não unanime, também trabalhamos com a perspectiva que norma e periferia, centro e borda, homossexual e heterossexual dialogam freneticamente no século XXI.

Compreender as masculinidades alinhadas para os homossexuais também é compreender em boa medida esse homem heterossexual, que supostamente está em crise.

Trata-se, portanto, de levar a sério esses dispositivos e de inverter a direção da análise: ao invés de partir de uma repressão geralmente aceita é de uma ignorância avaliada de acordo com o que supomos saber, é necessário

considerar esses mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos, indutores de prazer e geradores de poder. É necessário segui-los nas suas condições de surgimento e de funcionamento e procurar de que maneira se formam. (Foucault, 1988, p. 83).

Este trabalho também pretendeu e, acredito que cumpriu com o prometido, em ilustrar como a homossexualidade pode ser muito mais do que um elemento a ser tratado de lado nos estudos. Pode ajudar a compreender fenômenos amplos e complexos que estão se dando sob os nossos olhos (nossa premissa é que sempre se deram sob os nossos olhos), que me parece ser a base da inquietação provocativa desse dossiê. Os *gays* têm muito a dizer sobre o que é ser “homem”.

Referências

ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, Masculinidade e Poder: Revendo um caso do Sul de Portugal. **Anuário Antropológico**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 161-189, 1996. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7413304.pdf> Acesso em: 13 jan. 2024

BADINTER, Elisabeth. **XY: la identidad masculina**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1993.

BARRETO, Victor Hugo. **Festas de orgia para homens: territórios de intensidade e socialidade masculina**. 2016. Tese (Doutorado em antropologia social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 172.

BRAZ, Camilo Albuquerque de. **A meia-luz...: uma etnografia impropria sobre clubes de sexo masculinos**. 2010. 264 p, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2010.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21. p. 219-260, 2003b.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 65-99, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/JHyY6zkPRdW4fp6wk9vtkhn/?format=pdf>. Acesso em: 31 dez. 2023.

CONNEL, Raewyn, PEARSE, Rebecca. **Gender in World Perspective**. 3 ed. Cambridge: Polity Press, 2015.

CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. 2ed. California: University of California Press, 2005.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade**: 1. A invenção da virilidade, Da Antiguidade às Luzes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DAMATTA, Roberto. Tem pente aí? Reflexões sobre a identidade masculina. In: CALDAS, Dário (Org.) **Homens**. São Paulo: Senac, 1997.

DESSIMETRIA. In: **Michaelis**: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (on-line). São Paulo: Michaelis, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/dessimetria> Acesso em: 15 out. 2024.

DRÉVILLON, Hervé. Do Gueiro Militar In: CORBIN, Alain COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges. (org.). **História da Virilidade**: 1. A invenção da virilidade, Da Antiguidade às Luzes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 334-372.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. A sexualidade nas ciências sociais: leitura crítica das convenções. In.: PISCITELLI, A.; GREGORI, M.F; CARRARA, S. (org.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. [s. l.]: Garamond Universitária, 2004, p. 39-80.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **O Governo de si e dos Outros**: Curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GAGNON, John. **Uma interpretação do desejo**: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GHANDOUR, Kassem Mahamad. **“Marujos a Bordo” – o desejo homoerótico, a estética camp e a moda de Gaultier**. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: UNESP, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. **Masculinidades: Uma Revisão Teórica**. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis, Santa Catarina, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza. **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MARTÍNEZ, Marco Julián. “Ser macho neste país é coisa de macho”: a culturalização da masculinidade e sua relação assimétrica com a igualdade”. **Anuário Antropológico**, v. 41, n. 2, p. 33-56, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/1795#text>. Acesso em: 11 jan. 2024

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel (org.). **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2003. p. 399-422.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Revista Gênero**, Niterói, v. 7 n. 2, p. 257-269, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30980/18069> Acesso: 31 jan. 2024.

PEREZ, Stanis. Louis XIV ou a virilidade absoluta? In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). **História da Virilidade: 1. A invenção da virilidade, Da Antiguidade às Luzes**. Petrópolis: Vozes. 2013. p. 293-333.

PICANÇO, Felícia; ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira; COVRE-SUSSAI, Maira. Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: outros olhares sobre as desigualdades.

Revista Brasileira de Estudos de População, [s. l.], v. 38, p. e 0177, 2021.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres. *In*: RUBIN, Gayle. (org.).

Políticas do Sexo. São Paulo: UBU Editora. 2017a. p. 9-62.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo. *In*: RUBIN, Gayle. (org.). **Políticas**

do Sexo. São Paulo: UBU Editora, 2017b. p. 63-128.

SARTRE, Maurice. Virilidades gregas *In*: CORBIN, Alain COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade: 1. A invenção da virilidade, Da Antiguidade às Luzes**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 17-70.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica.

Educação & Realidade, [s. l.], v. 20, n. 2, 2017.

SILVA JUNIOR, João. **Roteiros Sexuais; Histórias de referência; Orientações Íntimas: Uma análise de casos presentes no contexto da pegação viril**. (Comunicação oral) 34ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Julho de 2024a

SILVA JUNIOR, João. **Por que você vem ao Cruising Bar?**

(Comunicação oral). 13 Seminário Internacional “Fazendo Gênero. Instituto de Estudos de Gênero/Universidade Federal de São Carlos (UFSC). Florianópolis - SC. 2024b. Anais eletrônicos.

Disponível em: <https://www.fg2024.eventos.dype.com.br/arquivo/downloadpublic?q=eyJwYXJhbXMiOj7XCJJRF9BUlFVSVZPXCi6X-Ci1MDQ5XCj9IiwiaCI6IjM1NDhiMDQyNWwNDBkOWRkMjE0MT-k5ODllZmQ3MDdmIn0%3D>

SILVA JUNIOR, João. **Masculinidades dançadas**: uma etnografia com os cavalheiros do Baile do Meio-Dia do Centro Cultural Carioca. 2014. Dissertação (Mestrado em sociologia e antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SOARES, Marcelo Chaves. Pensando a consciência coletiva de homens gays: um ensaio para decolonizar o corpo negro. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, [s. l.], v. 8, n. 16, p. 77-90. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/11672>. Acesso em: 31 dez. 2023.

SOUZA, Rolf Ribeiro de. **A confraria da esquina**: O que os homens de verdade falam em torno de uma carne queimando: etnografia de um churrasco de esquina no subúrbio carioca. Rio de Janeiro: Bruxedo, 2003.

VIGARELLO, Georges. Introdução: A virilidade, da Antiguidade à modernidade. In: CORBIN, Alain COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade**: 1. A invenção da virilidade, Da Antiguidade às Luzes. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-16.

06

Uma análise de caso sobre representações LGBTQI+ em quadrinhos de super-heróis: sobre a representação de Constantine na edição especial *DC Pride*

A case of analysis on LGBTQI+ representations in superhero comics: the representation of Constantine in the DC Pride special edition

Mário Jorge de Paiva

Doutor em Ciências Sociais (PUC-Rio)

Professor da rede pública estadual de São Paulo

E-mail: mariojpaiva91@gmail.com





Resumo

O presente trabalho possui por objetivo realizar uma análise de caso de uma representação LGBTQI+, dentro do universo dos quadrinhos, dando enfoque ao material comemorativo *DC Pride* (2021) e à personagem John Constantine. Optamos por uma abordagem com metodologia qualitativa, em que faremos uma leitura de tal material partindo da história dos quadrinhos, e de como eles representaram o universo LGBTQI+. Em termos de aporte teórico selecionamos autores como Dandara Cruz, Darieck Scott, Ramzi Fawaz, Rob Lendrum, Mário Paiva (2023) etc. Nossa conclusão envolve ver como existiram mudanças, do velado e das dubiedades se passou para representações abertas e isto envolve conjunturas sociais, históricas e mercadológicas.

Palavras-chave: LGBTQI+. Quadrinhos. *Comics*. *DC Pride*. *Queer*.

Abstract

The present work aims to carry out a case analysis of an LGBTQI+ representation, focusing on the commemorative edition called *DC Pride* (2021) and the character John Constantine. We opted for a qualitative approach, in which we will make a reading of such material, starting from the history of comics, and how they historically represented the LGBTQI+ culture. Our conclusion involves seeing how there were historical changes, in which the veiled and

dubious passed to open representations and this involves social, historical and market changes.

Keywords: LGBTQI+. Comic books. Comics. DC Pride. Queer.

Introdução

Como é abordado por uma série de pesquisadores, aqui podemos citar Sarene Alexandrian (1993), Michel Foucault (2010), Andrews *et al.* (2024) etc., existem representações de amor não heterossexual desde períodos clássicos da história da Europa.¹ Em nossa leitura, seguindo o aporte, cremos que tais representações são historicamente e socialmente moldadas, cada época possuiu suas próprias questões, proibições etc. Por causa disso, gostaríamos de realizar uma análise de uma representação LGBTQI+ contemporânea, baseada em um elemento da cultura *pop*, nos referimos ao mundo dos quadrinhos. O presente trabalho possui por base uma análise de uma das histórias existentes dentro da edição especial *DC Pride* (2021), da *DC Comics*.

Por que escrever um texto sobre quadrinhos? Nosso primeiro intuito se dá por acreditarmos que quadrinhos

1 Se seguirmos Otto Maria Carpeaux (2012), veremos como muito do que sabemos sobre a cultura Greco-romana, clássica, envolve Homero, Platão, a poesia lírica. Ora, tais elementos já se mostravam perpassados por questões como o amor entre dois homens etc.

são menos estudados, dentro do campo das representações LGBTQI+. Como apontou Pierre Bourdieu (2011), há nos quadrinhos ainda um aspecto de arte média em vias de legitimação, logo, por não estarem totalmente integrados ao capital cultural mais elevado, possuem um elemento ainda marginal. Isso se soma ao fato de que o *pop*, como demonstra Slavoj Žižek (2017, 2018), pode nos dizer algo sobre a ideologia de uma sociedade, de um tempo.

Metodologicamente, nossa pesquisa qualitativa envolveu: primeiro, uma revisão de material acadêmico sobre essa soma entre a história dos quadrinhos e certas questões LGBTQI+; segundo, um direcionamento de recorte para um ponto ainda pouco explorado, no caso essa edição especial de 2021 e a personagem Constantine; terceiro, a leitura e uma análise crítica do material. A hipótese do trabalho orbita por uma questão que, inegavelmente, possui certo grau de subjetividade: a representação de Constantine foi efetiva ou esbarra em alguns problemas típicos desse universo de histórias?

Representações LGBTQI+ em quadrinhos de super-heróis americanos

Nossa primeira consideração no presente seguimento, em termos de recorte de pesquisa, envolve dizer que ao estudarmos quadrinhos americanos estamos vendo um

universo particular do tema. Se olhássemos para certa produção de outros países resultados diferentes apareceriam. Exemplo óbvio é o Japão, que, com seus *mangás* e *animes*, explora de forma bem mais incisiva tal existência de um universo mercadológico de representações LGBTQI+, sendo isto um nicho de mercado já consolidado, através de rótulos como *BL*, *Yaoi* etc.² Como exemplo, poderíamos comentar o *mangá Junjou Romantica*,³ e toda sua lógica de *seme vs uke*.⁴

Enquanto um universo rico, não há uma leitura final dos quadrinhos americanos. Sob um rótulo só, estamos colocando uma infinidade de escritores, desenhistas, editores. Não há uma perfeita coesão interna de todos sobre o tópico, sendo assim um campo da sociedade e, por isso, estando sujeito aos seus conflitos. Entes, mais ou menos, consolidados dentro do campo. Artistas, mais ou menos, transgressores em relação ao que é modal dos gibis. Uns sempre apontaram os quadrinhos como um campo para o *queer*,⁵ enquanto outros vão falar, exatamente, do mundo

2 Cf. Zsila et al. (2018), Teixeira (2017), Tanko (2009) etc.

3 Cf. Nakamura (2006).

4 Cf. Tanko (2018).

5 *Queer*, em termos simples, é aquilo que não é heterossexual. É uma palavra com senso de alteridade. Era usada como ofensa, mas a comunidade LGBTQI+ lutou e se apropriou da ampla designação, como uma forma de resistência. Em uma forma política de alianças entre diferentes lutas, para indicar aquilo que é estranho ao dominante.

dos quadrinhos como um espaço para consumidores masculinos e heterossexuais.

Darieck Scott & Ramzi Fawaz (2018, p. 197), por exemplo, dizem existir neles, nos gibis, algo *queer*, com muitos marcadores estéticos e sociais, além dos elementos alegóricos, seja o empoderamento das heroínas ou mesmo o vírus Legado dos X-Men, que faz um paralelo com a epidemia de AIDS (Fawaz & Scott, 2018).

Rob Lendrum (2004) discute também com tal questão, ao apontar certas críticas ao possível homoerotismo daqueles fortes homens de meia-calça. Dentro das funções do uniforme, apontadas por Shyminsky (2011), vemos uma necessidade de fazer o herói se separar da sociedade *normal*, o que mostra sua alteridade em relação aos entes que ele protege, também há símbolos de identificação das personagens.

Sobre a história da soma entre os quadrinhos, tirinhas etc., e o mundo LGBTQI+ podemos apontar: desde os anos de 1930, 1940 e 1950, como demonstra Cruz (2017), certas personagens já poderiam ser considerados alusões ao *queer*. Sendo um exemplo disso Papa Pylon de *Terry and the pirates*, conferir a Figura 1, tal personagem possuía brincos e cores, indicando que ela estava maquiada. Aqui já entra uma questão do *queer coding*, por serem representações veladas. O elemento muito criticado, desse conceito, envolve essa associação com vilões ou personagens dúbios, do ponto

de vista moral, em mais um reforço negativo do que era o homossexual, *queer* etc.⁶

Figura 1



Fonte: Dandara Cruz, 2017, p. 53.

Mesmo com ambivalências, dubiedades, um ponto de corte sempre citado é o livro *Sedução dos inocentes* de 1954. Nele há uma grande crítica moralizante ao universo dos quadrinhos, porque seu autor acreditava que ler gibis possuía correlação com a delinquência juvenil e mesmo com *distúrbios* sexuais. Com críticas, por exemplo, ao Batman e ao Robin, porque representariam o sonho idílico de um casal homossexual, com seus suntuosos aposentos (cf. Cruz, 2017). Desse livro, e de um medo dos produtores de

6 A literatura sobre a história LGBTQI+ é ampla e espalha para vários campos, vale consultar trabalhos como Trevisan (2018), Bimbi (2017), Green (2019), Green & Quinalha (2018), Mota (2019) etc.

quadrinhos de que o governo decidisse interferir de forma incisiva, foi criado um selo de regulação de conteúdo o, também muito comentado, *Comics Code Authority*, CCA, colocado pela *Comics Magazine Association of America* em 1954 (Cruz, 2017; Paiva, 2022).

Mesmo com o CCA em vigor, e em seu auge, ainda tínhamos personagens, aparentemente, representando minorias sexuais e trabalhando com ambiguidades, ou seja, ainda estavam dentro do amplo domínio do *queer coding*. Lendrum (2004, p. 70) aponta que esse elemento, ambivalente, pode ter permitido leituras polissêmicas da questão, existiam brechas dentro desse universo do CCA. O que é esperado, pois o poder, pelo menos na leitura foucaultiana, envolve suas resistências, suas *porosidades* etc.

Com todo o universo mais liberal, em termos de sexualidade, dos anos 60, 70 e parte dos anos 80, as questões pareciam ainda mais eminentes, porém, com o CCA ainda forte, tais pontos continuavam implícitos, mesmo que certos casos parecessem óbvios. Claro, tivemos pontos fora da curva, Frank Miller,⁷ Neil Gaiman,⁸ Alan Moore⁹ etc., mas, de algum modo, ainda vemos nos anos 80 representações veladas, como o Mago Extraño da *DC Comics*, conferir Figura 2 e Figura 3.

7 Frank Miller (2011).

8 Neil Gaiman (2019).

9 Cf. Alan Moore (2005).

Figura 2



Fonte: Dandara Cruz, 2017, p. 66.

Figura 3

A CCA perde força e contundência nos anos 90, o que permitiu uma nova geração de artistas tratarem de tal universo, de modo mais aberto. Aqui podemos pensar no ex-vilão do Flash, o Flautista, que se revelou *gay* e teve uma boa aceitação junto ao universo LGBTQI+, também podemos pensar no caso da personagem Estrela Polar, ver Figura 4.



Fonte: Dandara Cruz, 2017, p. 67.

Figura 4



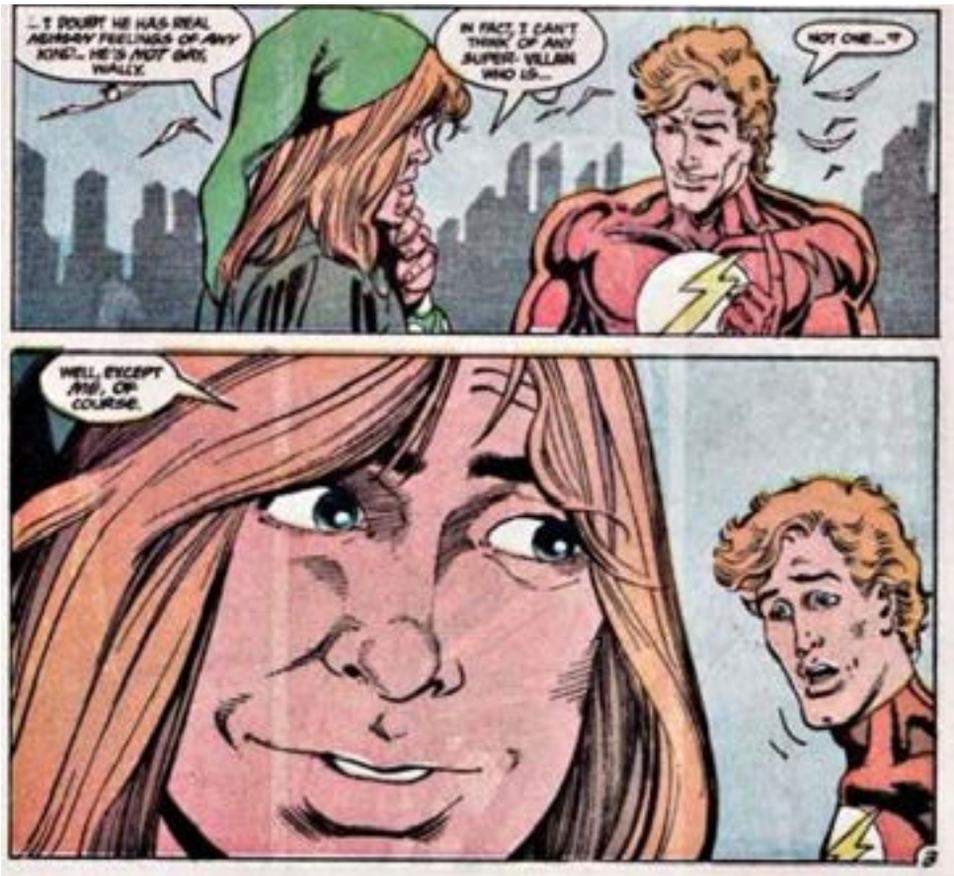
Fonte: Paiva, 2022, p. 9.

Aponta Cruz (2017) como foi dos anos 2000 em diante que essa questão, em termos ideais, pareceu alcançar sua *maturidade*. Logo, idealmente, essa representação da sexualidade de Constantine se dá em um contexto social mais favorável. É distante o pânico moral, dos anos de 1950, com essa possibilidade de um Robin *gay*. Atualmente já existe, inclusive, um Robin LGBTQI+, o que indica uma mudança dos tempos, há mesmo um Superman bissexual (cf. Taylor, 2021).

Claro, enquanto uma empresa parece que houve testes e uma abertura lenta. Primeiro foram surgindo personagens secundários ou de selos menores como LGBTQI+, *vide* o Flautista ou Constantine (cf. Paiva, 2021), até, muitos anos depois, chegarmos ao Superman *queer*, ver Figuras 5 e 6 (cf. Paiva, 2022, 2023). Mas, mesmo sendo um processo lento, o avanço parece visível.¹⁰

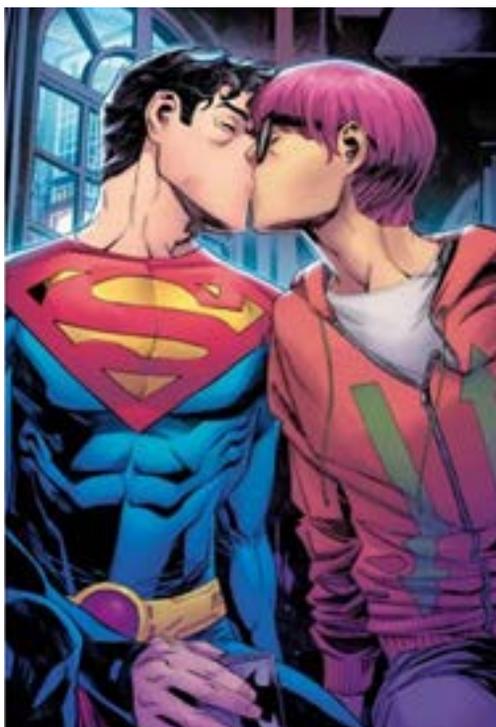
10 Enfim, tenhamos cuidado para não confundirmos a numeração do presente artigo com os *prints* das imagens, que trazer também a numeração que tais ilustrações receberam em Paiva (2022).

Figura 5



Fonte: Paiva, 2022, p. 10.

Figura 6



Fonte: Paiva, 2022, p. 15.

Sobre a edição DC Pride e sua representação de Constantine

A existência de uma edição especial dedicada ao tema, em 2021, pode ser louvada, enquanto uma aberta representação de *gays*, bissexuais etc. A edição se utiliza de personagens que historicamente possuem relação com a

questão LGBTQI+, o que é outro acerto, logo personagens como o Flautista, Constantine, o Mago Extraño etc., aparecem nas histórias.

O Mago Extraño surge mais adequado ao novo mundo, fugindo de seus exageros originais, em que a ideia de colocarem ele e Constantine em um bar é interessante. Outro momento digno de nota é a história do Flautista e do Garoto Baterista. Tal coletânea, contudo, também merece suas críticas, algo que desenvolvemos melhor em Paiva (2023). Todas as histórias são breves e há algo medíocre aqui em termos estéticos, vejamos como a Arlequina, na Figura 7, é cartunesca e estranha. Em outros termos, comparativamente, não gostamos muito do material, acreditamos que ele poderia prezar mais pela qualidade.

Figura 7



Fonte: Vita Ayala *et al.*, 2021.

Há, porém, um ponto interessante ao lermos a história da Arlequina, em tal coletânea. Refletir como há diferenças nas formas das representações masculinas e femininas, mesmo em personagens LGBTQI+. Eis o ponto: as personagens femininas LGBTQI+ ainda podem se permitir mais *sentimentalismo*? Enquanto personagens masculinas, mesmo *queer*, precisam ser mais contidas? Isto é uma questão que valeria uma análise aprofundada no futuro, em estudos comparativos entre *cases*. Não causaria surpresa se chegássemos à conclusão de que existe uma lógica ainda muito marcada na hora de apresentar papéis de gênero nessas histórias, mesmo quando são inclusivas etc., etc. Algo na lógica de que Superman ou Constantine podem *até* beijar outros homens, desde que eles não sejam muito *afeminados* ou afrontem certas convenções. Superman pode beijar outro homem, desde que não use batom ou coloque uma saia de uniforme, pois a *seriedade* do Superman talvez ainda envolva ser visto com elementos masculinos e *racionais*, contra um *sentimentalismo* feminino implícito.

Sobre a personagem Constantine, propriamente dita, ela é interessante porque foge dos estereótipos dos magos de capa e ricos dessas histórias em quadrinhos, sendo ela da classe trabalhadora, logo apontando certas tramas, as melhores, para críticas sociais, políticas etc. (Assis, 2016; Paiva, 2021). O que vemos em Constantine é uma série de *quebras* com os padrões dos mais famosos heróis. Ela não

usa capas e os uniformes espalhafatosos, não parece existir um parceiro jovem, ao estilo do Robin etc., não representando Constantine um exemplo de retidão moral ou uma força heteronormativa, para colocar a *criança queer* no *caminho* da heterossexualidade.

Na sua trama da edição especial *DC Pride*, escrita por Steve Orlando e desenhada por Stephen Byrne, acompanhamos Constantine em um bar se encontrando com o tão icônico e criticado Extraño. Em termos estéticos, é interessante ressaltar uma paleta de cores e desenhos mais realistas e sombrios, o que, em nossa leitura, deu qualidade estética maior, em relação ao material da Arlequina, por exemplo.

Extraño começa criticando Constantine, o chamando de problema, mas diz que ele já viu homens muito *piores*. Isso é a deixa para a personagem contar a história de uma aventura dela, Extraño, com outro herói LGBTQI+ famoso da editora, o Meia-Noite (cf. Cruz, 2017).

No *flashback* da trama Extraño e Meia-Noite vão até um castelo, nos Alpes, combater um vampiro nazista que quer, através de magia, mudar certos eventos históricos, *apagando* os elementos LGBTQI+ do passado. Ou seja, a trama faz referência direta à questão do silenciamento e encobrimento dos LGBTQI+, algo interessante e que discute com certa ascensão da nova direita, revisionismos etc. Os dois heróis ganham de tal vampiro e Meia-Noite lhe dá uma surra.

Com o fim do *flashback*, a história se encerra com Constantine e Extraño indo embora do bar. Constantine diz que tal personagem, Meia-Noite, parece *durão*, mas que, se Extraño lhe der uma chance, ele vai mostrar uma coisa bem *pior*. Extraño fala que é casado e Constantine diz para ele chamar o marido também.

Como vemos, há uma representação explícita de personagens LGBTQI+ flertando e o núcleo da personalidade de Constantine é respeitado. Constantine em um bar, com outro homem, é algo que já foi visto dentro do *core* de tal personagem e, na verdade, Extraño está aqui melhor do que em sua versão clássica. Há então, no fim, algo de positivo em termos de representação. Se parte de nossa investigação era averiguar se essa abordagem caiu em estereótipos negativos, *queerbaiting* etc., acreditamos que a representação nos soou efetiva, dentro de sua proposta de uma história rápida, comercial e diretamente voltada para um público LGBTQI+.

Em termos de conclusões parciais, aqui podemos apontar, como Nunan (2003), que estamos lidando com marcas, há um interesse de vendas nessas representações. Se há mais representações, elas não vieram sem o solo sociológico e histórico adequado, mas, claro, esses elementos não são estanques, logo do mesmo modo que a sociedade influencia nas representações *pop*, as representações *pop* influenciam na sociedade.

Há, como mostra Nunan (2003), toda uma série de marcas que perceberam vantagem em fazer propaganda e produtos direcionados ao público LGBTQI+. É possível imaginar que a indústria dos quadrinhos esteja precisando se reinventar diante não só de questões sociais, mas igualmente diante de desafios de outras ordens, *vide* a própria questão de pirataria virtual. A revista *Playboy* colocou na capa seu primeiro modelo masculino homossexual recentemente, mudança dos tempos, aos termos Bretman Rock de *coelhinho*.

O lado bom é que mais representações podem ajudar na diminuição do estranhamento e do preconceito. As representações dúbias já não agradam tanto, em um mundo que discute de forma, relativamente, mais aberta sua sexualidade. O *queerbaiting* se mostrou criticável, como uma tentativa desonesta de capturar o público *queer* (Moraes, 2018).

Considerações finais

De modo introdutório, o presente artigo abordou uma correlação entre os estudos de *comics* americanos de heróis e tal questão das representações LGBTQI+, tendo por ponto central um *case* recente e ainda pouco abordado no aporte acadêmico.

Fez parte de nosso objetivo mostrar como essas representações se dão em contextos específicos culturais, de maior ou menor abertura para tais pontos. Especificamente

nos quadrinhos, vimos como houve um tempo de dubiedades e silêncio, em que o melhor que se podia fazer era trabalhar com essa dubiedade contra o objetivo visado do CCA, explorar os limites de suas barreiras, mas nem todas as representações, nesse sentido, foram bem-aceitas, *vide* no caso da personagem Extraño.

Havendo hoje uma liberdade antes impossível, se pensarmos nessa representação abertamente bissexual de Constantine, flertando com outro homem em um bar, e mesmo em um Superman ou um Robin LGBTQI+ (cf. Paiva, 2022, 2023). O Robin que em outros momentos foi o símbolo desse pânico moral, se assim pudermos usar o termo genericamente, agora *saiu do armário*.

Como vimos discutido no *case* da Arlequina, talvez a qualidade dessa edição especial pudesse ter sido maior, ver mais detalhes também em Paiva (2023), mas há pontos positivos. Como questionamos, há possivelmente ainda barreiras para certas representações de gênero, porém, enquanto essa abertura de *marketing* estiver funcionando, podemos esperar mais representações de entes LGBTQI+ nos quadrinhos, e mesmo em outras mídias. Finalizamos apenas lembrando como esse debate ainda está em fase muito inicial, logo muitas questões ficam em aberto, para futuras pesquisas.

Referências

ALEXANDRIAN, S. **História da literatura erótica**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ANDREWS, John. *Et al.* **O livro da história LGBTQIAPN+**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2024.

AYALA, V. *Et al.* **DC Pride (2021) # 1(English Edition)**. Nova Iorque: DC Comics, 2021.

ASSIS, C. H. C. **Desbravando os infernos de John Constantine na revista Hellblazer (1988-1991)**. 2016. 181 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2016.

BIMBI, B. **O fim do armário: lésbicas, gays, bissexuais e trans no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

BOURDIEU, P. **A distinção: Crítica Social do Julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

CARPEAUX, O. M. **História da Literatura Ocidental vol 1**. São Paulo: Leya, 2012.

CRUZ, D. P. **A outra ponte do arco-íris: discursos e representações LGBTT nas histórias em quadrinhos de super-heróis norte-americanas**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2017.

FAWAZ, Ramzi & SCOTT, D. Introduction: Queer about Comics. **American Literature**. v. 90, p. 197–219. doi: <https://doi.org/10.1215/00029831-4564274>, 2018.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. São Paulo: Edições Graal, 2010.

LENDRUM, Rob. Queering super-manhood: the gay superhero in contemporary mainstream comic books. **Journal for Arts, Sciences and Technology**, v. 2, n.2, 2004.

MILLER, F. **Batman**: Cavaleiro das trevas. Edição definitiva. São Paulo: Panini books, 2011.

GAIMAN, N. **The sandman**: a game of you. Nova Iorque: Vertigo, 2019.

GREEN, J. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

GREEN, J.; QUINALHA, R. (org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EDUFSCar, 2018.

MOORE, A. **V de vingança**. São Paulo: Panini books, 2005.

MORRISON, G. **Asilo Arkham**: uma séria casa em um sério mundo. São Paulo: Panini books, 2012.

MORAES, L. F. W. **O chame pelo nome: a percepção do público em relação a queerbaiting em séries**. 2018. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/56576/LETICIA%20WUNDERLICH.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. 3. Jan. 2022.

MOTA, M. P. **Saindo do armário**: da experiência homossexual à construção da identidade gay. São Paulo: Fontenele, 2019.

NIEL, M. **Batman e Robin**: a dupla dinâmica e sua ambiguidade. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/264550984_Mesa-redonda_Batman_e_Robin_a_dupla_dinamica_e_suas_ambiguidades. 3. Jan. 2022.

NAKAMURA, S. **Junjou Romantica – vol1**. California: Blue Manga, 2006.

NUNAN, A. **Homossexualidade**: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

PAIVA, M. J. Análise sobre representação LGBTI+ em um quadrinho de super-heróis: Superman: Son of Kal-El. **9ª Arte**, São Paulo, v.10, 2022.

_____. John Constantine and the homoaffective question: an analysis of LGBTI+ representations in superhero comics and animations. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 10, DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v10i00.14543>, 2021.

_____. Sobre Superman em *Super Pride*: conservadorismo e estética *kitsch* como elementos da representação LGBTI+ em quadrinhos americanos contemporâneos. **Aurora**, v. 16, n. 47, p. 152-170, 2023.

SHYMINSKY, N. “Gay” Sidekicks: queer anxiety and the narrative straightening of the Superhero. **Men and Masculinities**. v.14, n. 3, 2011.

TAYLOR, T. **Superman: Son of Kal-El (2021-) #5 (English Edition)**. Nova Iorque: DC Comics, 2021.

TANKO. Yaoi x BL. **Blyme**. 2009 Disponível em: <http://blyme-yaoi.com/main/2009/11/10/palavra-do-dia-yaoi-x-bl/>. Acesso em: 28 dez. 2019.

_____. Riba (reversible) e Seke. **Blyme**. 2018. Disponível em: <http://blyme-yaoi.com/2018/2018/11/04/riba-reversible-e-seke/>. Acesso em: 28 dez. 2019.

TEIXEIRA, M. C. **O mangá como tradição e contemporaneidade**: o caso de Mushishi. Dissertação (Dissertação em Letras) – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Minas Gerais, 2017.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à Atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

ŽIŽEK, S. **Acontecimento**: uma viagem filosófica através de um conceito. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

_____. **Lacrimae Rerum**: Ensaios sobre cinema moderno. São Paulo: Boitempo, 2018.

ZSILA, Á. Et al. Loving the love of boys: Motives for consuming yaoi media. **PLoS ONE**. Florença, v. 13 n. 6, p. 1-17, 2018.

07

Despatologizações da homossexualidade e da transexualidade: movimentos sociais e questões identitárias

Depathologization of homosexuality
and transsexuality: social
movements and identity issues

Maria Clara Brito da Gama

Doutora em Sociologia (IESP/UERJ)

Coordenadora da equipe de comunicação do Centro Latino-

Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ)

E-mail: mariaclaragama@yahoo.com.br





Resumo

O artigo reflete sobre as possíveis razões que levaram a despatologização da homossexualidade ser reconhecida mais de duas décadas antes da despatologização da transexualidade. Entre essas hipóteses, estão: o pioneirismo dos movimentos em torno da orientação sexual em relação aos movimentos concernentes à identidade de gênero; conflitos identitários entre identidades que constituem as minorias sexuais, que contribuíram para a exclusão de determinadas identidades na primeira década de atuação desses movimentos, principalmente aquelas constituídas em torno da identidade de gênero; maior rejeição social em relação às identidades de gênero não hegemônicas do que em relação às orientações sexuais não hegemônicas, na medida em que as primeiras são concebidas como mais ameaçadoras ao sistema dicotômico de gênero e à dominação masculina.

Palavras-chave: Identidade de gênero. Orientação sexual. Despatologização da homossexualidade. Despatologização da transexualidade. Contextualizações históricas.

Abstract

The article reflects about the reasons that led to the depathologization of homosexuality being recognized more than two decades before the depathologization of

transsexuality. Among these hypotheses are: the pioneering of movements around sexual orientation in relation to movements concerning gender identity; identity conflicts between identities that constitute sexual minorities, which contributed to the exclusion of certain identities in the first decade of these movements' activity, mainly those constituted around gender identity; greater social rejection in relation to non-hegemonic gender identities than in relation to non-hegemonic sexual orientations, as the former are conceived as more threatening to the dichotomous gender system and male domination.

Keywords: Gender identity. Sexual orientation. Depathologization of homosexuality. Depathologization of transsexuality. Historical contextualizations.

Introdução

Com o desenvolvimento da modernidade se desenvolveu também o dispositivo da sexualidade. Segundo o autor Michel Foucault (1980), a partir do século XVII, diversas instituições passaram a refletir sobre o sexo e produzir discursos em torno desta temática. Tais discursos, proferidos por instituições religiosas, médicas, pedagógicas, legais, entre outras, foram constituindo redes de saberes e poderes que passaram a incidir sobre indivíduos e coletividades,

moldando comportamentos, constringendo ações, incitando emoções, criando, com o decorrer do tempo, conjuntos de normatividades. Tais normatividades foram classificando algumas práticas como corretas e sadias, e outras como incorretas, imorais e patológicas. Segundo Foucault (1980), a família nuclear burguesa, monogâmica e patriarcal se tornou o modelo ideal de sexualidade.

Contudo, o desenvolvimento da modernidade também trouxe, pelo menos em termos de imaginários coletivos, a promessa de um mundo mais livre, igualitário, no qual todos possuem direitos. Esta ideia está sintetizada no lema da revolução francesa. Nestes contextos de transformações sociais, nos quais as tradições vão cedendo lugar à modernidade, os indivíduos tendem a se individualizarem cada vez mais, passando a desempenharem atividades produtivas que não necessariamente estão vinculadas às atividades profissionais dos seus pais. Os indivíduos passam a se diferenciarem não apenas através de suas famílias, mas a partir de escolhas pessoais e engajamentos em grupos diversos (Domingues, 2009). Assim, à medida que os valores da modernidade se difundiram, movimentos sociais de grupos desprovidos de direitos emergiram e passaram a lutar por estes.

No caso dos movimentos homossexuais, travestis e transexuais, a despatologização da homossexualidade e da transexualidade estiveram entre as principais bandeiras

de luta. Entretanto, enquanto a despatologização da homossexualidade foi reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina em 1985, pela Organização Mundial de Saúde em 1990 e pelo Conselho Federal de Psicologia em 1999 (Gama, 2019), a despatologização da transexualidade só foi reconhecida pela Organização Mundial de Saúde em 2019 (Organização Mundial de Saúde, CID -11, 2019).

Assim, este artigo visa refletir sobre as razões que levaram a despatologização da homossexualidade a ser reconhecida mais de duas décadas antes da despatologização da transexualidade. Mais do que apresentar respostas fechadas e completas para esta questão, o artigo visa levantar hipótese e questões para reflexões.

Uma das hipóteses é que o fato do movimento homossexual ter se desenvolvido antes do movimento de travestis e de pessoas trans foi responsável pela precedência das lutas em torno da orientação sexual em relação às lutas em torno da identidade de gênero. Isto porque movimentos homossexuais realizaram diversas ações pressionando as autoridades médicas visando estas despatologizações antes das mobilizações dos movimentos trans neste sentido.

A segunda hipótese, relacionada à primeira, é que conflitos identitários entre homossexuais e travestis dificultaram a entrada destas últimas no Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). O fato destas não terem ingressado no

MHB acabou atrasando a articulação em torno da despatologização da transexualidade (Carvalho; Carrara, 2013).

A terceira hipótese é que, assim como há maior rejeição em relação aos homossexuais efeminados do que em relação aos homossexuais discretos (Fry; MacRae, 1985), há maior rejeição social em relação às identidades de gênero não hegemônicas do que em relação às orientações sexuais não hegemônicas (Carvalho; Carrara, 2013). Essas hipóteses serão desenvolvidas ao longo do artigo.

O estudo apresentado nesse artigo foi baseado em pesquisas bibliográficas sobre o tema tratado. Foram levantados alguns trabalhos reconhecidos como referências na temática pesquisada, principalmente nas áreas da antropologia, sociologia, história e saúde coletiva. As referências bibliográficas contidas nessas reconhecidas pesquisas foram nos conduzindo a novos estudos. Além disso, seguimos as sugestões, às quais agradecemos, das/os pareceristas anônimas/os da Revista Bagoas, e incorporamos a literatura recomendada por elas/eles. Também pesquisamos sites de órgãos de saúde nacionais e internacionais, assim como as resoluções concernentes às classificações de doenças citadas na pesquisa.

Além dessa introdução, o artigo foi organizado do seguinte modo: na seção inicial são apresentados alguns dos aportes teóricos e conceitos que nortearam a pesquisa.

Entre os autores estão Foucault (1980), Butler (1999), Welzer-Lang (2001), entre outros. Entre os conceitos fundamentais, encontram-se “orientação sexual”, “identidade de gênero”, “homofobia”, “lgbtqiapn+fobia” e “minorias sexuais”.

Após apresentar as definições desses conceitos, segue-se uma seção voltada a reconstituições históricas, questões identitárias e processos de despatologização. Essa seção apresenta subseções, sendo a primeira, dedicada à contextualização do surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro, considerando as identidades que o constituem, bem como as relações entre essas. Em seguida, há a reconstituição do processo de despatologização da homossexualidade, com a apresentação de marcos internacionais e nacionais. A outra subseção contextualiza o desenvolvimento dos movimentos de travestis e transexuais no Brasil, Logo depois, passa-se à reconstituição do processo de despatologização da transexualidade, considerando também marcos internacionais e nacionais.

A seção subsequente apresenta hipóteses e reflexões sobre as razões pelas quais a homossexualidade foi despatologizada mais de duas décadas antes da despatologização da transexualidade. As conclusões apresentam algumas sínteses das reflexões e descobertas dessa pesquisa. Entre essas, destacamos o pioneirismo dos movimentos homossexuais em relação aos movimentos transexuais; tensões identitárias

entre determinadas identidades que compõem as minorias sexuais, fator que contribuiu para a suas exclusões desses movimentos durante anos; maior rejeição social em relação a identidades de gênero não hegemônicas do que em relação a orientações sexuais não hegemônicas, pois aquelas são vistas como mais ameaçadores para o sistema dicotômico de gênero e para a dominação masculina do que essas.

1. Aportes teóricos e conceitos fundamentais

Um dos principais autores que estudou a emergência da sexualidade moderna foi Michel Foucault (1980). O autor analisou transformações a partir do século XVII que engendraram o dispositivo da sexualidade.

Inspirada por Foucault, Judith Butler, no livro *Problema de gênero* (1999), argumentou que as categorias sexo e gênero são socialmente construídas a partir de um padrão centrado no falocentrismo e na heterossexualidade obrigatória. Butler destaca que o sexo tem sido concebido socialmente como algo inato ao indivíduo, enquanto o gênero como algo adquirido culturalmente, a partir da internalização de papéis. Butler critica a ideia de que o sexo seria inato, natural, enquanto o gênero seria construído, afirmando que ambos são construídos.

Segundo Butler (1999), o dispositivo da sexualidade moderna se baseia no binarismo de gênero, que concebe

a existência de dois gêneros, o masculino e o feminino. O binarismo de gênero sustentaria implicitamente a ideia de uma correspondência entre sexo e gênero, na qual o segundo refletiria necessariamente o primeiro. O desejo completaria a tríade: para cada sexo, há um gênero correspondente, acompanhado pelo respectivo desejo, naturalmente heterossexual. Assim, os indivíduos que não apresentam correspondência entre seu sexo biológico, o gênero e o desejo heterossexual, passam ser considerados desviantes.

Daniel Welzer-Lang (2001) também questionou as concepções naturalistas e essencialistas relacionadas ao gênero e ao heterossexismo. Ele afirmou que as relações de gênero se baseiam em um duplo paradigma. Por um lado, há uma rígida fronteira entre os gêneros masculino e feminino, que hierarquiza a ambos, colocando o primeiro como superior ao segundo. Por outro, há uma visão de mundo segundo a qual a sexualidade considerada natural e normal é a heterossexualidade, enquanto as demais sexualidades são consideradas anormais.

Welzer-Lang afirma que a classificação dos indivíduos a partir do gênero é mantida de formas violentas e perpetua a dominação masculina. Estas violências incidem sobre mulheres e homens, sendo constitutiva do processo de socialização destes. As mulheres seguem diversas regras de recato e submissão. Os homens, por suas vezes, são pressionados a

terem performances viris e a se afastarem de características associadas à feminilidade, sob o risco de se assemelharem às mulheres e receberem os mesmos tratamentos que essas. Segundo Welzer-Lang (2001), homens pouco viris podem ser associados às mulheres ou aos homossexuais.

No que concerne aos conceitos empregados nesta pesquisa, entendemos o heterossexismo segundo Welzer-Lang (2001), que o define como a defesa incessante, por parte de instituições e de indivíduos, da superioridade da heterossexualidade em relação à homossexualidade.

A homofobia, por sua vez, diz respeito à rejeição aos homossexuais, além da discriminação de pessoas que exibam características atribuídas ao outro gênero que não o seu (Idem, 2001). O conceito de homofobia passou a ser empregado no Brasil pela mídia e movimentos LGBTQIAPN+ a partir dos anos 1990 (Silva Júnior, 2013). Com o fortalecimento dos movimentos LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários e demais orientações sexuais e identidades de gênero não hegemônicas) surgiram demandas para combater especificamente a lesbifobia (concernente às discriminações em relação às mulheres lésbicas), a bifobia (referente às discriminações das pessoas bissexuais e pansexuais) e a transfobia (relacionada às discriminações das pessoas trans e intersexo) (Facchini,

2018). Assim, os movimentos LGBTQIAPN+ chegaram ao emprego do termo *lgbtqiapn+fobia*, que abrange as discriminações contra todas as identidades que constituem estes movimentos.

Os conceitos orientação sexual e identidade de gênero são concebidos nesta pesquisa de acordo com as definições dos Princípios de Yogyakarta, legislação internacional concernente aos direitos humanos desde 2006. A orientação sexual se refere às atrações sexuais e emocionais sentidas por indivíduos em relação a outro/s indivíduos. A homossexualidade implica na atração de um indivíduo por outro(s) do mesmo gênero; heterossexualidade, à atração de um indivíduo por outro(s) de gênero diferente; bissexualidade e pansexualidade podem ser definidas como a atração individual por indivíduos de mais de um gênero (Princípios de Yogyakarta, 2007).

Já a identidade de gênero não concerne à atração sexual e amorosa, mas a sentimentos subjetivos dos indivíduos sobre si mesmos, que implicam nas autoidentificações em relação aos respectivos gêneros. Indivíduos que se identificam com o gênero que lhes foram atribuídos socialmente, são cisgênero. Caso não se identifiquem, são transexuais (Idem, 2007).

Constituem as “minorias sexuais” diferentes indivíduos cujas orientações sexuais e identidades de gênero se situam fora dos padrões heterossexuais e cissexuais (Silva Júnior, 2013).

2. Contextualizações históricas, questões identitárias e processos de despatologizações

2.1. O surgimento do movimento homossexual brasileiro

A partir da década de 1950 passaram a se desenvolver nas grandes cidades brasileiras espaços de sociabilidade homoerótica. Embora essa movimentação em torno da sociabilização homossexual não possuísse caráter político, tratou-se de um período de troca de informações e apoio entre pessoas que sofriam preconceitos em relação às suas orientações sexuais, identidades e performances de gênero (Simões; Facchini, 2009; Gomes, 2016). Além disto, tais espaços representavam redutos de resistência das minorias sexuais, onde os frequentadores se sentiam livres para ser o que quisessem; liberdade que não encontravam em outros lugares (Soliva, 2018, p. 125).

A partir de meados da década de 1970, com o retorno de intelectuais e artistas do exílio, no contexto da reabertura política, passaram a surgir grupos com propostas de discussões e de atuações políticas no que se refere à homossexualidade. Em 1978, dois acontecimentos são reconhecidos por pesquisadores e militantes como marcos do início do movimento político em torno da homossexualidade no Brasil. Este movimento ficou conhecido na época como

Movimento Homossexual Brasileiro. Estes acontecimentos foram o lançamento do jornal “O Lâmpião” e o surgimento do grupo “Somos” (Simões; Fachinni, 2009; Trevisan, 2011).

O grupo “Somos” foi formado em São Paulo, após um debate ocorrido na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). Inicialmente composto por homens gays, passou rapidamente a ser integrado também por mulheres lésbicas (Trevisan, 2011). O jornal “O Lâmpião”, por sua vez, foi editado por intelectuais e artistas no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. O jornal tratava principalmente de questões referentes à homossexualidade, mas abordava também temas polêmicos como a descriminalização das drogas, a prostituição, o racismo, entre outros (Trevisan, 2011).

O grupo “Somos” inspirou outros grupos de militância homossexual, como por exemplo, o Gathó, grupo militante gay formado em Recife, em 1980. O Gathó foi criado visando criar estratégias para reagir à violência sofrida pelos homossexuais em Recife e à cobertura midiática, que culpabilizava as vítimas. O grupo desenvolveu laços com movimentos negros, feministas e partidos de esquerda, além de ter se engajado em importantes frentes da luta homossexual. O Gathó apoiou a reivindicação do Movimento Homossexual Brasileiro perante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), entre 1987 e 1988, que visava incluir no texto da nova Constituição Federal a proibição de

discriminar pessoas em razão da orientação sexual. Essa reivindicação foi sustentada também, principalmente, por mais dois outros grupos, o Triângulo Rosa, radicado no Rio de Janeiro, e o Grupo Gay da Bahia, localizado em Salvador. O Gathó também participou dos debates em torno da construção da Lei Orgânica do Município de Olinda, conseguindo aprovar a inclusão da proibição de discriminação devido à orientação sexual no município, em 1990 (Medrado et al, 2022).

Outro grupo que teve e ainda possui enorme proeminência é o Grupo Gay da Bahia (GGB). Este grupo não foi o primeiro a se formar, mas se tornou o mais antigo em funcionamento, com uma atuação ininterrupta. Foi o primeiro grupo que assumiu o formato de Organização não governamental (ONG). Conforme destacado acima, o GGB participou junto ao Triângulo Rosa, ao Gathó e a outros grupos militantes da campanha às vésperas da ANC para incluir na Constituição Federal de 1988 a proibição de discriminação devido à orientação sexual. Enquanto se preparavam para a campanha, os grupos militantes consultaram antropólogos em diferentes universidades brasileiras a respeito do termo “orientação sexual”. Os especialistas consultados validaram a pertinência da expressão e manifestaram apoio à luta dos militantes. A Associação

Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) também apoiou essa reivindicação.

Liderado pelo antropólogo Luis Mott, o GGB encampou uma luta vitoriosa pela despatologização da homossexualidade no Brasil, em 1985, perante o Conselho Federal de Medicina, conforme veremos na seção sobre a despatologização da homossexualidade. Além disso, o GGB trabalhou na prevenção do HIV/aids junto às minorias sexuais. Atuou divulgando informações sobre a homo e a transexualidade, visando combater preconceitos. Ademais, mantém ativo em seu site o “Observatório da violência” (Grupo Gay da Bahia, s/d) que mapeia dados sobre violências lgbtqiapn+fóbicas (Mott, 2018).

O Grupo Dialogay, em Aracaju, foi fundado em 1981 sob a influência do *Lampião da Esquina* e do Grupo Gay da Bahia. Primeiramente, seu fundador, Wellington Andrade, conheceu o jornal o *Lampião da Esquina*, e se tornou representante desse em Aracaju. A partir desse fato, Luiz Mott, do Grupo Gay da Bahia, ficou sabendo que Andrade estava divulgando esse importante jornal gay e o procurou para sugerir que ele montasse um grupo de militância homossexual na capital de Sergipe, nos moldes do grupo que Mott fundou em Salvador. E assim, surgiu o Dialogay. Embora tenha tido uma atuação breve, compreendida entre 1981 e 1983, o grupo ofertou palestras sobre questões relacionadas à

homossexualidade e contribuiu com dados sobre a violência contra homossexuais no estado de Sergipe, para o banco de dados montado pelo Grupo Gay da Bahia (Cardoso, 2021).

Logo na primeira fase do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) ocorreram encontros nacionais que reuniram esses e outros grupos militantes, contribuindo para o fortalecimento do movimento. Conforme destacado anteriormente, as primeiras reivindicações do MHB foram desenvolvidas nestes encontros, e consistiram na despatologização da homossexualidade, a partir da sua retirada de manuais de classificação de doença mental, elaborados por órgãos de saúde nacionais e internacionais e a inclusão no texto constitucional de 1988 da proibição de discriminar pessoas em decorrência da orientação sexual destas (Fachinni, 2005).

Neste período, tensões entre identidades que constituíam o então Movimento Homossexual Brasileiro levaram a rupturas e rearranjos entre grupos militantes (Trevisan, 2011). Entre estas, destacam-se as tensões entre lésbicas e gays. No grupo “Somos”, por exemplo, as lésbicas se incomodavam com comportamentos machistas por parte dos gays. Por esta razão, acabaram por formar um grupo independente, o GALF, Grupo de Ação Lésbica Feminista (Fernandes, 2018).

Ainda sobre as questões identitárias, no início do Movimento Homossexual Brasileiro, os bissexuais eram vistos com desconfiança pelos gays e lésbicas. Eles eram acusados de serem indecisos e de enfraquecerem o movimento homossexual por não se posicionarem (Trevisan, 2011). A letra B, de bissexuais, só foi incluída nos movimentos das minorias sexuais em 2005 (Simões; Facchini, 2009).

Neste período as travestis também foram excluídas. Os gays e lésbicas militantes tinham alto grau de escolaridade e pertenciam às camadas médias e altas. As travestis, de modo geral, eram marginalizadas, sendo também menos escolarizadas. Além disto, estas tinham posturas mais contestatórias, o que reforçava o afastamento por parte dos gays, que buscavam maior credibilidade social (Carvalho; Carrara, 2013). Quando o Movimento Homossexual Brasileiro participou da Assembleia Nacional Constituinte, o seu representante, João Antônio Mascarenhas, fez questão de estabelecer distinções entre os gays, aos quais representava, e as travestis (Câmara, 2002; Gama, 2022).

No contexto da Constituinte, a travestilidade era concebida como orientação sexual, e não como identidade de gênero. As travestis eram vistas como se fossem homens gays espalhafatosos. Atualmente, a travestilidade e a transexualidade são concebidas como identidades de gênero, devido às contribuições dos estudos *queer*, que a partir da

década de 1990 começaram a serem difundidos no Brasil (Colling, 2018).

As travestis só foram formalmente incluídas na sigla dos movimentos das minorias sexuais em 1995 (Simões; Facchini, 2009). Neste período, as pessoas transexuais seguiam invisibilizadas, conforme veremos ao contextualizarmos os movimentos transexuais brasileiros.

2.2. A despatologização da homossexualidade

Conforme destacado, Foucault (1980) relacionou a proliferação de discursos sobre o sexo ao desenvolvimento do dispositivo da sexualidade moderna. Esta última é constituída por redes de saberes e poderes que normatizam e normalizam a sexualidade. Neste contexto, a heterossexualidade foi considerada exemplo de sexualidade sadia, enquanto as demais sexualidades foram classificadas como desviantes. Neste período surgiu o conceito de “homossexual”, que passou a classificar as pessoas a partir de seus desejos e práticas sexuais. Este conceito era amplo, sendo capaz de explicar traços da personalidade daquele classificado enquanto tal. “Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade” (Foucault, 1980, p. 43). Sua sexualidade passou a explicar sua subjetividade, suas condutas e até mesmo sua morfologia. Sua orientação sexual passou a revelar a verdadeira essência do seu ser.

Se antes da era moderna a sodomia era punida pela igreja católica (Trevisan, 2011), com o advento da modernidade surgiu o “homossexual” e o discurso científico se apoderou deste último, analisando-o, classificando-o e patologizando-o (Foucault, 1980).

Foi em 1948, contudo, que a Organização Mundial de Saúde incluiu a homossexualidade, sob o termo “homossexualismo”, na 6ª Revisão da Classificação Internacional das Doenças (CID). O termo foi incluído na categoria 320, intitulada “personalidade patológica”. Em 1965, na 8ª Revisão da Classificação Internacional de doenças, o termo permaneceu, desta vez, em outra categoria, a 302, “desvio e transtornos sexuais” (Carneiro, 2015). A 9ª Revisão da CID manteve esta classificação. Entretanto, a mesma passou a ser fortemente criticada por profissionais da medicina, psiquiatria e psicologia, além de ser rejeitada por militantes dos movimentos homossexuais (Ídem, 2015).

Conforme destacado anteriormente, desde que o Movimento Homossexual Brasileiro surgiu, no final dos anos 1970, os grupos militantes tiveram entre suas bandeiras a luta pela despatologização da homossexualidade. No primeiro encontro de grupos de militância homossexual, em 1979, a prioridade da luta contra a despatologização da homossexualidade foi estabelecida. No ano seguinte, reforçada em dois eventos: no 1º Encontro de

Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) e no 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais.

Nestas reuniões, os militantes homossexuais decidiram reivindicar a exclusão do código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças (CID), adotado pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). E a estratégia consistia em criar, juntamente à profissionais da área da saúde, grupos de estudos sobre a despatologização da homossexualidade. Estes grupos debateriam o tema e conquistariam adesões à causa. Os militantes combinaram que pressionariam órgãos de saúde, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), o Conselho Federal de Medicina e o Conselho Federal de Psicologia, para que estes reconhecessem que a homossexualidade não é uma doença, mas constituidora da diversidade sexual humana (Câmara, 2002).

O grupo “Somos” teve destaque no início destas articulações, mas não deu continuidade ao trabalho, pois encerrou suas atividades em 1982. O Grupo Gay da Bahia (GGB), em contrapartida, liderou a luta, organizando manifestações nos encontros da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O GGB conseguiu o apoio do então ministro da Previdência Social, dr. Jair Soares. Além disto, organizou um abaixo-assinado com mais de 16 mil assinaturas,

que contou com a assinatura de renomados antropólogos, professores de reconhecidas universidades públicas brasileiras. O abaixo-assinado conquistou a adesão da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), entre outras instituições (Ídem, 2002).

Em fevereiro de 1985 o Conselho Federal de Medicina atendeu à reivindicação do Movimento Homossexual Brasileiro e retirou o “homossexualismo” do código 302.0. O CFM reconheceu antes da Organização Mundial de Saúde, que só o fez em 1990. Finalmente, o Conselho Federal de Psicologia, através da resolução 1/1999, proibiu profissionais da área de oferecerem cura ou tratamento para a homossexualidade, considerando que a mesma não é uma doença, mas constituidora da diversidade sexual humana (Gama, 2019).

2.3. O desenvolvimento dos movimentos brasileiros de travestis e transexuais

Ao longo da década de 1960, o termo travesti possuía uma conotação diferente da que lhe é conferida atualmente, significando um estado temporário. As expressões em uso na época eram “estar em travesti”, ou “estar travestido” (Carvalho; Carrara, 2013, p.322). Tal condição ocorria quando homens gays efeminados se vestiam de mulheres

em carnavais e concursos. Aos poucos, o termo passou a se referir a uma categoria identitária.

Em termos políticos, o movimento das travestis não se organizou concomitantemente ao Movimento Homossexual Brasileiro, mas apenas a partir da década de 1990. Tal organização se deu de dois modos: de forma autônoma, em resposta à violência policial que estas sofriam nos locais de prostituição e por intermédio de Organizações Não Governamentais que combatiam o HIV/aids, que se alastrava entre as travestis (Idem, 2013).

Em 1992 foi criada a primeira associação brasileira de travestis, a Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL), cujas primeiras ações visaram impedir prisões arbitrárias das travestis no Rio de Janeiro, durante os seus horários de trabalho (Idem, 2013). Em 1993 ocorreu no Rio de Janeiro o 1º Encontro Nacional de Travestis, o ENTLAIDS, que contou com a participação de noventa e cinco participantes, de cinco estados. A partir deste encontro novos grupos militantes foram formados, como a Associação de Travestis de Salvador, em 1995, a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (UNIDAS), em Aracajú, em 1999, entre outras. Entre esses grupos, alguns adotaram formatos de Organizações Não Governamentais (ONGs). Parcerias foram desenvolvidas entre o Ministério da Saúde e grupos militantes, visando o combate ao HIV/ aids e às demais

doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Aos poucos foi sendo constituída uma rede de grupos travestis, a RENATA (Idem, 2013).

A partir dos anos 2000, mulheres trans passaram a se articular politicamente, se associando aos movimentos de travestis. Surgiram entidades nacionais que englobavam essas duas identidades, como a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA) (Jesus, 2018).

Entretanto, apesar das associações entre travestis e mulheres trans, tensões identitárias ocorreram e ocorrem entre estas identidades. Como exemplo, podemos citar as tensões que surgiram entre mulheres trans de outros países e travestis brasileiras durante o VENTLAIDS, ocorrido em São Paulo, em 1997. Mulheres trans estrangeiras tentaram convencer as militantes travestis brasileiras a substituírem a categoria “travesti” por “transexual”, que englobaria as identidades travestis e trans. Elas alegaram que um termo único facilitaria o processo de captação de recursos. Entretanto, tal sugestão não foi bem recebida entre as travestis que se identificavam enquanto tais e queriam manter suas identidades. Posteriormente, foi sugerido o termo “transgênero”, que não foi bem aceito nem por travestis, nem por mulheres trans brasileiras. Prevaleceram os termos “travesti”, “transexual”, “trans” ou “pessoa trans” (Carvalho; Carrara, 2013).

Além das tensões entre travestis e mulheres trans, existem tensões internas aos movimentos de mulheres trans. É recorrente a queixa por parte de mulheres trans militantes de que companheiras de luta abandonam a militância após as realizações das cirurgias de redesignação de gênero, migrando para os movimentos feministas (Idem, 2013).

Os homens trans ingressaram mais tardiamente nos movimentos de pessoas trans do que as travestis e mulheres trans (Peixe; Morelli, 2018). Xande Peixe foi um dos primeiros homens trans a lutar pela inclusão dos homens trans no movimento LGBTQIAPN+. Entretanto, foi somente em 2011, no 18º ENTLAIDS, que essa reivindicação foi formalmente aceita (Idem, 2018).

O primeiro encontro nacional que reuniu mulheres e homens trans aconteceu em 2012, em Belo Horizonte. Neste encontro, alguns dos homens trans presentes se sentiram discriminados pelas mulheres trans, que não os reconheceram enquanto homens alegando que estes não possuíam pênis. Uma queixa recorrente dos homens trans é que estes são acusados de quererem gozar dos privilégios da masculinidade, ao mesmo tempo em que não são reconhecidos enquanto homens (Nery, 2018).

Em 2012 foi fundada a primeira organização dos homens trans, a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT). Entre as principais demandas da ABHT estavam

a despatologização da transexualidade, o uso do nome social e a aprovação de leis anti-discriminatórias. Em 2013, foi criado o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), visando realizar pesquisas, promover discussões e incentivar a militância dos homens trans (Idem, 2018)

2.4. A despatologização da transexualidade

Ao longo da História, nem sempre a transexualidade foi patologizada. Diferentes culturas lidaram e lidam com a transexualidade de diferentes modos (Jesus, 2018). Entretanto, com o advento da era moderna, conforme destacado por Foucault (1980), os discursos científicos sobre sexo foram construindo os comportamentos definidos como normais e como anormais. Tal qual ocorreu em relação à homossexualidade, a transexualidade também se transformou em um objeto de conhecimento a ser pesquisado, analisado, descrito. Lentamente, assim como ocorreu com a homossexualidade, a transexualidade foi se deslocando do campo da moralidade para a área médica (Maia; Pires, 2018).

Os primeiros estudos sobre a transexualidade surgiram na área da Psiquiatria. O termo transexualismo foi empregado pela primeira vez em 1910 pelo sexólogo alemão Magnus Hirschfeld. A primeira cirurgia de redesignação sexual foi realizada por um aluno de Hirschfeld, Felix Abraham, em 1921. Entretanto, esta cirurgia não foi

publicizada, fato que só ocorreu trinta e um anos depois, com uma cirurgia realizada na Dinamarca (Idem, 2018).

Alguns autores exerceram grande influência nas concepções sobre a transexualidade. O endocrinologista Harry Benjamin reforçou as diferenciações entre homossexuais e transexuais, além de formular alguns critérios para classificar determinado indivíduo como transexual, assim como diretrizes para tratamentos e assistências às pessoas trans (Idem, 2018).

O psiquiatra John Money desenvolveu diferenciações teóricas entre o sexo biológico e o gênero, este último entendido a partir dos papéis socialmente construídos em relação a homens e mulheres. Money destacou que nem sempre as pessoas nascidas com determinado sexo biológico se identificam com o gênero socialmente esperado. Money desenvolveu a ideia de que na transexualidade há uma incoerência entre sexo biológico e gênero (Arán; Murta; Lionço, 2009).

O psiquiatra Robert Stoller desenvolveu uma influente definição de “transexualismo”, baseada em três aspectos: sentimento de pertencimento ao gênero que não corresponde ao seu sexo biológico; estranhamento em relação aos órgãos genitais; identificação com o progenitor do gênero com o qual o indivíduo se identifica. Uma importante contribuição de Stoller foi afastar qualquer suspeita de que

a transexualidade poderia ser compreendida como uma espécie de psicose. Stoller ressaltou que a transexualidade não afeta a capacidade de integração social das pessoas (Idem, 2009).

Em 1980 o termo “transexualismo” foi incluído pela Associação de Psiquiatria Americana no “Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais” (DSM III), na época em que o termo “homossexualismo” foi excluído do mesmo. Em 1994, na edição seguinte do manual, o termo “transexualismo” foi substituído por “Transtorno de Identidade de Gênero” (Idem, 2009).

Em 1994, a Organização Mundial de Saúde incluiu o termo “transtorno da identidade sexual” na Classificação Internacional de Doenças (CID-10). A partir disto, o processo transexualizador ficou vinculado ao diagnóstico psiquiátrico de transtorno de identidade de gênero ou sexual. Tal medida foi considerada por militantes trans como o endossamento de padrões heterossexistas e cissexistas, além da negação da pluralidade das vivências de gênero (Petry; Meier, 2011).

Após muitas mobilizações de redes de ativistas trans, a CID-11 apresentou importantes modificações (Maia; Pires, 2018). A transexualidade foi incluída no capítulo “Condições relacionadas à saúde sexual”, sob o termo “Incongruência de Gênero” (Organização Mundial de Saúde, CID -11, 2019). Esta

expressão foi escolhida como categoria descritiva de uma condição de sofrimento experimentado por pessoas não cisgêneras e pretendeu afastar conotações patologizantes. Contudo, a mesma ainda recebe críticas de militantes trans que afirmam que a expressão possui conotação negativa.

Ainda que a expressão não seja considerada plenamente adequada por parte de pessoas trans, os avanços em termos da despatologização da transexualidade foram inegáveis e tiveram caráter político. As modificações das nomeações dos termos nos manuais de diagnósticos e classificações de doenças refletem transformações de concepções a respeito da transexualidade. Tais mudanças foram suscitadas pelas redes de militantes transexuais que questionaram os discursos médicos patologizantes. Tratou-se e ainda se trata de uma luta contra estigmatizações das pessoas trans (Maia; Pires, 2018).

No que concerne às políticas públicas voltas às pessoas trans, no Brasil podemos destacar o Processo Transexualizador, do Sistema Único de Saúde (SUS), iniciado em 2008 e ampliado em 2013. Esse processo visa viabilizar o acesso a tratamentos corporais de adequação à identidade de gênero às pessoas trans e deve ser pautado no respeito à dignidade dessas pessoas, o que inclui o reconhecimento de seus nomes sociais (Neves, 2019).

Contudo, o processo de implementação dessa política pública no Brasil é marcado por desigualdades regionais. Para que um hospital público possa oferecer o Processo Transexualizador é preciso que o mesmo seja habilitado pelo Ministério da Saúde, nos termos previstos pela Portaria 2803/2013. Há duas possibilidades de habilitação: a ambulatorial, que oferece hormonioterapia e acompanhamentos pré e pós-operatórios, e a hospitalar, que, oferece cirurgias de transgenitalização, além de acompanhamentos pré e pós-operatórios (Rocon et al, 2019). Segundo o Ministério da Saúde (s/d), na modalidade exclusivamente ambulatorial, atualmente, neste ano de 2024, há dois hospitais habilitados no sul, nove no sudeste, cinco no centro-oeste, seis no nordeste e nenhum no norte. Na modalidade hospitalar, há dois hospitais habilitados no sul, três no sudeste, dois no centro-oeste, um no nordeste e um no norte (Ministério da Saúde, s/d).

No norte, o primeiro ambulatório trans foi criado apenas em 2016, em Belém do Pará, após quase uma década do Processo Transexualizador ter se tornado uma política do SUS. No estado do Amazonas, as políticas voltadas às pessoas trans ainda estão menos desenvolvidas, incluindo apenas práticas profiláticas contra doenças sexualmente transmissíveis e orientações sobre hormonioterapia. Mesmo assim, em Manaus, tais políticas só foram impulsionadas

devido às persistentes lutas dos movimentos de pessoas trans, que se articularam a instituições como a Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas (SUSAM), a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC) e a Universidade do Estado do Amazonas (Neves; Sívori, 2024).

Além das desigualdades regionais em relação ao acesso aos hospitais habilitados a realizarem o processo transexualizador, há outras barreiras que atrapalham as pessoas trans a buscarem esses serviços de saúde. Experiências negativas das pessoas trans na utilização desses e de outros serviços de saúde, as afastam dos postos de saúde e hospitais. Entre tais experiências negativas, podemos citar o despreparo de profissionais da saúde para lidarem com pessoas trans, muitas vezes não se referindo a essas últimas pelos seus nomes sociais, mas pelos nomes “mortos”, de batismo (Medeiros et al, 2024). Essas experiências negativas geram traumas e acabam levando pessoas trans a buscarem tratamentos de saúde de modo informal, através da rede de amigos e ou de informações encontradas na internet (Idem, 2024; Neves, 2019).

Assim, apesar da importância inegável das mudanças ocorridas na Classificação Internacional de Doenças, ainda há muitas demandas a serem alcançadas por parte das pessoas trans, como o pleno acesso ao sistema de saúde, com tratamento respeitoso e digno, a reparação dos *déficits*

educacionais, a inserção no mercado de trabalho, o fim da estigmatização, o reconhecimento de que existem crianças e adolescentes trans (Jesus, 2018), o direito às transformações corporais sem a necessidade do aval de juntas médicas especializadas (Maia; Pires, 2018).

3. Maior aceitação de orientações sexuais não hegemônicas do que de identidades de gênero não hegemônicas

Ao falarmos sobre a maior aceitação de orientação sexuais não hegemônicas em relação às identidades de gênero não hegemônicas é importante nos reportarmos ao trabalho de Mário Lima Carvalho e Sérgio Carrara (2013). Ambos retomam um aspecto do estudo de Fry e MacRae (1985), no qual esses últimos falam sobre as “bichas” e os “bofes”. Conforme analisado por Fry e MacRae (1985), no universo gay brasileiro dos anos 1960, haveria as “bichas” (homossexuais masculinos efeminados), e os “bofes” (homossexuais masculinos viris). As “bichas” exerceriam o papel passivo no sexo, enquanto os “bofes” exerceriam papel ativo. Essas relações reproduziriam as normas heterossexuais, de modo que as “bichas” corresponderiam às mulheres e exerceriam papéis femininos, enquanto os “bofes” corresponderiam aos homens e exerceriam papéis masculinos. De modo análogo, assim como as mulheres

gozam de menos prestígio do que os homens, as “bichas” também possuiriam menos prestígio que os “bofes”.

Esta questão nos remete aos apontamentos de Welzer-Lang (2001). A classificação binária de gênero hierarquiza homens e mulheres e é mantida a partir de violências que incidem sobre ambos. Os homens são colocados como hierarquicamente superiores às mulheres, mas para manterem a dominação masculina precisam recusar características associadas à feminilidade. Os homens que exibirem características associadas às mulheres ou à feminilidade são rebaixados à categoria das mulheres, passando a receber os mesmos tratamentos sociais que elas. Butler (1999) destaca que, segundo essa classificação binária, as mulheres também são incentivadas a se afastarem de características associadas à masculinidade. Neste contexto, mulheres masculinizadas que desejam outras mulheres são rebaixadas de suas condições enquanto mulheres, tornando-se, de certo modo, menos mulheres, passando a serem vistas quase como se fossem homens, porém, sem o prestígio correspondente à condição masculina.

No final dos anos 1960, a dicotomia entre “bicha” e “bofe” foi substituída pela categoria “entendido”, que se referia indistintamente aos homossexuais, independentemente dos papéis sexuais exercidos. Entretanto, conforme observaram Carvalho e Carrara (2013), a partir do trabalho

de Costa (2010) sobre o jornal *Snob*, que circulava na época da popularização da palavra “entendido”, havia nas páginas do jornal trocas de ofensas entre “bichas” e “entendidos”. As “bichas” chamavam os “entendidos” de enrustidos, enquanto estes últimos acusavam as “bichas” de não contribuírem para a construção de uma imagem digna para os homossexuais. Mas por que as “bichas” atrapalhariam na construção de uma imagem positiva para os homossexuais masculinos? Isto não se deveria às suas orientações sexuais, mas às suas performances de gênero feminilizadas.

Conforme mencionado anteriormente, durante a participação do Movimento Homossexual Brasileiro na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 1987, esta questão surgiu nos debates parlamentares. Em seu pronunciamento como representante do MHB à Constituinte, João Antônio Mascarenhas ressaltou que, naquela ocasião, estava representando os gays, que por seus turnos, eram bem diferentes das travestis (Mascarenhas, 1987, p. 101). Segundo Lima Carvalho e Carrara (2013), tal postura de dissociação entre os gays e as travestis representou uma tentativa de buscar respeitabilidade para o movimento político dos gays na época da ANC. Tratou-se de uma maneira de dissociar estes últimos de posturas contestatórias, mas também um modo de separar os gays da feminilidade. Ademais, a decisão por apresentar à Constituinte uma reivindicação

em torno do termo “orientação sexual” evidenciou a escolha por enfatizar o desejo sexual ao invés de enfatizar a identidade de gênero. Ressalta-se também, é bem verdade, que o conceito identidade de gênero ainda não tinha se tornado tão conhecido no Brasil à época da Constituinte, o que só ocorreu a partir dos anos 1990, com a chegada dos estudos *queer* ao país (Colling, 2018).

Considerações finais

O artigo refletiu sobre as possíveis razões que levaram a despatologização da homossexualidade a ser reconhecida quase trinta anos antes da despatologização da transexualidade. A partir da reconstituição histórica dos movimentos homossexuais, relacionados à orientação sexual, e dos movimentos trans, relacionados à identidade de gênero, vimos que os primeiros foram pioneiros em termos de articulação política visando a despatologização. Esta pode ser uma das razões que levaram ao pioneirismo da despatologização da homossexualidade em relação à despatologização da transexualidade.

A pesquisa de reconstituição histórica exposta neste artigo mostrou que conflitos identitários internos aos movimentos sociais das minorias sexuais podem ter atrasado as articulações políticas entre movimentos homossexuais e transexuais, além de fatores interseccionais. Conforme

apresentado ao longo do artigo, nas décadas de 1970 e 1980, enquanto militantes gays e lésbicas tinham origens majoritariamente nas classes médias, as travestis, em geral, possuíam origens humildes e menores graus de escolaridade. No processo de articulação política de gays e lésbicas na Assembleia Nacional Constituinte, no qual se lutou pela inclusão da proibição de discriminação em relação à orientação sexual no texto constitucional, o representante do Movimento Homossexual Brasileiro enfatizou as diferenças entre os homossexuais e as travestis, na época concebidas como um tipo de homossexual masculino e referidas por pronomes masculinos. Ele agiu dessa forma buscando maior credibilidade para o Movimento Homossexual Brasileiro, o qual representava. Neste contexto, pessoas transexuais, tanto mulheres quanto homens, seguiam invisibilizadas. Assim como pessoas não-binárias.

Além disto, vimos que culturalmente há uma aceitação maior em relação às orientações sexuais não hegemônicas do que em relação às identidades de gênero que fogem aos padrões hegemônicos. Mesmo entre os homossexuais, há uma aceitação maior entre aqueles que apresentam performances de gênero em maior conformidade aos padrões hetero e cissexistas. De modo geral, posturas consideradas mais discretas tendem a sofrerem menos rejeições sociais e lgbtqiapn+fobia. Esse comportamento

foi observado até mesmo internamente aos movimentos das minorias sexuais, que tenderam ao longo dos anos a valorizarem mais os homossexuais masculinos viris do que os homossexuais masculinos efeminados, a aceitarem melhor as mulheres feminilizadas, ainda que lésbicas, do que as mulheres masculinizadas, e assim por diante.

A hipótese levantada para jogar luz a este fenômeno e aumentar sua compreensão se baseou nas reflexões de Butler (1999) e Welzer-Lang (2001), segundo as quais as rejeições a performances de gênero que se afastem de padrões heteronormativos e cisonormativos se devem à força do sistema binarista de gênero. Esse último classifica as pessoas entre homens ou mulheres, superiorizando os primeiros em relação às últimas. Há claras distinções entre os papéis de gênero que sustentam o binarismo de gênero. Os indivíduos que fogem a essas classificações são vistos como ameaçadores à dicotomia de gênero, aos papéis tradicionais de gênero e à dominação masculina. O mesmo não ocorre necessariamente em relação aos indivíduos homossexuais, principalmente em relação àqueles que se mantêm dentro das expectativas dos papéis de gênero concebidos socialmente como lhes sendo correspondentes. Apesar de apresentarem comportamentos disruptivos no que se refere a orientação sexual, o mesmo não ocorre em relação aos papéis de gênero, o que os tornam menos ameaçadores.

Assim, a tardia articulação política dos movimentos relacionados à identidade de gênero em relação aos movimentos vinculados à orientação sexual, bem como uma maior rejeição social de identidades de gênero não hegemônicas do que de orientações sexuais não hegemônicas, contribuíram para a despatologização da homossexualidade ter sido reconhecida mais de duas décadas antes da despatologização da transexualidade.

REFERÊNCIAS

- ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. “Transexualidade e saúde pública no Brasil”. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 14, nº4, p.1141-1149, jul. 2009.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa**. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.
- CARDOSO, Max Santos. **Por uma história do movimento homossexual em Sergipe**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2021. 119 p.
- CARNEIRO, Ailton. **A morte da clínica: movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978 – 1990)** (online). Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866235_ARQUIVO_Artigo-Amortedaclinica.pdf>. Acesso em: 09 set. 2024.
- CARVALHO, Mario Felipe Lima ; CARRARA, Sérgio. “Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil”. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, set. 2013.
- COLLING, Leandro. “Impactos e/ou sintonias dos estudos *queer* no movimento LGBT do Brasil”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio & FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p.515 a 531.
- COSTA, Rogério. **Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960: relatos do jornal O Snob**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens culturais.

Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil, CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.128p.

DOMINGUES, José Maurício. **Interpretando a modernidade:** imaginário e instituições. Rio de Janeiro, FGV, 2002.

FACCHINI, Regina. “Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os quarenta anos do movimento LGBT”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio e FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2018, p. 311 – 330.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERNANDES, Marisa. “Ações lésbicas”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio e FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2018, p. 91 – 120.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

FRY, Peter; MacRae, Edward. **O que é a homossexualidade**. São Paulo: Brasil Cultural: Brasiliense, 1985.

GAMA, Maria Clara. “Cura gay? Debates parlamentares sobre a (des)patologização da homossexualidade”. **Sexualidad, salud y sociedad** – Revista Latinoamericana. Rio de Janeiro, (31), p.4- 27, 2019.

GAMA, Maria Clara. “O Movimento Homossexual Brasileiro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/88)”. **Revista Brasileira De Estudos Da Homocultura**, Cuiabá, vol. 4, n. 14 (2021), p. 82-108, dez. 2021.

GOMES, Juliana. **Por um constitucionalismo difuso**: cidadãos, movimentos sociais e o significado da Constituição. Salvador: JusPODVM, 2016.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Observatório da violência**. [online]. Disponível em: < <https://grupogaydabahia.com.br/observatorio-da-violencia/> >. Acesso em 10 nov. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes. “Travessia: caminhos da população trans na história”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio e FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2018, p.379- 392.

MAIA, Gabriela; PIRES, Gabriela. **As transformações no dispositivo da transexualidade a partir da luta pela despatologização** [online]. Disponível em: < <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/18825> >. Acesso em: 09 set. 2024.

MEDEIROS, Mateus Alves; GOMES, Sávio Marcelino; Spinelli Júnior, Vamberto Fernandes. “Fatores de estresse e resiliência no acesso e utilização de serviço de saúde por travestis e mulheres transexuais no nordeste brasileiro”. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 33. N. 1, p.1-10, jul. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atenção especializada no processo transexualizador – modalidade ambulatorial** [online]. Disponível em https://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Habilitacoes_Listar.asp?VTipo=3002&VListar=1&VEstado=00&VMun=&VComp=&VCondtador=10&VTitulo=H. Acesso em 09 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atenção especializada no processo transexualizador – modalidade hospitalar** [online]. Disponível em: https://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Habilitacoes_Listar.

asp?VTipo=3003&VListar=1&VEstado=00&VMun=&VComp=&VContador=3&VTitulo=H. Acesso em 09 nov. 2024.

MOTT, Luiz. “O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio e FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2018, p. 211-225.

NERY, João. “Transmasculinos: invisibilidade e luta”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio e FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2018, p.393 - 404.

NEVES, André Luiz Machado. **Política é vida: ativismo e saúde trans em Manaus**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. 180 p.

NEVES, André Luiz Machado das; SÍVORI, Horacio Federico. “Ação política em saúde de pessoas trans em Manaus, Amazonas, Brasil”. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1 , p.1-10, jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação Internacional de Doenças - CID-11. Disponível em: <<https://icd.who.int/browse11/l-m/en>>. Acesso em 09 set. 2024.

PEIXE, Alexandre ; MORELLI, Fábio.“ ‘Homens do futuro’: o movimento de homens trans no Brasil sob o olhar de Xande Peixe”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio e FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2018, p. 405 – 420.

PETRY, Analídia ; MEIER, Dagmar. “Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa”. **Textos e contextos**, Porto Alegre, v. 10, nº 1, jul. 2011.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA: **princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e à identidade de gênero** [online]. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 7 set. 2024.

SILVA JÚNIOR, Assis Moreira. “As minorias sexuais e as políticas públicas do governo federal: entre avanços e retrocessos”. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, Bauru, v. 2, nº 2, p. 21- 54, jun. 2013.

SIMÕES, Júlio & FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

SOLIVA, Thiago Barcelos. “A confraria gay: um estudo sobre a trajetória da turma ok”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio e FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2018, p. 121- 135.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2011, p.121 - 136.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexsandro; BARROS, Maria Elizabete; WANDEKOKEN, Kallen. “Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde”. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu. v. 23. nov. 2019. p. 1- 14.

WELZER-LANG, Daniel. “A construção do masculino: dominação de mulheres e homofobia//”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, V.9, nº 2, p. 460 - 482, jan. 2001.